



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia- PPG/CASA
Mestrado Acadêmico



**SERVIÇOS AMBIENTAIS (REDD) NO ÂMBITO DA ORDEM
AMBIENTAL GLOBAL: (DES) (RE) TERRITORIALIZAÇÃO DA VIDA
NA RDS DO JUMA-AM**

Mestranda: Leny Cristina Barata Souza
Orientadora: Dra. Ivani Ferreira de Faria
Linha de Pesquisa: Dinâmicas Socioambientais
Bolsista da CAPES

MANAUS-AM
2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia- PPG/CASA
Mestrado Acadêmico



**SERVIÇOS AMBIENTAIS (REDD) NO ÂMBITO DA ORDEM
AMBIENTAL GLOBAL: (DES) (RE) TERRITORIALIZAÇÃO DA VIDA
NA RDS DO JUMA-AM**

Leny Cristina Barata Souza

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – Nível: Mestrado Acadêmico, para obtenção do Título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Área de Concentração: Política e Gestão Ambiental.

MANAUS- AM
2012

Aprovada em 30/10/2012

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Ivani Ferreira de Faria (Presidenta) UFAM

Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro (Titular) USP

Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski (Titular) UFAM

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Souza, Leny Cristina Barata

S729s Serviços ambientais (REDD) no âmbito da ordem ambiental global: (des) (re) territorialização da vida na RDS do Juma-AM / Leny Cristina Barata Souza. - Manaus: UFAM, 2012.
171 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Orientadora: Dra. Ivani Ferreira de Faria

1. Proteção ambiental – Aspectos econômicos 2. Política ambiental 3. Unidades de Conservação I. Faria, Ivani Ferreira de (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 504.06(811.3)(043.3)

Viver é mais do que passar pela vida, como uma nuvem ou uma pedra. É ser no mundo, participar do mundo, enraizar-se no mundo. Viver é tomar partido. Tomar partido do bem, da beleza, da mudança. Tomar partido do outro, do chão em que acordamos para os mistérios do mundo. É tomar partido das florestas, dos pássaros e das águas. Viver é acreditar que é possível construir um mundo mais limpo e justo.

Tenório Telles

Dedico

Ao Pedro

Flor da minha esperança- meu porto e farol nessa viagem que é a vida, cheia de riscos e acidentes, alegrias e tristezas- mas também de aprendizado, morte e ressurreição.

*Aos homens e mulheres da RDS do Juma por me permitirem entrar em suas vidas, compartilhando angustias e sonhos, à medida que buscam serem sujeitos de suas próprias histórias. Agradeço o carinho e o respeito com que fui recebida nas oito comunidades. Tenham certeza que este trabalho foi construído **com, por e para vocês**. Recebam minha eterna gratidão e obrigado por tantos ensinamentos compartilhados.*

Dedicatória

Aos meus pais: Agenor da Silva Souza e Maria Raimunda Barata Souza, pelas compreensões e incompreensões, nos diversos caminhos e des (caminhos) trilhados por mim ao longo dessa jornada, cheia de encontros e desencontros. A vocês meu profundo respeito e gratidão por ensinamentos valiosos, que me tornaram uma pessoa decente, capaz de enfrentar as adversidades com coragem, lutando sempre para a construção de uma sociedade melhor.

Aos meus irmãos, Leno, Lena, Leda, Leisa e Larissa, embora às vezes não entendam minhas escolhas, sei que torcem por mim, mesmo nos momentos de tribulações, o amor sempre falou mais alto, pois não quer o mal. A vocês também meu amor eterno, que às vezes arde, mas é uma chama que jamais se apagará.

Ao velho Chico, que está em outro plano, mas que ao mesmo tempo está tão presente em minha vida, nas lembranças da minha velha infância. Para mim o senhor é eterno, assim como também é eterna a minha saudade.

Ao meu tio Tico, que foi embora cedo demais, mas que também me deixou muitas saudades.

Ao meu tio Luís, que esteve comigo numa boa parte da minha infância e que pelas intempéries dessa vida nos deixa, fica a saudade e doces lembranças.

Ao Fernando, amigo no sentido mais pleno, companheiro em todos os momentos, até hoje tenho a lembrança do teu sorriso. Sei que iremos nos encontrar em outra dimensão, mas não canso de dizer à falta que você me faz.

AGRADECIMENTOS

Para não incorrer em injustiças, a qualquer dos mundos, inicio por agradecer a Deus, fonte de amor e sabedoria. A todos que, anônima ou pessoalmente, me permitiram chegar até aqui, mesmo correndo risco de cometer algumas injustiças e desde já peço perdão se sucumbir a esse esquecimento, tenham certeza que não é proposital, mas talvez fruto de uma mente cansada, às vésperas de entrega e defesa dessa dissertação .

A **Universidade Federal do Amazonas**, entre idas e vindas nesses doze anos, regados de muita paixão, que compreende minha graduação em Geografia, a militância estudantil. Primeiro no Centro Acadêmico e posteriormente no Diretório Central dos Estudantes. Tenho plena convicção que não foi um “**tempo perdido**”, mas sim de muito aprendizado, do qual sinto muitas saudades.

A **CAPES**, pela concessão das bolsas, pois me permitiu me dedicar integralmente a pesquisa.

A **FAPEAM**, pela concessão de diárias e ajuda de custo para a realização do campo, desde o deslocamento de Manaus até Novo Aripuanã, bem como minha manutenção nas comunidades investigadas.

Ao Grupo de Pesquisa, **Planejamento e Gestão Territorial na Amazônia**, ao qual sou vinculada. Pelas deliciosas tardes quando tínhamos nossos grupos de estudo. Foram esses momentos de reflexão em grupo que permitiram fundamentar parte de minhas ideias nesse trabalho.

Aos valiosos ensinamentos dos professores do **Departamento de Geografia** que me ensinaram a exercitar o pensamento crítico. Mestres dedicados em passar seus conhecimentos, buscando sempre aprimorá-los para que seus alunos tivessem sempre uma boa formação: **José Aldemir, Ricardo Nogueira, Francisco Evandro, Adorea Rebelo, Marcos Castro, Antônio Fábio, José Alberto, Angélica Cavicchioli, Amélia Regina, Jesuete Pacheco e Manoel de Jesus Masulo.**

Agradeço também ao professor **Nelsoney Araújo**, que embora não tenha sido meu professor na graduação, fez importantes recomendações de leituras, bem como sua tese de Doutorado, que muito contribuiu para a construção desse trabalho.

Agradecimento justo também à professora **Tatiana Schor** pelas suas valiosas contribuições no exame de qualificação e por tamanha dedicação ao Departamento de Geografia, incentivando sempre os alunos a dedicação à pesquisa.

Ao professor **Antônio Carlos Witkoski**, desde o exame de qualificação, sobretudo pelas suas críticas incisivas, quando me cobrou minha trajetória política e, portanto um posicionamento político em relação ao tema proposto. Esse puxão de orelha em muito contribuiu para a construção do trabalho final, mesmo sabendo que está longe de ser o ideal, pois suas críticas nunca se esgotarão. Por essas razões insisti para tê-lo em minha defesa, pois entendo suas críticas como um processo de construção, desconstrução e reconstrução, pois é assim que deve caminhar a Ciência.

Ao professor **Wagner da Costa Ribeiro**, por ter aceitado participar da banca de defesa, contribuindo com suas valiosas sugestões ao tema proposto que enriqueceram ainda mais o trabalho.

Quero me reportar agora à professora **Ivani Ferreira de Faria**, que desde a graduação sempre estimulou minha capacidade de análise, crítica e reflexão, contribuindo de forma preponderante na minha formação. Quero agradecer-lhe pelas valiosas orientações neste trabalho e, sobretudo pela paciência, mesmo sabendo das minhas dificuldades, ainda assim aceitou me orientar. Tenho pela senhora uma profunda gratidão e respeito. Admiro a sua dedicação em tudo que faz, regada por uma intensa paixão que a faz se dedicar de corpo e alma em tudo que acredita.

Agradecimentos também aos professores do PPG/CASA que me acrescentaram conhecimentos importantes para a minha vida acadêmica: **Henrique Pereira, Néinton Marques, Terezinha Fraxe e Sandra Noda**.

Ao professor **Silvio Puga**, pela amizade e atenção que sempre teve para comigo. Obrigado por sempre me estender as mãos em todos os momentos que precisei. Tenho pelo senhor um carinho muito especial.

Nesta trajetória resalto a importância do amigo **Tenório Telles**, presente em minha vida há mais de vinte anos. Seus ensinamentos me fazem acreditar que sempre vale a pena continuar insistindo. Que é preciso ter coragem para continuar vivo, sonhando e acreditando na utopia, sempre apostando na vida, apesar das perdas, das tristezas e da lama que ameaça nossos sonhos. Em alguns momentos foi difícil aceitar as derrotas e ressurgir das cinzas, mas ele sempre me ensinou que é necessário coragem para continuar na caminhada, para se levantar e seguir adiante. Receba toda minha gratidão. Obrigado por não ter desistido de mim!

Ao **Jubrael**, amigo desde a graduação pelos constantes incentivos e pelos deliciosos momentos de convivência, quando me fez rir em alguns momentos que a vida me dizia não. Obrigado por sempre me incentivar a vencer as dificuldades e me aceitar como eu sou.

Ao também amigo desde o tempo de graduação, **Antônio Carlos**, por ter aprendido a respeitar minhas escolhas e ter se tornado um parceiro dessa caminhada, acreditando que eu poderia. Agradeço seu respeito e generosidade.

A **Alzilene**, por sempre me incentivar, me encorajando nos momentos difíceis desse processo. Por ter sempre uma palavra amiga para me confortar.

Aos meninos e meninas do laboratório de Geografia Humana, por estarem sempre dispostos a me auxiliar, sem cobrar nada por isso. Tenho certeza que juntos construímos uma relação de afeto e muito respeito. Portanto **Wendel, Diego, Marília, France, Jucy, Aline, Heloisa, Leandro, Jucélia, Marília, Sandra, Thayana e a Thaline**, que sempre com seus abraços e palavras de incentivos me ajudaram a suportar as adversidades. Vocês ajudaram a construir essa página da minha vida. Portanto sintam-se parte dessa história!

Aos meninos e meninas do NEPECAB: **Juliana, Jaqueline, Suzane, Valdemir e Geselane**, por me incentivarem e me fazer acreditar que eu poderia.

A **Tânia**, que sempre com seu bom humor, me fez dar boas gargalhadas. Amiga generosa e incentivadora. Essa conquista também é sua!

Aproveito para agradecer também aos meus alunos do **CFO (Curso de Formação de Oficiais- UEA)** pelas enriquecedoras e acaloradas discussões em sala de aula, por muitas vezes entenderem o meu cansaço, pois às vezes era difícil manter o ritmo, depois de longas madrugadas debruçadas sobre a dissertação. Tenho certeza que juntos construímos uma relação de respeito e muita cordialidade. Esse curso me permitiu conhecer homens e mulheres além da farda, que choram, riem e se emocionam como qualquer cidadão comum, mas que às vezes são tolhidos em nome de uma moral de um Estado que os regula e de certa forma os aparta da condição de cidadãos que são de fato e de direito.

Nessa reta final, meus mais sinceros agradecimentos ao **Marcos André**. Tenha certeza que sem sua valiosa ajuda não seria possível a entrega final desse trabalho. Obrigado pela paciência e por entender as minhas dificuldades, não medindo esforços para ajudar, conciliando suas atividades e ainda assim não deixou de me dar atenção. Essa conquista também é de sua!

Ao **Alex Coelho**, pela parceria nessa jornada. Por termos dividido nossas angústias e ansiedades. Obrigado por compartilharmos dos mesmos ideais, que nos permite consolidar uma amizade que quero que perdure por todos os dias de nossas vidas.

A Dona **Laura**, um anjo que Deus colocou na minha vida. Agradeço imensamente sua generosidade para comigo e ao meu filho. Não tenho palavras para expressar o que a senhora representa em minha vida. Que Deus continue lhe protegendo e dando coragem para enfrentar todos os seus desafios.

Aos amigos **Silvio Santos e Suely Marinho**. Esses são para guardar para sempre. Sou imensamente grata por Deus tê-los colocado no meu caminho e por termos construído uma relação de afeto e muito respeito. Tudo que eu falar será pouco para agradecer tudo o que vocês tem feito por mim. Obrigado por suavizarem meu fardo e me fazer sorrir, em momentos que pensei que fosse desabar. Posso verdadeiramente chamá-los de **AMIGOS**.

Ao **Ricardo Almeida**, por ser sempre solidário nos momentos que mais precisei e por acreditar que eu poderia vencer os desafios, sem jamais perder a ternura. Você tem feito à diferença na minha vida.

Ao **Newton**, pelos constantes incentivos e apoio, me dando força nos momentos mais cruciais, me fazendo entender que as dificuldades não devem servir para nos enfraquecer, mas para nos fortalecer e continuar seguindo em frente.

Ao **Sebastião**, pela paciência e suas constantes orações, homem de muita fé, que Deus colocou no meu caminho. Acredito que a força das suas orações tem contribuído de forma positiva em minha vida.

Ao **Wolace**, amigo também generoso nos momentos que mais precisei. Nossas rotinas já não nos permitem um mesmo convívio que há doze anos, mas não importa a distância física, o importante são nossos sentimentos, que não estão condicionados a tempo. Receba de minha parte todo o meu carinho e gratidão.

Não posso deixar de mencionar o carinho e a hospitalidade dos irmãos **Pocidônio e Rangeli e a Dona Maricó**, em Novo Aripuanã, que me receberam em sua casa, e entre as minhas idas e vindas das comunidades, estavam a me esperar cheios de carinho, bem como as crianças da Rangeli. Dessa forma ajudaram a amenizar um pouco a saudade de casa, em especial do meu Pedro. Desse período ficou uma amizade verdadeira e, portanto muitas saudades.

Por fim volto-me mais uma vez ao **Pedro**, que fincou meus alicerces, estabelecendo um Norte na minha vida. A cada dia aprendo mais com ele, seu sorriso me encanta. Falo sem nenhum medo de errar: **Valeu a Pena!** Obrigado por “**esperar por mim**”.

RESUMO

O discurso do desenvolvimento sustentável colonizou a natureza, convertendo-a em capital natural. Essa nova face do capitalismo, ganha força desde a década de 1990, que a partir da Rio 92 tomou proporções sociais, políticas e sobretudo econômica, atualmente denominada de ecocapitalismo. O objetivo desse estudo é compreender o Projeto de REDD (Redução por Desmatamento e Degradação) na Reserva de desenvolvimento sustentável do Juma, uma vez que é a primeira Unidade de Conservação do Brasil e das Américas a ser certificada por desmatamento evitado, fato que insere o Estado do Amazonas numa Ordem Ambiental Global. Percorremos caminhos e (des) caminhos para alcançarmos três objetivos propostos: caracterizar a RDS do Juma e o Projeto de REDD; identificar os impactos do REDD nas oito comunidades investigadas, sendo: São Francisco do Anape I, Flexal, Boa Frente, Repartimento, Limão, Paiucaua, Cacaia e São Félix e por fim demonstrar o uso e ordenamento do território, segundo o Plano de Gestão. Como procedimentos metodológicos utilizou-se a pesquisa participante com levantamentos de fontes bibliográficas referente a categorias de análise ecodesenvolvimento, ecocapitalismo, ordem ambiental, território e serviços ambientais; levantamento de dados primários, por meio do trabalho de campo com entrevistas abertas com cinco famílias por comunidade e entrevistas semi estruturadas com gestores da UC, CEUC, FAS, SEDUC e IDAM. Os resultados do estudo nos permitiu entender que a diversa parceria que a Fundação Amazonas Sustentável tem buscado para desenvolver o REDD nas comunidades não tem trazido melhorias para as mesmas. No que concerne ao uso e o ordenamento do território, observou-se que a partir da aprovação do Plano de Gestão, as comunidades passaram a ser normatizadas, segundo as regras do Plano, influenciando diretamente no uso dos recursos naturais, bem como o zoneamento da RDS e as relações sociais e políticas, ocorrendo, portanto uma desterritorialização promovida pelos órgãos gestores, criando novas territorialidades, onde prevalece a imposição por meio de uma agenda que precisa atender os interesses do capital, em detrimento das comunidades. Espera-se que esse estudo possa desmistificar essa ideologia de pagamento por serviços ambientais na RDS do Juma como um modelo de desenvolvimento sustentável, pois na prática não está satisfazendo as necessidades básicas sequer das gerações presentes, quiza as futuras, e tão pouco o viver bem, segundo os princípios do ecodesenvolvimento.

Palavras-Chaves: ecodesenvolvimento, ecocapitalismo, ordem ambiental global, REDD, serviços ambientais, território, desterritorialização, viver bem.

ABSTRACT

The sustainable development speech has colonized the nature, and converted it on a natural capital. This new capitalism face has gained force since the 1990's, which since Rio 92 has taken social, political and mainly economic proportions which is presently called ecocapitalism. The objective of this study is comprehending the REDD Project (Reduction by Deforestation and Degradation) in the Juma sustainable development Reserve, once it is the first Brazilian and American Conservation Unit to be certified by Avoided Deforestation, fact that inserts the State of Amazonas on a Global Environmental Order. We have run ways and (no) ways for reaching three proposed objectives: characterize Juma's RDS and the REDD Project; identify the REDD impacts in the eight communities under investigation, being: São Francisco do Anape I, Flexal, Boa Frente, Repartimento, Limão, Paiucaua, Cacaia and São Felix, and at last demonstrate the territory use and ordering, according to the Managing Plan. As methodological procedures it was used the participative research with raising of bibliographic sources regarding to categories of analysis and development, ecocapitalism, environmental order, territory and environmental services; searching of primary data through field work with open interviews with five families of the community and semi-structured interviews with UC, CEUC, FAS, SEDUC and IDAM managers. The results of the study have allowed us to understand that the diverse partnership that the Amazonas Sustainable Foundation has tried for developing the REDD in the communities has not helped to improve them. On regard to the territory use and ordering, it was noticed that from the approval of the Managing Plan, the communities started to be normatized, according to the Plan rules, which has directly influenced on the use of the natural resources, as well the RDS zoning and the social and political relationships, causing therefore a disterritorization promoted by the managing organs, creating new territorilites where prevails an imposition through and agenda which needs to attend capital interests on detriment of the communities. It is expected that this study may dismistificate this ideology of payment for environmental services on Juma's RDS and a sustainable development model, as in its practice it is not satisfying the basic needs not even the present generations maybe the future ones, and even least the good life according the ecodevelopmental principles.

Key-Words: ecodevelopment, ecocapitalism, global environmental order, REDD, environmental services, territory, good life.

LISTA DE SIGLAS

AMARJUMA	Associação dos Moradores e Amigos da Reserva do Juma
BFA	Bolsa Floresta Associação
BFR	Bolsa Floresta Renda
BFS	Bolsa Floresta Social
CDRU	Certidão Direito Real de Uso
CECLIMA	Centro Estadual de Mudanças Climáticas
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CI	Conservação Internacional
COP	Conferência das Partes
DPT	Departamento de Populações Tradicionais
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FVS	Fundação de Vigilância Sanitária
GEE	Gases do Efeito Estufa
GPPGTA	Grupo de Pesquisa e Gestão do Território na Amazônia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. .
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
ITEAM	Instituto de Terras do Amazonas
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
OSCIPs	Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PBF	Programa Bolsa Floresta
PROBUC	Programa de Monitoramento da Biodiversidade e Uso dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
PPG-CASA	Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
PPG-7	Programa Piloto para proteção das Florestas Tropicais Brasileiras
REDD	Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SAFs	Sistema Agroflorestais
SBSTA	Órgão subsidiário de assessoramento Científico e Tecnológico
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino
SEMED	Secretaria Municipal de Educação

SEUC Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC Unidade de Conservação
UEA Universidade Estadual do Amazonas
UFAM Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização da RDS do Juma	03
Figura 02 – Estados que possuem Leis que instituem PSA	27
Figura 03 – Estados que possuem Leis sobre mudança do Clima e sua relação com pagamento por serviços ambientais e REDD+.....	30
Figura 04 – Cronogramas de Reuniões para construção da proposta do marco de Serviços Ambientais no Amazonas	33
Figura 05 – Distribuição de carbono no mundo.....	35
Figura 06 – Localização das áreas com títulos definitivos e em processos de titulação no interior e entorno da Reserva	43
Figura 07 – Acessos a RDS do Juma a partir do município de Novo Aripuanã	45
Figura 08 – Comunidades localizadas no interior e entorno da Reserva.....	47
Figura 09 – Ambulancha Comunidade Boa Frente.....	52
Figura 10 – Canteiro suspenso- Comunidade do Limão.....	55
Figura 11 – Propaganda Partidária- Comunidade São Félix	63
Figura 12 – Comunidades da área de pesquisa	77
Figura 13 – Casa da base FAS	79
Figura 14 – Casa de comunitário- Comunidade São Francisco do Anape I	79
Figura 15 – Escola- Comunidade São Francisco do Anape I- Parceria FAS-SEDUC	80
Figura 16 – Instalação Sanitária- Comunidade São Francisco do Anape I	81
Figura 17 – Poço – Comunidade São Francisco do Anape I	82
Figura 18 – Roça de Mandioca – Comunidade Flexal	86
Figura 19 – Roça de Melancia- Comunidade Flexal	88
Figura 20 – Centro Social- Comunidade Flexal	89
Figura 21 – Placa de identificação do Núcleo Boa Frente	90
Figura 22 – Alunos em aulas práticas- Comunidade Boa Frente	92
Figura 23 – Adubo Orgânico- Comunidade Boa Frente	92
Figura 24 – Escola do Município- Comunidade Boa Frente	93
Figura 25 – Escola Mariot Júnior- Comunidade Boa Frente	93
Figura 26 – Posto de Saúde- Comunidade Boa Frente	94
Figura 27 – Igreja Evangélica- Comunidade Repartimento	97
Figura 28 – Frequência do Professor: Comunidade Cacaia	104
Figura 29 – Casal separando a mandioca para preparar a farinha- Comunidade Cacaia	105
Figura 30 – Comunitário Carregando 60 Kg de mandioca- Comunidade Cacaia	105
Figura 31 – Centro Social- Comunidade Cacaia	106
Figura 32 – Placa de inauguração da casa de farinha - Comunidade São Félix	107
Figura 33 – Lixeira- Comunidade São Félix	110
Figura 34 – Poço artesiano inacabado- Comunidade São Félix	110
Figura 35 – Reunião Consulta Pública- Plano de Gestão	128
Figura 36 – Reunião do Conselho Gestor- Aprovação do Plano de Gestão	128
Figura 37 – Zoneamento da RDS do Juma	131
Figura 38 – Localização da Zona de Preservação da RDS do Juma	133
Figura 39 – Localização da Zona de Uso Extensivo da RDS do Juma	135
Figura 40 – Localização da Zona de Uso Intensivo da RDS do Juma	137
Figura 41 – Localização da Zona de Amortecimento da RDS do Juma	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Leis, Decretos e Projetos de Lei sobre PSA na Lei Federal.....	25
Tabela 02: Leis, Decretos e Projetos de Lei sobre o PSA na Lei Estadual.....	26
Tabela 03: Leis Federais e Estaduais sobre Mudança do Clima e sua relação e relevância com PSA e REDD+.....	31
Tabela 04: Comunidades localizadas no interior e entorno da RDS.....	48
Tabela 05: Escolaridade por faixa etária em 43 comunidades da RDS.....	49
Tabela 06: Situação de atendimento escolar de 1ª a 5ª ano por comunidade da RDS do Juma e entorno	50
Tabela 07: Infraestrutura de assistência a saúde na RDS do Juma.....	52
Tabela 08: Composição do Conselho Deliberativo da RDS do Juma.....	127
Tabela 09: Área (ha) por cada zona na RDS do Juma.....	130

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	VII
LISTA DE FIGURAS	IX
LISTA DE TABELAS	X
INTRODUÇÃO	01
I – DA NATUREZA AO CAPITAL FICTÍCIO	07
1.1 – Desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento: Quais as diferenças?	15
1.2 – Ecocapitalismo: Rumo a uma economia verde	18
1.3 – Serviços ambientais: Dualidade entre a economia ambiental e a economia ecológica ...	20
1.4 – Marco regulatório dos serviços ambientais no Brasil	24
1.5 – REDD: A trajetória na Conferência das Partes	34
II – A RDS DO JUMA- DO SOCIOAMBIENTAL AO ECONÔMICO	40
2.1 – Pagamento por Serviços Ambientais	57
2.2 – FAS e Parcerias.....	61
2.3 – Programas e atividades desenvolvidos na RDS	65
2.4 – Estado x ONG: Quem faz a gestão?	70
III – OS IMPACTOS DO REDD NAS COMUNIDADES	76
3.1 – São Francisco do Anape I – precariedades e busca de oportunidades	78
3.2 – Flexal - ecologistas de fato	85
3.3 – Boa Frente – Cartão postal no projeto de REED	90
3.4 – Repartimento – a dominação por Meio da Religiao	96
3.5 – Limão - O núcleo familiar que foge da unanimidade	100
3.6 – Paiucauá - A única do Rio Madeira.....	100
3.7 – Cacaia - a luta pela educação de qualidade	103
3.8 – São Felix - O entorno que faz a diferença	107
3.9 – Uma ideologia milenar: o Viver Bem	111
IV – (RE)ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NA RDS DO JUMA	116
4.1 – Formação econômica e territorial do Estado do Amazonas	117
4.2 – Conceituando Território e Territorialidade	120
4.3 – A (des) (re) organização territorial do Juma e o Plano de Gestão	124
4.4 – O zoneamento segundo o Plano de Gestão	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	147
ANEXO	154

INTRODUÇÃO

O processo de construção de uma racionalidade ambiental é essencialmente político e social, passando pela confrontação de interesses antagônicos que nem sempre justificam alguns direcionamentos que estão sendo apontados em algumas tomadas de decisões quando se está em jogo a “sustentabilidade”. Neste sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável é essencialmente normativo e político. Hoje tal conceito está sendo banalizado, fazendo-se necessário discutir não somente o adjetivo, mas também o próprio substantivo, pois uma análise mais aprofundada revela uma falta de consenso, não somente quanto ao adjetivo sustentável, como também ao desgastado conceito de “desenvolvimento”.

Não se está atentando para a verdadeira essência dos seus objetivos. Nesse estudo optou-se por utilizar o conceito de ecodesenvolvimento, definido por Sachs (1986) “como um desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente”. Autores como Alier (1988) e Leef (2006), também compartilham dessa ideologia, com perspectivas de romper o individualismo implícito na racionalidade econômica, rompendo a hegemonia de uma cultura dominante para incorporar valores de uma práxis que possa orientar a ação social para a construção de uma racionalidade ambiental.

Pensar a Amazônia com uma visão romântica, “da natureza intocada” é não considerar as relações sociais, políticas e econômicas que estão sendo construídas, desconstruídas e reconstruídas ao longo de séculos dentro desse processo dito civilizatório do ocidente que perpassa os interesses nacionais e coloca este bioma no contexto de uma Ordem Ambiental Internacional.

Após os anos de 1970, a Amazônia é definida como fronteira do capital, trata-se na realidade de uma nova integração, pois agora diferentemente do “boom” da borracha, com o capital mercantil simplesmente, hoje o capital especulativo, financeiro e industrial; nacional e internacional mostram a força de domínio que se concretizam em ações que são engendradas de forma articulada por diversos setores da economia.

Dentro dessa nova configuração internacional, no qual a Amazônia está inserida, a discussão em torno das mudanças climáticas, serviços ambientais e ecocapitalismo ganham força, é nesse contexto que o estado do Amazonas se insere nesta Ordem Ambiental Global, pois detém uma extensa área protegida, representada entre outras por Unidades de Conservação, sendo 42 Federais e 41 Estaduais, contemplando 30,5 milhões de hectares protegidas pelo governo do estado.

Em 2003 o Governo do Amazonas passou a ter uma maior preocupação ambiental com a conservação da biodiversidade, tendo até os dias de 2012, 160% de áreas protegidas, a preocupação com o desenvolvimento sustentável passa a ter um maior significado na política estadual. Os interesses, principalmente econômicos dos países desenvolvidos, estão voltados para a Amazônia.

O capitalismo sempre se adapta e cria novas configurações, de acordo com suas necessidades e interesses e foi a partir da década de 1990 que assume uma nova face: o ecocapitalismo, impondo aos recursos naturais um preço de mercado, ou como sugere Marx “um capital fictício”. Nesse sentido o Projeto REDD que está sendo implementado na RDS do Juma pode ser considerado uma nova forma de configuração territorial na Amazônia, sob uma nova roupagem do capitalismo: o ecocapitalismo que tem nos serviços ambientais uma forma de valorar a natureza.

O termo ecocapitalismo não é novo. Na década de 1980 já era motivo de debate e ganhou notoriedade a partir de 1992. A posição ecocapitalista argumenta que o mercado, como alocador de recursos é disciplinado por um Estado que atua como um guardião ecológico da sociedade, ou seja, Estado do bem estar social deve transforma-se no Estado do Bem Estar socioecológico. Defende a exploração dos recursos naturais e a solução dos problemas ambientais por meio de novas tecnologias, que asseguram a conservação da natureza, na lógica de uma economia ambiental.

Com o discurso de “proteger nossas florestas e assegurar que elas cumpram sua função social” (AMAZONAS, 2007a, p. 11), o atual Governo do Estado do Amazonas incorporou o discurso do desenvolvimento sustentável aliado ao maior patrimônio do seu território, a floresta, visando à conservação e manejo da biodiversidade amazônica, enquanto instrumentos de ordenamento e gestão territorial, e começa a agir na criação de políticas ambientais voltadas para a conservação (FARIA 2010).

Neste contexto, os serviços ambientais podem ser entendidos sob duas vertentes: a economia ambiental e a economia ecológica, tanto por uma ótica do ecocapitalismo quanto pelas formas alternativas de seu uso.

Diante do processo de “mercantilização da natureza”, o REDD, serviço ambiental que está sendo implementado na RDS do Juma, poder ser uma estratégia econômica e política, visando uma exploração capitalista da floresta fundamentada no discurso da sustentabilidade.

O Projeto REDD na RDS do Juma é, sobretudo, político e econômico que se configura e reconfigura, abrangendo diversos cenários que se estabelece nas diferentes formas

territoriais que perpassa a Amazônia, que se insere dentro de uma “Ordem Ambiental Global” (RIBEIRO, 2005, p.14).

O grande desafio é enfrentar a crise da governabilidade que está intrinsecamente relacionada às questões ambientais ao mundo, permeadas por uma “crise da razão”, pois os fenômenos de caráter global ou transnacional que vão do econômico até o ecológico, produz um dramático aumento de interdependência entre os países ultrapassando limites e fronteiras.

Nos últimos anos consolidou-se um novo entendimento para construção e implementação de políticas de planejamento do uso e ocupação do território na Amazônia Brasileira (AB’SABER, 2004), fato que proporcionou a RDS do Juma, pioneira, a usar créditos de carbono como serviço ambiental, e a primeira UC do Brasil e das Américas a ser certificada por desmatamento evitado, está sendo hoje apontada como um modelo no pagamento por serviços ambientais, por meio do Programa Bolsa Floresta, conseguindo importantes parceiros públicos e privados, visando cumprir uma agenda ambiental, em nome do “desenvolvimento sustentável”, que numa ótica neoliberal atende de forma prioritária os interesses do capital; por essas razões a mesma foi escolhida como nossa área de pesquisa. (Figura 01).

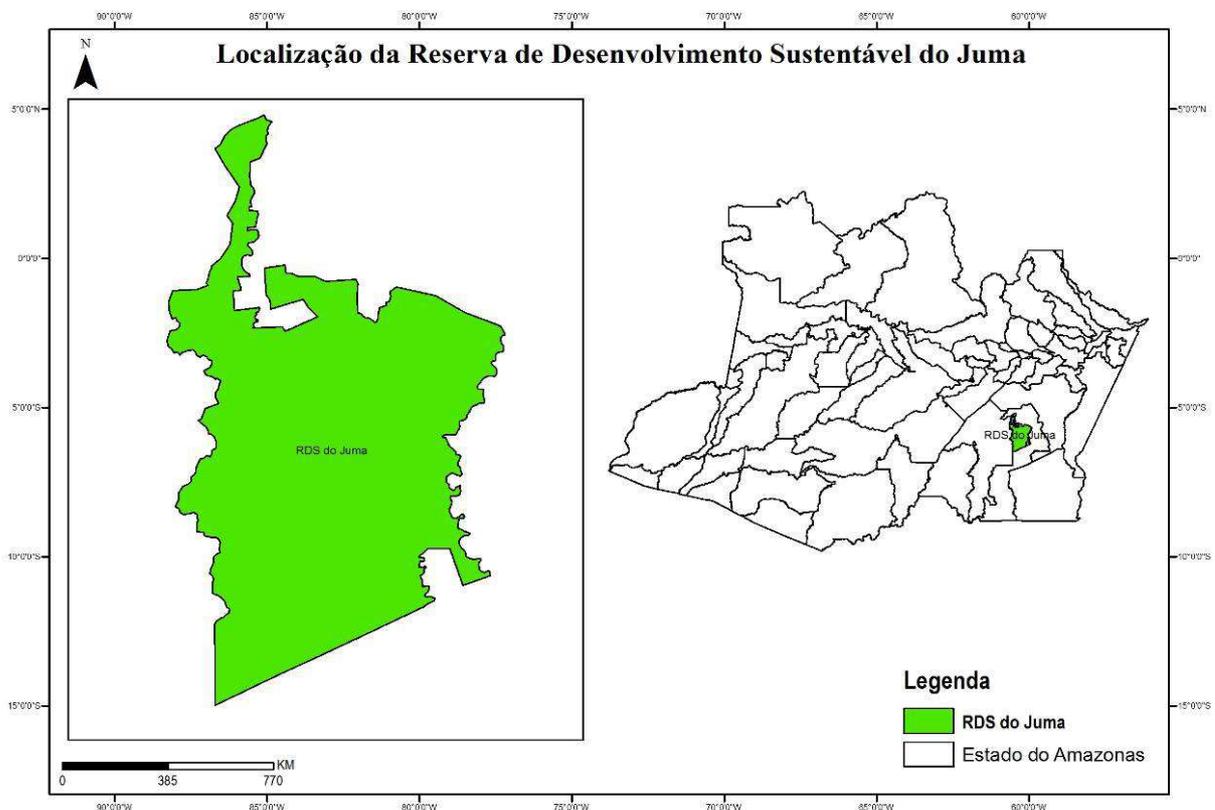


Figura 01: Mapa Localização da RDS do Juma.

Fonte: Alex Almeida: Grupo de Pesquisa Planejamento e Gestão Territorial na Amazônia, 2011.

Esse conjunto de fatos e reflexões despertou o interesse por este estudo sobre o qual se questiona se a implementação do REED representa uma nova forma de gestão territorial na RDS, associado ao ecocapitalismo diante das políticas ambientais criadas no Estado do Amazonas, que sempre apareceu, até o final do século XX, de maneira tímida no que se refere à criação e implementação de unidades de conservação, apontadas pelos especialistas como principal instrumento para a preservação da biodiversidade e planejamento do uso e apropriação dos recursos naturais de forma mais equilibrada e sustentável.

O objetivo geral desse estudo é compreender o Projeto de REDD nesta RDS, e tem como objetivos específicos : caracterizar a RDS e o projeto REDD; identificar os impactos do REDD nas comunidades e demonstrar o uso e ordenamento do território a partir do Plano de Gestão.

Foram selecionadas oito comunidades, tendo como critério as calhas dos rios principais, a proximidade como também a distância em relação ao município de Novo Aripuanã, número de famílias, bem como a importância estratégica para o Projeto de REDD: Flexal e Boa Frente, rio Aripuanã, sendo Boa Frente escolhida por ser o cartão de visita da FAS no projeto de REDD, Limão e Repartimento, sendo esta a mais distante e com o maior número de famílias no rio Mariepaua; Paiucaua, única no rio Madeira; Cacaia e São Félix no rio Arauá pois embora não seja um rio principal, tem somente essas duas comunidades em sua calha, a escolha da comunidade que fica na estrada, São Francisco do Anape I para identificar quais as diferenças entre o modo de organização comunitária entre ela e as comunidades localizadas nas calhas dos rios. A base amostral foi de cinco famílias por comunidade, cujo procedimento utilizado se deu por meio das entrevistas abertas.

Para obtermos os objetivos propostos neste estudo utilizou-se o método dialético com procedimentos metodológicos da pesquisa participante por meio de levantamento de fontes primárias através de trabalho de campo nas comunidades supracitadas, observação direta e participante, entrevistas abertas com as famílias e entrevistas semiestruturadas com gestores da SDS, FAS, SEDUC, IDAM e levantamento bibliográfico acerca dos aportes teóricos das categorias de análise ecodesenvolvimento, ecocapitalismo, ordem ambiental, serviços ambientais e território a partir de Beker (2003), Haesbert (2007), Ribeiro (2005); Fersinde (2002); Sachs (1982); Leff (2006) e Alier (1998); bem como pesquisa documental embasada na legislação do SNUC, SEUC e Plano de Gestão da RDS.

O trabalho de campo foi realizado em dois momentos:

- Em março de 2010 por ocasião da consulta pública e reunião do Conselho Gestor para aprovação do Plano de Gestão. Vale ressaltar que nossa participação só foi possível em função de uma experiência de trabalho de três meses na SDS, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do estado do Amazonas, mas precisamente no Departamento de Populações Tradicionais (DPT), o qual nos permitiu participar desse momento tão oportuno para os moradores da RDS, pois puderam expressar nos três dias de consulta suas opiniões sobre o destino da Reserva pelos próximos quatro anos para aprovação do Plano de Gestão; ainda que em sua grande maioria não entendessem de fato o que significava ter o Plano de Gestão aprovado, e nem de que forma essa aprovação poderia ou não modificar suas vidas por meio de mais um “dispositivo” normatizador do Estado.
- Em outubro e novembro de 2011, quando estivemos presentes nas comunidades, bem como aos órgãos públicos do município de Novo Aripuanã tais como: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Instituto de Desenvolvimento do Amazonas; pois parte dos problemas apresentados pelos comunitários, passavam de forma direta ou indireta pela administração dos órgãos citados.

A observação direta e participante nas comunidades, juntamente com os registros fotográficos devidamente autorizados pelos comunitários, consubstanciaram nossas análises, pois as contradições enriquecem as relações que são em sua essência carregadas de tensões, dualidades que permitem a esses sujeitos buscarem o empoderamento, a fim de construir suas histórias de vida como partícipes de um processo histórico que está sempre em construção.

O método de abordagem dialética e procedimentos da pesquisa participante, além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional ou técnico, mas também com embasamento empírico que é concebido e realizado com estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participante. O estudo foi realizado na perspectiva de ter a comunidade como sujeito e não apenas como mero objeto de especulação da mesma.

A pesquisa participante insere-se na pesquisa prática, classificação apresentada por Demo (2008, p.21), para fins de sistematização. Segundo o autor, a pesquisa prática é ligada a práxis, ou seja, a prática histórica em termos de usar conhecimentos científicos para fins

explícitos de intervenção, nesse sentido não esconde sua ideologia, sem como isso necessariamente perder de vista o rigor metodológico. Há na pesquisa participante um componente político que possibilita discutir a importância do processo de investigação, tendo por perspectiva a intervenção na realidade social.

Com a intensificação dos movimentos populares na década de 1970, novas formas de ciência emergiram, já que as abordagens tradicionais e predominantes até aquele momento, já não davam conta de contemplar o contexto histórico que se apresentava.

Este estudo está organizado em cinco partes, envolvendo a introdução e quatro capítulos.

O primeiro capítulo intitulado **Da Natureza ao Capital Fictício** trata da discussão do uso dos recursos naturais, partindo-se do princípio de que a natureza está sendo mercantilizada, portanto reserva de capital futuro na ótica do ecocapitalismo. Neste sentido enfatizando-se que a agenda dos problemas ambientais a partir dos anos de 1990 está centrada no mercado e seus atores, onde o processo de desnaturalização da natureza está ainda mais acentuado. Concomitante a mercantilização, abordaremos o papel estratégico que os serviços ambientais têm na Amazônia, em particular o mercado de carbono, que é a temática central deste estudo.

O segundo capítulo **A RDS do Juma do socioambiental ao econômico** dedica-se a caracterização da RDS do Juma, e a implementação do Projeto de REDD e as parcerias que a FAS está articulando, sejam públicas ou privadas e os projetos propostos desenvolvidos nas comunidades.

O terceiro capítulo **Os Impactos do REDD nas Comunidades** aborda os impactos que o projeto de REDD está proporcionando as comunidades, no que diz respeito aos aspectos socioambientais.

O quarto capítulo **(Re) Organização territorial na RDS do Juma** têm-se uma reflexão sobre o uso e ordenamento do território a partir do Plano de Gestão como parâmetro, e de que forma está modificando a organização do território da Reserva.

Nas considerações finais apresentamos os resultados da pesquisa, explicitando a necessidade de desmistificar o Pagamento por Serviços Ambientais, como uma forma de recompensa aos “guardiões da floresta”, que tem seus territórios e territorialidades modificados por meio da aprovação de um Plano de Gestão, o que não tem permitido as comunidades Viver Bem.

I - DA NATUREZA AO CAPITAL FICTÍCIO

Foi a partir da Revolução Industrial que a sociedade experimenta um rápido desenvolvimento tecnológico, permitindo ao homem perspectivas de onipresença e onipotência frente à natureza, que o capitalismo passa subjugar a natureza conforme seus interesses e necessidades que nem sempre estão em harmonia com as necessidades de grande parte das pessoas, aliás, está na essência de sua natureza a concentração de renda e violentas desigualdades sociais.

LEIS (2004) afirma que a Revolução Industrial é um claro exemplo de como o processo de expansão do industrialismo e do capitalismo em geral produz nos séculos XVI e XVII uma estética que poderíamos chamar anacronicamente de anti-ambientalista, pois o processo entrópico dos recursos naturais teve seu dinamismo acelerado. Observam-se novas configurações nas relações de poder, faz-se necessário a busca por mercados consumidores, ampliando as relações econômicas, buscam-se novos territórios, por fatores, principalmente de ordem econômica.

Nos anos de 1970, a agenda dos problemas ambientais sempre foi discutida num contexto de governabilidade global, em que os Estados apresentavam um papel destacado nas políticas de Gestão Ambiental. Nos anos de 1980 esse papel passou para a sociedade civil, e nos anos de 1990 o eixo da governabilidade se deslocou gradualmente em direção ao mercado e seus atores (LEIS e VIOLA, 2003).

O moderno sistema industrial capitalista depende de recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social na história da humanidade, liberando emissões tóxicas no ar, nas águas e nos solos e, portanto também na biosfera. Nestes termos, necessita de recursos naturais, energias e matérias primas e também cada vez mais de fontes genéticas, localizadas, sobretudo nos países do sul, detentores de grandes reservas de recursos naturais. Sendo assim a natureza está sendo desnaturalizada, fracionada e multilada, sua organização ecossistêmica e termodinâmica e para conter essa desnaturalização a entropia emerge como lei limite da racionalidade econômica, no entanto é negada pela neguentropia do sistema (LEFF, 2006, p. 52).

No contexto da globalização, portanto, se fortalece as relações de poder sob uma nova perspectiva. Não se trata mais tanto da conquista de territórios, mas sim, da acentuação de múltiplas formas de pressão que visam influenciar a tomada de decisão sobre o uso dos territórios dos Estados soberanos. Logo é importante considerarmos a forma como o capital

tem se apropriado da natureza por meio do uso dos recursos naturais, sob uma forte vertente econômica dentro da lógica de uma política neoliberal.

Segundo Becker (2009) o controle de posições estratégicas está na raiz da apropriação e manutenção da Amazônia sob a soberania brasileira. Hoje, relações e conceitos são redefinidos pela ação conjugada de dois elementos:

1. A revolução científico-tecnológica, que cria uma nova forma de produzir, cujas matérias-primas são a informação e o conhecimento, transformados em fontes de produtividade econômica e de poder político;
2. A crise ambiental, talvez a principal restrição à expansão do Capitalismo sob formas convencionais de produzir (DALY, 1991), que impõe novos padrões relacionais com a natureza e os recursos econômicos.

Esta crise ambiental que permeia o século XXI, citada anteriormente, é uma crise da razão, pois questiona os fundamentos ideológicos e teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza e a cultura, deslocando a relação entre o Real e o Simbólico (LEFF, 2006, p.133). Pode-se afirmar que a razão desta crise é o acesso desigual ao uso dos serviços e recursos da natureza, fazendo-se necessária a reflexão entre a distribuição econômica, a distribuição ecológica, incluindo as gerações presentes e futuras, bem como a distribuição do poder político.

Em se tratando de um fenômeno complexo, a crise ambiental necessariamente se articula com as múltiplas dimensões da vida. É preciso que fique claro que a crise ambiental não é sinônimo de uma crise ecológica. Não é exatamente a relação Humano x Natureza que se encontra fora de sintonia, mas as próprias relações sociais que permanecem com uma base conflituosa.

É até mais provável que a crise ambiental seja manifestação de um dilema civilizacional. Compreender a problemática ambiental como uma mera questão ecológica significa cair na armadilha do reducionismo, como se o problema estivesse posto numa ordem de linearidade do processo interativo humano com a natureza, como se bastasse ao ser humano reaprender a ler o livro da natureza para saber como interagir de forma “ecologicamente correta”. Nada mais equivocado e ingênuo do que isso, que ainda por cima, resulta no entendimento de que a questão ambiental é uma questão meramente ética, em que se imagina que a natureza humana seja espírito puro, descolada das relações sociais, e que a

racionalidade econômica e a instrumental sejam invariavelmente dissolvidas pela consciência ecológica.

Aqui entra em cena o cerne do dilema civilizacional em que nos encontramos cuja crise ambiental, que ora nos assola e assusta, é apenas a ponta do *iceberg*: desde que o ser humano começou a viver de modo gregário em sociedades complexas, dois sistemas sociais tiveram suas atribuições bem delimitadas e visceralmente complementares, a respeito da geração e distribuição das riquezas geradas numa determinada coletividade: a Economia se encarrega da produção, a Política se encarrega da distribuição. Apesar de essas atribuições serem bem delimitadas e complementares, elas são dialeticamente tensionadas, uma vez que respondem a subjetividades contraditórias, motivo pelo qual entendemos ser essa a raiz do dilema civilizacional, que mais uma vez torna-se saliente com a emergência da crise ambiental (LAYRARRGUES, 2002).

A Amazônia é um campo de investigação vital para a ciência, sendo assim o desafio ecológico tem uma dupla questão: a sobrevivência da humanidade e a valorização do capital natural, tendo em vista que a apropriação da decisão sobre o uso do seu território e ambiente como reserva de valor é uma forma de controlar o capital natural para o futuro, pois os fluxos financeiros são globais, constituindo-se assim um novo componente na disputa entre as potências detentoras da tecnologia pelo controle dos estoques de natureza localizados, sobretudo nos países periféricos e em espaços não apropriados, configurando segundo Becker (2003) um novo “Tordesilhas”, ecológico.

Na raiz da questão ambiental jazem, portanto, duas lógicas: a) a lógica da acumulação, que valoriza a natureza como capital natural de realização futura, ou seja, reserva de valor sem uso produtivo imediato; b) a lógica civilizatória ou cultural, que valoriza a natureza como fundamento da vida. Duas lógicas, muito diversas, mas que convergem para um mesmo projeto de preservação da natureza. No entanto enquanto a segunda respeita a entropia da natureza, a primeira mercantiliza os recursos, apostando na distribuição econômica, desconsiderando o acesso desigual ao uso dos serviços e recursos da natureza, portanto, embora possam convergir para a preservação, são antagônicas na sua essência.

O processo de mercantilização da natureza surge como uma pré- condição da economia pós-industrial que segundo Polanyi (1944), a comercialização da terra, do trabalho e do dinheiro, inexistente no mercantilismo como pré-condição da economia de mercado que emergiu no sec. XIX com a industrialização subordinada a sociedade, de alguma forma, as suas exigências.

Com efeito, na passagem para o terceiro milênio, acentua-se a lógica da acumulação em detrimento da lógica civilizatória, com um crescente processo de mercantilização de elementos da natureza. Em outras palavras, o capital natural tende a deixar de ser reserva de valor, começando a ser utilizado. Elementos da natureza são transformados em mercadorias fictícias – fictícias porque não foram produzidas para venda no mercado (POLANY, 1944). Através dessa ficção, geram-se mercados reais cuja regulação é tentada através de acordos globais (BECKER, 2001).

Dentre as formas de mercantilização da natureza podemos destacar: o mercado do ar, o mercado da vida e o mercado da água.

O mercado do ar baseia-se no sequestro de carbono e seu instrumento principal é o Protocolo de Quioto que entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, depois da sofrida espera de muitos anos pela adesão de um número significativo de países, o que ocorreu após a ratificação pela Rússia. Para entrar em vigor, o Protocolo precisou ser ratificado por pelo menos 55 Estados Partes da Convenção, englobando países que contabilizaram no total pelo menos 55% das emissões de CO² em 1990, devido a não ratificação pelo maior emissor mundial de gases de efeito estufa, entenda-se Estados Unidos da América.

O objetivo principal do Protocolo de Quioto foi o de estabelecer metas concretas de redução de emissão de gases causadores do efeito estufa. O artigo 3.1 do Protocolo estabeleceu que os países do anexo I, o que inclui 40 países desenvolvidos e em transição para economias de mercado, deveriam reduzir suas emissões totais de gases do efeito estufa, chegando a uma média de 5,2 abaixo das emissões de 1990, entre os anos de 2008 e 2012, período este conhecido como o primeiro período de compromisso. No entanto, há uma grande variação nas metas de cada país, indo de uma redução de 8% até um aumento de 10% do nível de emissões de 1990.

Para os países periféricos, e para o Brasil em particular, o uso de fontes de energia limpa, como a hidrelétrica, a solar e a eólica, a de biocombustíveis e a da biomassa vegetal, constitui grande potencial, a que se soma a possibilidade de usar a absorção de CO₂ na vegetação para compensar a emissão de outros países. Assim, em vez de cortar diretamente as próprias emissões, um país como os EUA que, sozinho, emite 25% de carbono do mundo, pagaria sua cota de 7% através de “créditos-carbono”. Além disso, investimentos florestais em países periféricos são muito mais baratos. Por exemplo: custa cerca de 150 dólares para uma empresa como a BP-AMCO emitir menos uma tonelada de carbono de uma sofisticada plataforma de petróleo no Mar do Norte, quando ela poderia conseguir uma redução igual de carbono por 15 centavos em um projeto de reflorestamento na Bolívia.

Os conflitos embutidos na construção do “mercado do ar” são intensos, ocorrendo entre as potências – quanto à redução do grau de emissão e aos limites de compra de créditos – e entre os países centrais e os periféricos – quanto à contabilização das emissões e a inserção ou não das florestas primárias. Este debate verifica-se mesmo internamente no Brasil.

Muitas outras iniciativas, embora não divulgadas e nem sempre na escala de empresas, estão em curso na região. É o caso do aproveitamento do potencial para projetos de sequestro de carbono no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), iniciativa do Banco Mundial que, com seus próprios fundos, desenvolve um projeto com esta finalidade para comunidades que estão trabalhando com Sistemas Agro-Florestais (SAFs).

Vários outros projetos de sequestro de carbono estão localizados fora da Amazônia, como por exemplo: Central and South West Corporation de Dallas, uma das maiores operadoras de energia nos EUA que, com a mediação da organização não governamental Nature Conservancy, comprou 7.000 ha da Reserva Serra do Itaquí, no Paraná, repassando o projeto para a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental; o Fundo Protótipo de Carbono do Banco Mundial que, associado à empresa Plantar, de Curvelo (MG), visa produzir ferro gusa com carvão vegetal proveniente de florestas renováveis certificadas em 23.000 ha; e o BIRD comprando parte dos créditos de carbono e vendendo-os a empresas investidoras no Banco como a Mitsubishi, Marubeni, Ontario Electric Power, BP-AMCO e Shell, entre outras.

Não há dúvida de que bons negócios poderiam ser viabilizados com a mercantilização do ar. Contudo, há outra ordem de questões, a serem consideradas:

- a) O risco social de transformar o ar em mercadoria fictícia, cujo destino seria dirigido exclusivamente pelos mecanismos de mercado;
- b) O risco de privatização e internacionalização do território nacional pela compra e/ou controle de grandes tratos de terra e, sobretudo, pelo controle do uso do território no caso de inclusão das florestas originais no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Quando falamos de privatização e internacionalização do território, não estamos sendo catastrófico como podem dizer alguns estudiosos sobre o assunto, dentre eles Fersinde (2002) quando afirma que:

Não há nenhuma diferença entre os efeitos sobre a soberania de entrar em um acordo quanto a reservas e biodiversidade e os efeitos de entrar em qualquer outro tipo de contrato comercial. “Se um país faz um contrato para vender qualquer coisa, inclusive mercadorias tradicionais e serviços ambientais estão de fato trocando a segurança de um fluxo monetário pela opção de fazer o que queira com parte de seu território” (FERSINDE, 2002).

A esse respeito Viana (2011) refere-se à internacionalização da Amazônia ou privatização do território como “um fantasma que precisa ser exorcizado”.

Ambos insistem em querer nos convencer que essa possibilidade de entrega de soberania é, sobretudo, “sustentável” para a Amazônia, embora não desconheçam todo o processo histórico de ocupação territorial na Amazônia desde o Império até a República, bem como suas consequências, ainda assim insistem em minimizar os discursos e intenções postas para essa região.

Tanto Fersinde (2002) como Viana (2011) parecem desconsiderar que os serviços Ambientais na Amazônia têm, sobretudo um papel geopolítico baseado nas relações entre poder e território, tendo em vista que a geopolítica atua, principalmente, por meio de influir na tomada de decisões dos Estados sobre o uso do território onde a Amazônia é um exemplo vivo dessa Ordem Ambiental, constituindo um desafio para o presente não mais para o futuro.

O risco de privatização e de internacionalização do território nacional passa pela compra e controle de grandes tratos de terra, e principalmente pelo controle do uso do território no caso de inclusão das florestas originárias no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, lembrando que precisamos considerar as lacunas existentes no conhecimento científico sobre o aquecimento global.

Ninguém questiona o fato da temperatura média ter aumentado. Mas, enquanto um grupo de pesquisadores e ativistas, aglutinados em torno do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), responsabiliza a elevada concentração de gases de efeito estufa na atmosfera como a responsável por esta catástrofe, diversos outros cientistas e ativistas apresentam como causa principal das alterações climáticas as variações da própria atividade solar. Essas avaliações não podem ser desconsideradas quando se discute o aquecimento Global.

No mercado de serviços ambientais o mercado da vida tenta igualmente se constituir, tendo como principal instrumento a Convenção sobre Diversidade Biológica.

O mercado da vida, expresso na questão da biodiversidade, é ainda mais complexo, pelo menos por duas razões, sendo a primeira: à diferença do ar, a diversidade da vida é um

fenômeno humano, haja vista ter localização geográfica e formas de apropriação particulares, o que a insere, necessariamente, no contexto das relações sociais.

Essa condição implica reconhecer a existência de diferentes projetos para a biodiversidade, correspondentes à diversidade de significados e de meios disponíveis das sociedades, em diferentes escalas geográficas.

A segunda razão decorre da própria Convenção sobre Diversidade Biológica. Se por um lado ela priorizou os riscos e as necessidades de preservação da biodiversidade mundial mais do que a distribuição de seus benefícios para os habitantes dos ecossistemas, por outro lado, na Cúpula de Terra, os recursos biológicos foram declarados patrimônios nacionais, afirmando-se, com isso, o direito soberano dos Estados explorarem seus próprios recursos. Acresce que a afirmação desse direito não contou com o esclarecimento sobre os direitos de propriedade.

A biodiversidade desponta dentre os temas ambientais globais nos anos de 1980. Em linhas gerais, duas grandes motivações contribuíram para trazê-la à cena internacional e para determinar o seu caráter estratégico, desde então. Uma delas relaciona-se ao aumento da percepção, pelos cientistas e por crescentes segmentos da sociedade em geral, a respeito da importância e da importância de se tomarem medidas de maior alcance visando resguardar a existência das diferentes formas de vida na Terra.

Nesse novo contexto, a temática da biodiversidade deixa de pertencer às esferas científica e ambiental estritas, passando a estar no centro de acirradas disputas geopolíticas, particularmente em torno do acesso a recursos genéticos e do acesso à tecnologia, como vias de acesso à informação estratégica associada à biodiversidade. (ALBAGLI, 1998, p.125)

Para efeito deste estudo, ainda que reconhecendo a existência de um amplo debate, nos meios científicos, a respeito do que seria uma definição mais precisa para o conceito de biodiversidade, assume-se a utilizada na Convenção sobre Diversidade Biológica, que, em seu Artigo 2º, define diversidade biológica como sendo:

A variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (ALBAGLI, 1998).

É fácil perceber a importância da Amazônia para o avanço da fronteira da ciência que reside em grande parte na biotecnologia. O avanço da pesquisa experimental se efetua *in vitro*, com técnicas sofisticadas nos modernos laboratórios de universidades e de empresas dos

países centrais, principalmente nos EUA e na Inglaterra. Mas também se realiza *in situ*, no coração das florestas, que contêm as matrizes genéticas, muitas delas ainda não passíveis de ser reproduzidas em laboratórios (BECKER, 2003 p. 34).

Para a sociedade amazônica e brasileira, a valorização dos recursos genéticos exige regras de controle sobre seu acesso, que ainda estão em discussão no Brasil. Exige também, a distribuição dos seus benefícios para a população que com ela convive. Por enquanto, o acesso à biodiversidade é livre, favorecendo a “biopirataria”, o que indica a necessidade urgente da regulação desse mercado e do empenho em utilizá-la com tecnologias avançadas. Para tanto, a união dos países amazônicos é essencial.

Por fim, quanto ao “mercado da água”, é ainda incipiente o que não quer dizer que não há interesse especulativo nos grandes mananciais do planeta. Uma multiplicidade de agências das Nações Unidas, financiamentos do Banco Mundial e Comissões que visam coordenar ações não têm conseguido resultados. Sua valorização reside na ameaça de escassez decorrente do forte crescimento do consumo, a tal ponto que é considerada como o “ouro azul”, capaz de, à semelhança do petróleo no século XX, instigar guerras no século XXI.

O crescimento demográfico é uma das causas da catástrofe prevista, juntamente com a poluição dos rios e o desmatamento que contribuem para acentuar o problema. Na verdade, existem efetivamente regiões áridas. Porém, o maior problema não é o crescimento demográfico, mas sim a gestão do recurso, de modo a estender os serviços de abastecimento e esgotamento sanitário às grandes massas que deles não usufruem. Ademais, as previsões apocalípticas e seus argumentos não se aplicam de forma alguma à Amazônia, que detém grande percentual da água doce do planeta e baixo consumo. Mas há que se ter em mente as condições diversificadas do planeta, para evitar imposições globais que não atendam aos interesses nacionais e regionais sejam evitadas.

É evidente que o maior desafio do mercado da água é a desigualdade de distribuição desse recurso, sendo a privatização desse bem público o grande responsável pela má qualidade da distribuição, em particular as classes sociais de menor poder aquisitivo. Sendo assim o maior problema não é a escassez, mas sim a má gestão que dentro do capitalismo não proporciona uma distribuição de água potável para todos, justifica que há um “stress hídrico”, quando na verdade falta vontade política, ou como justifica Ribeiro (2005), “um pacto político” para se ter uma gestão eficiente. A água é antes de tudo, um bem público, um patrimônio, portanto direito de todos. A Bolívia deu um grande exemplo de defesa desse bem público ao retomar o controle do uso desse recurso para o Estado.

A Amazônia não foge ao quadro nacional: não lhe falta água doce. Como é sabido, a bacia Amazônica contém a mais extensa rede hidrográfica do planeta, com um total de 6.925 mil km² desde suas nascentes, nos Andes, até sua foz, no Atlântico. Abrange territórios de sete países sul-americanos, mas 63% dela localiza-se no Brasil; grande parte das cabeceiras dos afluentes do Amazonas situa-se fora do país, mas não há tensões com os países a montante; não há o problema de “explosão” demográfica, nem no Brasil, onde as taxas de crescimento caíram nas últimas décadas, nem na Amazônia, onde se reduziu à imigração e o crescimento vegetativo não assusta. Tampouco há, na região, desperdício de água com a irrigação. Porém, à semelhança do que ocorre no Brasil como um todo, há os problemas de saneamento e os problemas ambientais assinalados para as cidades, cujo rápido crescimento nas últimas décadas foi desprovido da implantação de infraestrutura necessária. (BECKER, 2003, p. 35)

Tendo em vista que a natureza está sendo valorizado como capital de realização atual ou futura e como fonte de poder para a ciência contemporânea (BECKER, 2001a), os serviços ambientais estão inseridos na lógica de uma economia de mercado, provocando controvérsias entre as mais diversas correntes de pensamento, a natureza é reavaliada e tal qual moeda, valorizada como informação sobre a vida e recursos potenciais.

1.1- Desenvolvimento Sustentável e Ecodesenvolvimento: Quais as diferenças?

Conforme já abordado, optamos nesse estudo em utilizar ecodesenvolvimento a desenvolvimento sustentável, em virtude do desgaste e banalização do conceito de desenvolvimento sustentável.

Existem várias semelhanças entre as propostas de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável.

Em linhas gerais, ambos consideram os direitos das gerações futuras como um princípio ético básico, ambos afirmam que o componente ambiental deve entrar concomitantemente com o critério econômico no planejamento e processo decisório, ambos relatam a necessidade de as comunidades locais participarem dos processos de decisão, articulados com o interesse comum (LAYRARGUES, 1998).

Contudo, existem também diferenças relevantes. Layrargues indica três divergências entre as duas propostas:

- 1) A noção de justiça social;
- 2) A questão do papel da tecnologia;
- 3) Diferenças estratégicas de políticas econômicas.

A proposta de ecodesenvolvimento surgiu das discussões da “ECO-72” em Estocolmo, na Suécia. O conceito foi originalmente concebido por Maurice Strong e posteriormente desenvolvido principalmente por Ignacy Sachs.

Sachs (2001) orienta que não se pode ser rigoroso em épocas de mudanças paradigmáticas. Deve-se aceitar um planejamento para o ecodesenvolvimento se, ao menos, contemplar algumas das dimensões de sustentabilidade: social é aquela em que se busca uma maior equidade na distribuição do *ter*, criando um processo civilizatório baseado no *ser*; econômica possibilita reduzir os custos ambientais e sociais, possibilitando uma maior alocação e gestão de recursos, com um fluxo regular de investimento público e privado; ecológica visa o aumento da capacidade de recursos naturais, limitando os recursos não renováveis ou ambientalmente prejudicáveis; espacial se volta para uma configuração rural-urbana mais equilibrada; e cultural enfatiza as raízes endógenas, respeitando a continuidade das tradições culturais e a pluralidade das soluções particulares.

A gestão para o ecodesenvolvimento consiste em um planejamento com uma visão em longo prazo com estratégias concretas de intervenção corretivas, baseadas num novo critério de racionalidade social que contenha pelo menos três princípios: primeiro aqueles que são afetados por um projeto de desenvolvimento devem participar do seu processo de planejamento; segundo, o planejamento do desenvolvimento deve ser baseado numa metodologia sistêmica complexa, isto é, não setorial; e terceiro, primar a endogeneidade do local ora potencializando seus saberes e tecnologias apropriadas, ora externalizando seu conhecimento tácito e interações culturais codificadas (SAMPAIO, 2004).

A noção de justiça social presente na proposta de ecodesenvolvimento busca um “teto de consumo material”, com um nivelamento médio dos padrões de consumo em que o “Norte” deve diminuir e o “Sul” aumentar o consumo. Por outro lado, na proposta de desenvolvimento sustentável a justiça social será alcançada através de um “ piso de consumo material”, com o crescimento econômico tanto do “Sul” quanto do “Norte”, desde que sejam criadas tecnologias mais eficientes que produzam mais bens com menos recursos e poluam menos (*ibidem*, p. 148-151).

No que tange à questão da tecnologia, o ecodesenvolvimento almeja a produção de tecnologias que melhor se adaptem às condições naturais e culturais de cada ecorregião do mundo, de modo a satisfazer as necessidades culturais humanas e, ao mesmo tempo, respeitar os limites naturais de cada ambiente. Por sua vez, a proposta do desenvolvimento sustentável

aponta a necessidade da transferência de tecnologias do “Norte” para o “Sul” (*ibidem*, p. 151-152).

Com relação às estratégias de política-econômica, a proposta do ecodesenvolvimento critica o livre mercado e defende uma maior participação do Estado e dos movimentos sociais, enquanto o desenvolvimento sustentável defende uma política-econômica bem mais liberal, tendo inclusive a expansão do mercado como um dos eixos da proposta (*ibidem*, p. 152-153).

Após fazer essas considerações acerca das diferenças entre as duas propostas de desenvolvimento, Layrargues chega a conclusão de que o que diferencia o desenvolvimento sustentável do desenvolvimento convencional é que este último leia-se as forças de mercado, sob pressão da nova realidade ecológica e na necessidade de assumir uma nova postura, desponta sob uma nova roupagem, sem que tenha sido necessário modificar sua estrutura interna de funcionamento. O que, de fato, ocorreu. O mecanismo, cujo funcionamento é dependente da lógica do mercado, sequer foi abalado, ou melhor, saiu até mais fortalecido (*ibidem*, p. 152-153).

Ao que tudo indica, o discurso ambiental vem sendo apropriado pelas forças de mercado. Um indício disso pode ser apreendido dessas diferenças entre as propostas de desenvolvimento.

O ecodesenvolvimento, com sua crítica ao livre mercado, com a defesa de um “teto de consumo material” que limitaria o mercado e diminuiria o consumo de supérfluos e com sua defesa à autodeterminação dos povos na criação de tecnologias mais apropriadas a cada região, não conseguiu ser a ideia força que pretendia, visto que sofria bastante resistência do capital.

Durante os anos 1970 e 1980, a discussão entre preservação da natureza e desenvolvimento não conseguiu encontrar no ecodesenvolvimento uma solução. Entretanto, no final dos anos 1980 surge o desenvolvimento sustentável, um conceito vago e contraditório que, como num passe de mágica, “permitiu a reunião de ‘desenvolvimentistas’ e ‘ambientalistas’, conseguindo pôr sob seu guarda-chuva posições de início politicamente inconciliáveis” (AMAZONAS & NOBRE, 2002).

A proposta de desenvolvimento sustentável apresentada em *Nosso Futuro Comum* reforça o capital. Logo, o desenvolvimento sustentável tornou-se um instrumento geopolítico interessantíssimo na cooptação do movimento ambientalista.

A retórica do desenvolvimento sustentável reconverteu o sentido crítico do conceito de ambiente em um discurso voluntarista, proclamando que as políticas neoliberais haverão de conduzir-nos aos objetivos do equilíbrio ecológico e justiça social pela via mais eficaz: o crescimento econômico guiado pelo mercado (LEFF, 2003).

O ambiente tornou-se uma variável de mercado; a poluição transformou-se em um bem com valor de troca. Isso levou a CMMAD e a Carta do Rio a defenderem o mercado aberto entre Estados, diferentemente do ecodesenvolvimento em que não há saída pelo livre mercado.

Entendemos que “a crise ambiental que ora nos assusta e assola, é apenas a ponta do iceberg” e se estrutura não apenas a partir do contexto social, pois os problemas de natureza social e ecológica são indissociáveis, apesar de tratados de forma isolada por uma leitura ideológica que os fragmenta.

Em meio a essa crise os parâmetros de desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento estão bem estabelecidos. Enquanto o primeiro defende a contínua expansão do mercado como uma das principais ações para acabar com a pobreza, e conseqüentemente com os problemas ambientais; o segundo busca a harmonia entre desenvolvimento humano e ambiente de modo que as gerações futuras possam usufruir as mesmas benesses da geração atual.

1.2 Ecocapitalismo: Rumo a uma economia verde

O aumento do consumo constitui um dos traços essenciais do movimento de expansão capitalista, como um impulso a acumulação privada.

O ecocapitalismo é uma nova face do capital que busca a consolidação de uma economia verde, tendo nos serviços ambientais um grande capitalizador de recursos, especialmente o mercado de carbono e a RDS do Juma representa um marco no Brasil a medida que está inserida na lógica de uma economia de baixo carbono.

A economia verde está relacionada diretamente a mudanças climáticas e baixo carbono, eficiência energética, energia renovável etc. (GOUVELLO, 2010 ESMAP, 2010).

Os países do Norte são os maiores comparadores de carbono dos países do sul e pagam preços bem irrisórios pela “prestação desse serviço”. Neste sentido é importante considerarmos questões éticas fundamentais, no que diz respeito a venda de recursos . Seria correto pagar alguém para não fazer mal aos outros? As externalidades negativas não devem ser incorporadas pelos produtores, em vez de serem simplesmente repassadas aos

contribuintes ou consumidores? Por outro lado, as externalidades positivas exigem remuneração? Se houver compensação, como pode ocorrer no caso de pagamentos internacionais, não há uma espécie de “indulgência”, pagando-se para poder continuar pecando (poluindo)?

O tratamento que será dado à economia verde fará muita diferença para as políticas públicas. O papel do Estado (a governança que temos atualmente), os padrões de produção e consumo e os rebatimentos nos diversos territórios no Brasil e no mundo. Os efeitos positivos esperados poderão não se verificar, como também poderão surgir efeitos negativos inesperados, ao menos se não houver uma análise adequada de todos os aspectos em jogo.

O uso do termo economia verde, aparentemente no lugar de desenvolvimento sustentável, termo considerado desgastado ou esvaziado (FASE, 2011), merece uma série de cuidados. Urge evitar que os efeitos acabem sendo insignificantes ou mesmo perversos, especialmente na medida em que o foco é desviado para assuntos e territórios menos importantes, sem manter os diversos ecossistemas funcionando e sem atender às necessidades humanas atuais e futuras.

A economia verde foi a principal proposta da ONU para a Rio+20, ocorrida em junho de 2012, que prevê mecanismos de financeirização da natureza, que segundo Sousa, Santos (2012) é uma cortina de fumaça que estão estabelecendo a nossa volta, porque é a melhor maneira para o capital global financeiro, sobretudo, ter acesso a gestão de recursos globais.

Apesar das semelhanças e do apelo mercadológico, a economia verde implica grande risco de se transformar em algo muito diferente de desenvolvimento sustentável. Ainda que limitado e vago, o termo desenvolvimento sustentável (BRUNDTLAND, 1987) e seu significado explícito (atendimento às necessidades do presente sem prejudicar o atendimento às necessidades das futuras gerações) foram consagrados por todos os países do mundo em 1992. Há que se levar em conta que qualquer linguagem diplomática consensual, ainda mais quando acordada globalmente, é necessariamente vaga.

Por tratar do atendimento às necessidades da presente e futuras gerações, ou seja, no fundo, por compreender a equidade intra e intergeracional, o desenvolvimento sustentável é necessariamente sistêmico. A economia verde, por outro lado, poderá não passar do acréscimo superficial de alguns setores ou camadas adicionais. Pode se resumir a atividades ou projetos verdes atualmente em voga, tais como painéis fotovoltaicos, moinhos eólicos, parques nacionais remotos, pontos de reciclagem de lixo, hortas orgânicas e pousadas ecoturísticas na selva, sem mudar o principal, que são os padrões de produção e consumo insustentáveis. A economia verde facilmente acaba se tornado “um cosmético paliativo”.

Economia verde, por meio de valoração monetária e instrumentos econômicos, tende a reduzir tudo a dinheiro, a valores monetários, prevendo pagamentos feitos por poluidores e recebidos por prestadores de serviços ambientais (WORLD BANK, 2010). Não se trata necessariamente de “ambientalismo de mercado” (FASE, 2011), mas não é verdade que tudo é ou deve ser mercadoria. Não há como evitar o cálculo de custos e benefícios e a realidade do mundo financeiro, mas também nem tudo na sociedade, e na natureza são bens ou serviços. Não deveria haver mercado de seres humanos, culturas, direitos, saúde, flora, fauna ou funções ecológicas.

Esse ambientalismo de mercado, que busca incessantemente colonizar a natureza e as pessoas é uma das características da sociedade capitalista. A visão dualista da natureza e da sociedade é uma das principais características da cultura ocidental, em particular da época moderna.

Segundo Leis (2004) no começo do período moderno o paradigma cartesiano instaura um corte radical entre o homem (possuidor de alma) e o resto da criação (entendida como matéria inerte desprovida de toda dimensão espiritual, propiciando assim o exercício ilimitado da dominação humana sobre a natureza que o avanço das forças produtivas requeriam. O antropocentrismo se consolida com todas as forças vigentes.

Para o capitalismo o desenvolvimento é o avanço tecnológico colocando as pessoas em posição de supremacia frente à natureza e em um vale tudo para alcançar a sociedade do Bem Estar. Esse modelo exportado da Europa e que também se refere aos grandes interesses econômicos que nos impuseram o capitalismo predatório como modelo socioeconômico. Progresso são os índices do PIB e da renda percapita mais elevados, mesmo que seja às custas da deterioração social e ambiental, que nos leva a essa crise de civilização que sofremos.

1.3 Serviços ambientais: dualidade entre a economia ambiental e a economia ecológica

Os produtos ambientais são aqueles oferecidos pelos ecossistemas utilizados pelo ser humano para seu consumo ou para serem comercializados madeira, frutos, peles, carne, sementes, medicações, entre outros; constituem uma base de sustentação e fonte de renda importante para a Sociedade.

Os serviços ambientais são serviços úteis oferecidos pelos ecossistemas para o homem, como a regulação de gases (produção de oxigênio e sequestro de carbono), belezas cênicas, conservação da biodiversidade, proteção de solos e regulação das funções hídricas.

Segundo Fersinde (2002) manter os estoques de carbono representa um serviço ambiental precioso. Ao contrário da biodiversidade, o carbono é completamente permutável: um átomo de carbono estocado na floresta tem o mesmo efeito atmosférico que um átomo de carbono estocado em uma plantação de eucalipto ou um átomo de carbono estocado no subsolo como combustível fóssil que não foi queimado por uma escolha de conservação de energia. O que pode variar é o tempo em que o carbono fica retido sob circunstâncias diferentes, mas quando as comparações são feitas em uma base de tonelada-ano de carbono, elas são completamente equivalentes.

O entendimento sistêmico dos recursos naturais fornece a base principal para a análise do paradigma termodinâmico e a sua influência no ambiente e nos processos econômicos e nesse sentido a entropia emerge como lei limite da racionalidade econômica.

A Revolução Industrial marcou uma profunda transformação da relação do homem com a natureza. O aparecimento da máquina a vapor permitiu o crescimento de uma produção industrial mecanizada, a qual modificou a estrutura social e comercial da época, provocando grandes e rápidas mudanças de ordem econômica, ecológica, política e social (MOTA, 2006, p.18). Esse momento histórico para o ocidente coloca a questão ambiental dentro de um contexto geopolítico na Ordem Ambiental Internacional.

A economia surge desde o momento em que os povos e nações começaram a inventar diversos modos de produção que implicavam diferentes formas de apropriação da natureza (LEFF, 2006, p. 171).

Embora possam variar em suas concepções, os estudos da economia relacionados ao ambiente tem como preocupação o desafio de atribuir valor e preço aos elementos da natureza visando o pagamento por sua conservação.

É importante reconhecer que os serviços ambientais não tem apenas valor econômico, mas também estratégico. O valor estratégico qualifica o capital natural da Amazônia como um componente de poder pela concentração de estoques e de serviços sem equivalentes no planeta sob soberanias nacionais, colocando para o Brasil e demais países amazônicos a questão política de como fazer reconhecer esse valor estratégico de pura existência da natureza no cenário global (BECKER, 2009, p.15).

A floresta amazônica está no foco das atenções globais quando se fala em conservação e em serviços ambientais. A Amazônia abriga a maior floresta tropical do mundo e contém um terço de todas as florestas remanescentes desse tipo. A região, compartilhada por nove países sul-americanos, ocupa quase a metade do território brasileiro – 4,1 milhões de km² – e abriga a maior bacia hidrográfica do planeta – 10% da água doce disponível no

mundo. Ela também estoca uma enorme quantidade de carbono, possui uma imensa riqueza biológica, é maior reserva de biodiversidade do planeta, e tem um patrimônio cultural igualmente diverso, com populações tradicionais e indígenas de longa e rica tradição no convívio com a floresta. Aproximadamente 20 milhões de pessoas vivem nessa região (SANTOS 2002; CÂMARA, 2002 WAAK, 2007; VERÍSSIMO, 2007).

Sobre os serviços ambientais existem duas principais linhas de pensamentos e metodologias da economia do meio ambiente e de valoração dos serviços ambientais: a economia ambiental e a economia ecológica (ROMEIRO, 1999, 2001; MATTOS et al, 2008).

Na economia ambiental pressupõe que os recursos naturais e serviços ambientais são valorados como bens transacionáveis no mercado, o controle de sua escassez traduzindo na elevação dos preços. Como os mecanismos de mercado falham na valoração direta de recursos naturais e serviços ambientais que são bens públicos não transacionáveis em mercado, a economia ambiental utiliza três ferramentas metodológicas para valorá-los:

- a) Disposição a pagar a medida que a escassez ambiental aumenta;
- b) A atribuição de “direitos de propriedade” sobre tais recursos e serviços confiando que seus proprietários os troquem por idôneos;
- c) O princípio do “poluidor pagador”, uma proposta polêmica para muitos envolvendo o direito de poluir.

O poluidor pagador cobra por uso outorgáveis, isto é, que utilizam ou que alterem a quantidade dos recursos hídricos (Lei nº 9433/1997 do Sistema Nacional dos Recursos Hídricos – SNRH); protetor receptor cobra benefícios usufruídos de serviços ambientais proporcionados por uma Unidade de Conservação. O beneficiário paga os serviços ambientais aos gestores ou proprietários de áreas protegidas, realizando uma contrapartida visando o fluxo de contínuo e a melhoria de serviço de mandado (Lei nº 9985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC)

A teoria da escolha do consumidor, um dos ramos da teoria neoclássica, é o ponto fundamental para valoração dos recursos naturais. O consumidor é soberano no seu processo de consumo, segundo os neoclássicos, e ao mesmo tempo exerce essa soberania com base nas suas preferências individuais, ordenando-as de acordo com a utilidade dos bens/serviços e sujeitando-as a sua restrição de renda (MANKIW, 1999; EATON, 1999).

A economia ambiental e dos recursos naturais parte da suposição que toda “externalidade”, toda contribuição de um recurso ou serviço ambiental não incluído no mercado, pode, entretanto, receber uma valoração monetária convincente e uma vez

“internalizada” as “externalidades”, ou seja, uma vez computados esses custos ou benefícios ocultos e imputados a seus responsáveis econômicos, triunfa outra vez a lógica do mercado. Vale ressaltar que a externalização da natureza do sistema econômico, é justamente o efeito do desconhecimento da entropia, segunda lei da termodinâmica), que estabelece os limites impostos pela natureza ao crescimento econômico, ocultando as causas da crise ambiental e da insustentabilidade ecológica da economia (LEFF, 2006, p. 176)

Baseado nessa dualidade representantes da economia ecológica (KAPP,1983, GEORGESCU-ROENG, 1993; DALY,1991; NAREDO, 1987), argumentam contra a possibilidade de “internalização” convincente das externalidades, sendo um dos argumentos principais o da ausência de gerações futuras nos mercados atuais, ainda que esses mercados se ampliem ecologicamente mediante simulações baseadas na disposição a pagar e não em pagamentos realmente efetuados.

Entendemos que a lógica de internalizar as externalidades, nos remete a pensar até quando o mercado de carbono estará disposto a pagar pelo REDD na RDS do Juma, pois dentro da lógica do capital, pode não haver gerações futuras para atender a esse mercado.

A crise ambiental provocou a necessidade de internalizar no processo econômico o imperativo da sustentabilidade ecológica, através de formas de aproveitamento que evitem o esgotamento dos recursos não renováveis e possibilitem a produção sustentável dos recursos bióticos (LEEF, 2009, p.206).

Na economia ecológica os estudiosos entendem a economia como um subsistema aberto do sistema maior, o sistema Terra, finito, material fechado embora aberto à energia solar que impõe restrições absolutas a sua expansão.

Para esta corrente de pensamento, o caminho para a sustentabilidade está na lógica econômica cíclica com novos estilos de vida e consumo, reconhecendo a questão central que deriva da divisão social do trabalho e das relações capitalistas de produção.

Defensor convicto da economia ecológica, Alier (1988), enfatiza que a problemática central está no acesso desigual aos recursos naturais, pois sua defesa ao ecologismo popular nasce do conflito entre a economia e a ecologia, ou seja, uma pseudo racionalidade econômica, já que a economia não valora a destruição ecológica.

O acesso desigual aos recursos naturais e que move a crítica contundente de Alier ao Informe de Brundtland (1987), pois o mesmo insiste em que os pobres causam graves prejuízos ambientais, recomendando a conveniência de um desenvolvimento econômico e ecologicamente sustentável que simultaneamente elimine a pobreza e melhore o ambiente.

Assim como Alier, não compactuamos com a crença de que a pobreza possa ser eliminada pelo crescimento econômico, mas sim pela redistribuição dos recursos, sejam naturais ou econômicos. No entanto numa sociedade onde impera o individualismo em detrimento do coletivismo, torna-se mais conveniente culpar os pobres pela degradação do planeta, buscando atribuir as “externalidades” para sustentar uma racionalidade meramente cartesiana.

A crítica ecológica a ciência econômica começou há cem anos. Esta economia ecológica está hoje representada por Georgescu-Roegen, e por um número pequeno, porém crescente de autores que argumentam que os economistas deveriam estudar o fluxo de energia da economia, sem esquecer os fluxos de materiais, pois produz dois tipos de resíduos: o calor dissipado (pela segunda Lei da Termodinâmica) e os resíduos materiais, que mediante a reciclagem podem voltar a ser parcialmente utilizado (ALIER, 1998, p.52,53).

O Estado do Amazonas é um dos grandes detentores na perspectiva de um “capital futuro”. A natureza dentro da globalização passa a ter um valor de mercado, o discurso do desenvolvimento sustentável tem estado sempre em pauta nos fóruns internacionais, no entanto dentro de uma “Ordem Ambiental Global”, talvez esteja faltando um equilíbrio entre os países do Norte e do Sul, só que dentro do sistema capitalista os desafios se tornam ainda mais contraditórios, requerendo o que Leff chama de uma “nova racionalidade ambiental”.

A RDS do Juma se contextualiza dentro da Ordem Ambiental Global, sobretudo por estar localizada na Amazônia, despertando, em primeiro plano interesses econômicos, pois a mesma representa uma reserva de capital natural futuro, tendo nos serviços ambientais o grande capitalizador deste mercado verde.

1.4 – Marco regulatório dos serviços ambientais no Brasil

Diante da crescente pressão sobre os ecossistemas, várias instituições e governo têm buscado criar incentivos para melhoria da gestão do patrimônio ambiental. Nesse sentido as políticas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) têm sido apontadas ao redor do mundo como uma opção viável para alcançar esse objetivo, complementando ações de comando e controle.

No Brasil, vários estados têm adotado leis de PSA e há uma progressiva discussão do PA para adoção de uma lei nacional sobre o tema.

No Brasil, PSA vem sendo discutido com mais atenção desde o lançamento do Programa Proambiente, em 2000, que consistiu em uma experiência inicial de PSA no país,

mas demonstrou vários desafios a serem superados (WUNDER, S. *et al.* 2008). A partir daí, diversos Projetos de Lei (PL) sobre este assunto passaram a ser propostos no Congresso Nacional e algumas leis federais já o mencionam, apesar de não criarem um regime nacional a respeito.

Além disso, alguns estados publicaram leis tratando sobre o tema, mas ainda não há uma análise comparativa de como essas leis já aprovadas abordam o assunto.

Até o momento existem 33 iniciativas legislativas até maio de 2012: 13 no âmbito federal (2 leis, 2 decretos e 9 PLs) e 20 no âmbito estadual (14 leis e 6 decretos), conforme (Tabelas 01 e 02).

Bloco de análise	Lei, Decreto ou PL	Tema
Política Nacional de PSA	Projeto de Lei 792/2007	Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.
Programa de Recuperação e Conservação da Cobertura Vegetal	Projeto de Lei 3.134/2008	Programa Nacional de Recuperação e Conservação da Cobertura Vegetal.
Fundo Clima	Lei 12.114/2009 Decreto 7.343/2010	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Regulamento).
Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde	Decreto 7.572/2011 Lei 12.512/2011	Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde (Regulamento). Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
Sistema Nacional de REDD+	Projeto de Lei do Senado 212/2011 Projeto de Lei da Câmara 195/2011	Sistema Nacional de REDD+. Sistema Nacional de REDD+.
Bloco de análise	Lei, Decreto ou PL	Tema
Política Nacional de PSA	Projeto de Lei 792/2007	Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.
Programa de Recuperação e Conservação da Cobertura Vegetal	Projeto de Lei 3.134/2008	Programa Nacional de Recuperação e Conservação da Cobertura Vegetal.
Fundo Clima	Lei 12.114/2009 Decreto 7.343/2010	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Regulamento).
Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde	Decreto 7.572/2011 Lei 12.512/2011	Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde (Regulamento). Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
Sistema Nacional de REDD+	Projeto de Lei do Senado 212/2011 Projeto de Lei da Câmara 195/2011	Sistema Nacional de REDD+. Sistema Nacional de REDD+.

Tabela 01 – Leis, Decretos e Projetos de Leis sobre PSA Esfera Federal.

Fonte: IMAZON, 2012

Bloco de análise	Lei, Decreto ou PL	Tema
Acre (Programa de Certificação)	Lei 2.025/2008	Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre.
Acre (Sisa)	Lei 2.308/2010	Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais do Acre.
Amazonas (Bolsa Floresta)	Lei Complementar 53/2007 Lei 3.135/2007 Lei 3.184/2007 Decreto 26.958/2007	Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas. Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. Altera a Lei estadual 3.135/2007 e dá outras providências. Bolsa Floresta do Governo do Estado do Amazonas.
Espírito Santo (Programa de PSA)	Lei 8.995/2008 Decreto 2168-R/ 2008 Lei 9.607/2010	Programa de Pagamento por Serviços Ambientais. Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (Regulamento). Altera e acrescenta dispositivos na Lei 8.995/2008.
Minas Gerais (Bolsa Verde)	Lei 14.309/2002 Lei 17.727/2008 Decreto 45.113/2009	Política Florestal e de Proteção à Biodiversidade no Estado. Concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais (Bolsa Verde) e altera as Leis 13.199/1999 (Política Estadual de Recursos Hídricos) e 14.309/2002. Normas para a concessão da Bolsa Verde.
Paraná (Bioclima)	Decreto 4.381/2012 Lei 17.134/2012	Programa Bioclima Paraná de conservação e recuperação da biodiversidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Estado do Paraná e dá outras providências. Pagamento por Serviços Ambientais (em especial os prestados pela Conservação da Biodiversidade) integrantes do Programa Bioclima Paraná, bem como dispõe sobre o Biocrédito.
Rio de Janeiro (PRO-PSA)	Lei 3.239/1999 Decreto 42.029/2011	Política Estadual de Recursos Hídricos. Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos (Prohidro), que estabelece o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PRO-PSA), com previsões para florestas.
Santa Catarina (Pepsa)	Lei 14.675/2009 Lei 15.133/ 2010	Código Estadual do Meio Ambiente e outras providências. Política Estadual de Serviços Ambientais e Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (Pepsa) (Regulamento).
São Paulo (Projetos de PSA)	Lei 13.798/2009 Decreto 55.947/2010	Política Estadual de Mudanças Climáticas. Política Estadual de Mudanças Climáticas (Regulamento) e Programa de Remanescentes Florestais, que inclui o Pagamento por Serviços Ambientais.

Tabela 02 – Leis, Decretos e Projetos de Lei sobre o PSA na Esfera Estadual.

Fonte: IMAZON, 2012

Os estados abrangidos por estas leis incluem: Acre, Amazonas, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná.

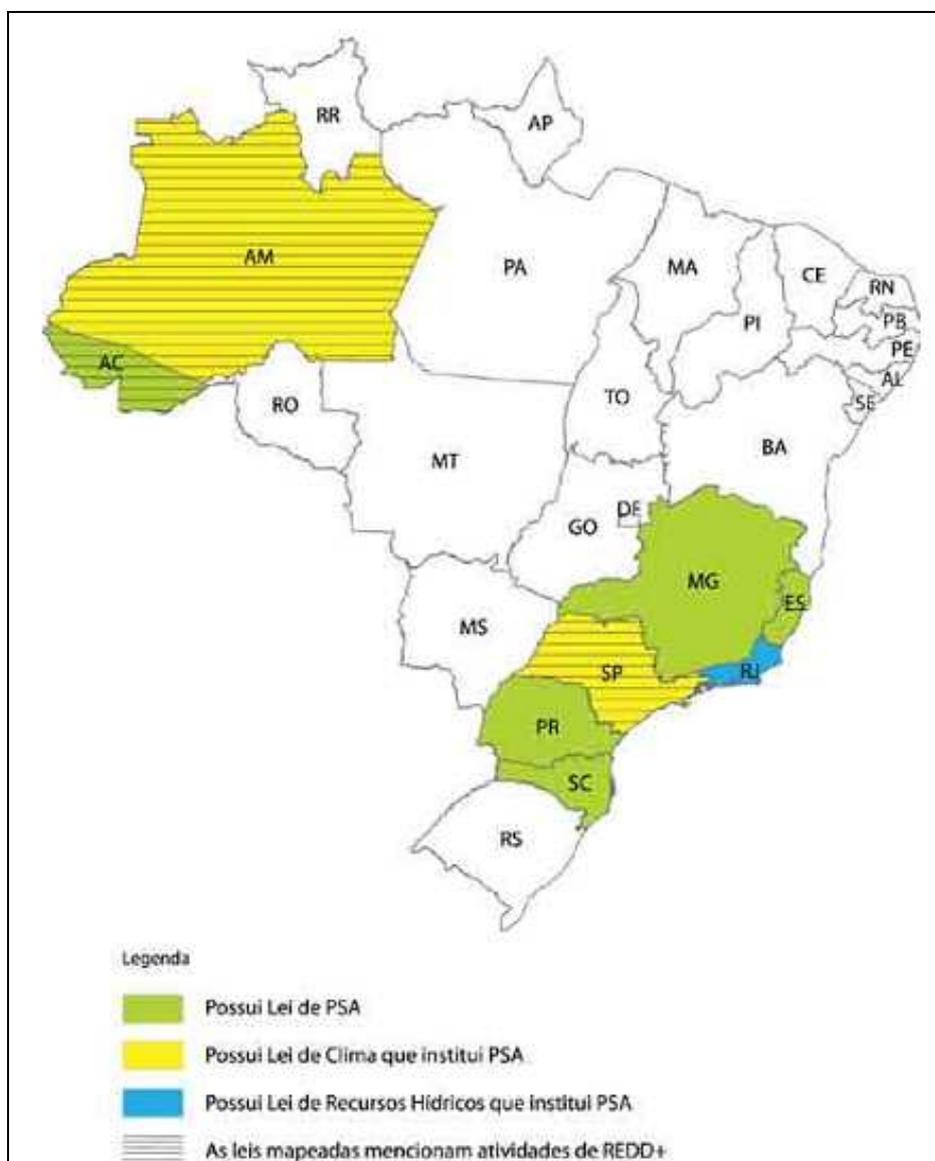


Figura 02 – Estados que possuem leis que instituem o PSA
Fonte: IMAZON, 2012

Em alguns casos, principalmente na esfera estadual, as leis não tratavam diretamente de PSA, mas seu conteúdo instituíam normas a respeito, como ocorre em leis sobre recursos hídricos e outras sobre mudança do clima (Figura 02). A previsão e regulamentação de mecanismos de PSA sob o viés climático foram identificadas em diversos marcos legais sobre mudança do clima.

Existem diferentes tratamentos dados às leis estaduais sobre PSA e à ausência de uma lei mais ampla sobre o tema na esfera federal. A elaboração dessa lei é importante para

compatibilizar essa diversidade de normas estaduais, além de estruturar um sistema de PSA robusto, aumentando, assim, a segurança jurídica de ações nesse tema no país.

Existem duas leis federais que tratam sobre PSA: Fundo Clima e Bolsa Verde. De forma geral, essas iniciativas abrangem diversos tipos de serviços ambientais e adotam um modelo de administração pública dos programas de PSA.

Em relação ao público alvo, o Fundo Clima permite uma abrangência mais ampla de beneficiários. Por sua vez, o programa Bolsa Verde abrange produtores rurais familiares, comunidades tradicionais e assentadas de reforma agrária, indicando também as categorias fundiárias elegíveis para o apoio. As fontes de recursos previstas para garantir os recursos a esse público são prioritariamente nacionais, mas no caso do Fundo Clima é possível haver doações ou empréstimos de instituições internacionais.

Apenas o programa Bolsa Verde prevê mecanismos de verificação da prestação ou manutenção dos serviços ambientais. Por fim, observamos que as salvaguardas socioambientais são abordadas de maneira insuficiente pelas duas iniciativas.

O Fundo Clima foi criado pela Lei nº 12.114/2009 como um instrumento da Política Nacional de Mudanças do Clima (Lei nº12.187/2009). Ele tem como finalidade assegurar recursos para projetos, estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação e adaptação à mudança do clima e seus efeitos. Para isso, o fundo prevê a concessão de recursos reembolsáveis – que obedecem a critérios de empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) – e não reembolsáveis –, que devem seguir os critérios do edital de chamada de projetos. Apesar de não ser especificamente um programa de PSA, ele prevê apoio a estas iniciativas.

O Programa Bolsa Verde foi criado em 2011 para apoiar famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvem atividades de conservação ambiental. Primeiramente o programa será direcionado aos estados da Amazônia Legal, pretendendo posteriormente se expandir para outras regiões do Brasil (PORTAL BRASIL, 2011).

O programa possui gestão pública e compartilhada entre o Comitê Gestor, MMA, gestores locais e a Caixa Econômica Federal. O comitê é presidido pelo MMA e composto por representantes da Casa Civil e de quatro ministérios, não havendo participação de representantes da sociedade civil. Ele possui três funções principais no programa: aprovação do planejamento, compatibilizando os recursos disponíveis com o número de famílias beneficiárias; definição da sistemática de monitoramento e avaliação; e indicação de áreas prioritárias para a implementação.

É um contracenso ter um programa de gestão pública e compartilhada e não ter no comitê do Ministério do Meio Ambiente, representantes da sociedade civil. Isso nos remete a pensar que as decisões tomadas serão sempre verticalizadas, a medida que as pessoas passam a ser excluídas das tomadas de decisões, tornando-se apenas meros objetos de homologação das políticas do Governo, que usam as metodologias participativas para tal fim (FARIA, 2010).

Destacam-se quatro Projetos de Lei Federais relacionados à PSA na Amazônia: Política Nacional de PSA; Programa Nacional de Recuperação e Conservação da Cobertura Vegetal (PNCC e Sistema Nacional de REDD+, tratado pelos PLs 195/2011 na Câmara Federal e 212/2011 no Senado).

Todas as iniciativas analisadas estabelecem a gestão pública dos programas de PSA. Além disso, diferente da maioria das leis abordadas nas seções anteriores, a maior parte dos PLs abrange tipos de serviços ambientais restritivos, com exceção da Política Nacional do PSA, que prevê serviços ambientais de forma abrangente. Assim, o PNCC prevê serviços restritos à recuperação e conservação da cobertura vegetal, enquanto o Sistema Nacional de REDD+ abrange serviços ambientais ligados à floresta e carbono.

A relação entre as temáticas de mudança no clima relação ocorre principalmente com a previsão nas legislações de instrumentos econômicos que incluem REDD+. Esta interface entre mudanças climáticas, PSA e REDD+ é indispensável na discussão sobre serviços ambientais ligados à preservação, conservação e uso sustentável das florestas. Para melhor organizar essas relações, na Tabela 07 estruturamos uma lista de leis sobre mudança do clima e a descrição de sua relação com PSA e REDD+. Para complementar as informações da Tabela 3, apresentamos o mapa da Figura 03, que ilustra todas as iniciativas estaduais envolvendo leis sobre mudança do clima e sua interface com PSA e REDD+.

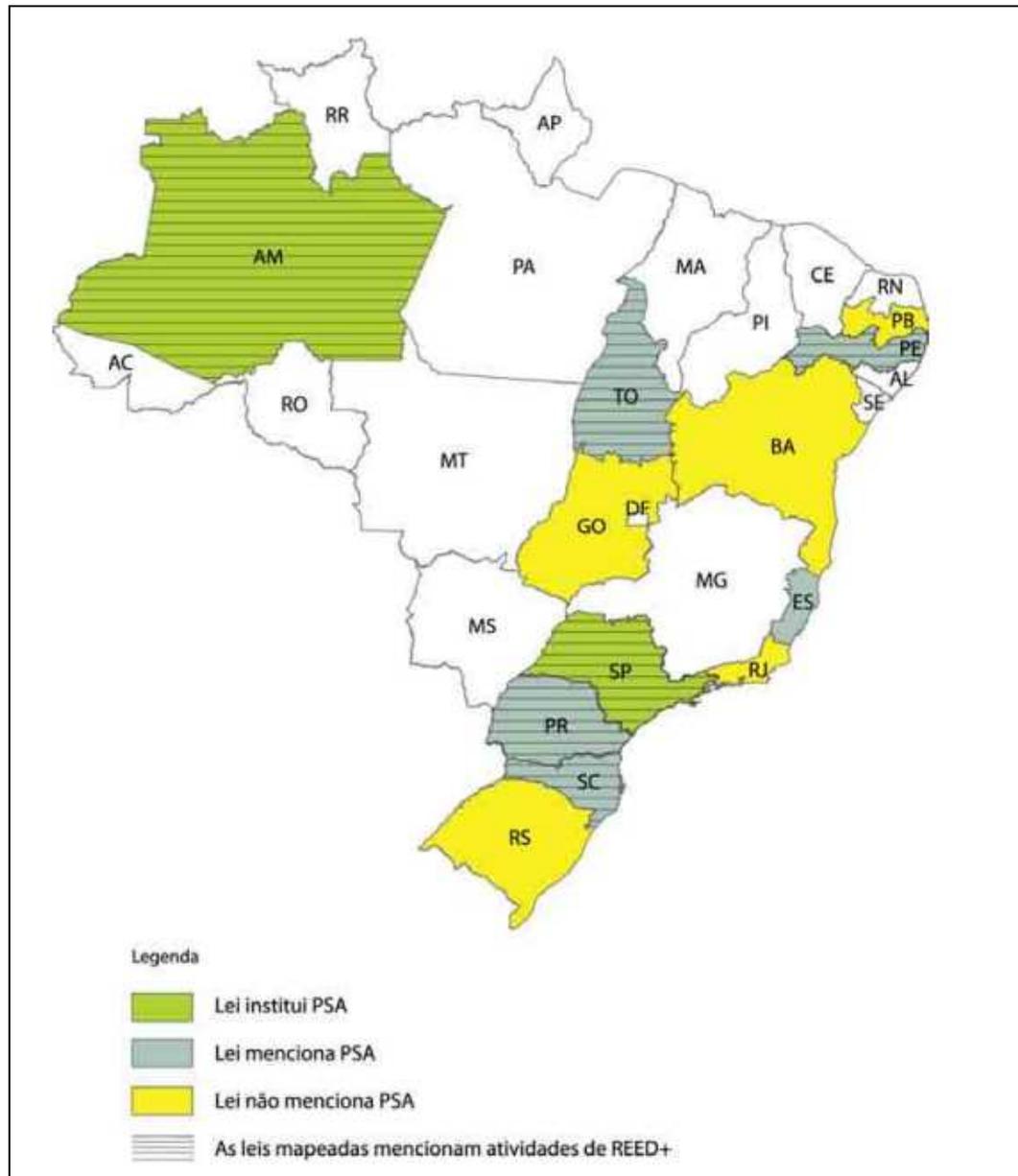


Figura 03 – Estados que possuem leis sobre mudança do clima e sua relação com pagamento por serviços ambientais e REDD+.
 Fonte: IMAZON, 2012.

Lei sobre mudança do clima	Interface com PSA e REDD+	Detalhamento na Legislação
Lei Federal 12.187/2009	Menciona PSA	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências. Entre as diretrizes da PNMC, está prever a utilização de instrumentos financeiros e econômicos para promover ações de mitigação e adaptação à mudança do clima, que ainda não foram regulamentados.
Lei Federal 12.114/2009	Menciona PSA (inclui REDD+)	Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC). Entre as atividades financiadas pelos recursos do fundo estão: projetos de REDD+, com prioridade a áreas naturais ameaçadas de destruição e relevantes para estratégias de conservação da biodiversidade; e PSA às comunidades e aos indivíduos cujas atividades comprovadamente contribuam para a estocagem de carbono, atrelada a outros serviços ambientais.
Lei Estadual/AM 3.135/2007	Institui PSA (inclui REDD+)	Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas e menciona entre seus objetivos: o fomento e a criação de instrumentos de mercado que viabilizem a execução de projetos de Redução de Emissões por Desmatamento (RED); e a orientação, o fomentar e a regulação, no âmbito estadual, da operacionalização de projetos de RED dentro do Estado do Amazonas. Esta mesma lei cria o Programa Bolsa Floresta, que logo depois foi instituído pelo Decreto 26.958/2007, e que inclui RED entre as atividades de PSA.
Lei Estadual/BA 12.050/2011	Não menciona	Não possui.
Lei Estadual/ES 9.531/2010	Menciona PSA	Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas, que menciona: “Os Planos de disciplinamento do uso do solo urbano e rural considerarão a questão climática no que diz respeito: III - ao incentivo econômico para boas práticas ambientais nas propriedades rurais através do pagamento por serviços ambientais”.
Lei Estadual/GO 16.497/2009	Não menciona	Não possui.
Lei Estadual/PE 14.090/2010	Menciona PSA (inclui REDD+)	Institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco e dá outras providências. Entre elas, menciona PSA em: “Um de seus objetivos específicos é promover um sistema de PSA. Entre as estratégias de redução de emissões a serem implementadas na conservação da biodiversidade e das florestas está promover projetos de REDD+. O poder público Estadual, mediante lei específica, poderá estabelecer mecanismos de PSA para proprietários de imóveis que promovam a recuperação, restauração, manutenção, preservação ou conservação ambiental em suas propriedades”.
Lei Estadual/PB 9.336/2011	Não menciona	Não possui.
Lei Estadual/PR 17.133/2012	Menciona PSA4 (inclui REDD+)	Institui a Política Estadual sobre Mudança do Clima (PEMC). Entre os objetivos da PEMC está: estimular mecanismos financeiros e políticas públicas para o desenvolvimento de projetos florestais relacionados à captura de carbono em atividades de plantio ou ao desmatamento e degradação florestal evitados.
Lei Estadual/RJ 5.960/2010	Não menciona	Não possui.
Lei Estadual/RS 13.594/2010	Não menciona	Não possui.
Lei Estadual/SC 14.829/2009	Menciona PSA (inclui REDD+)	Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, cujo Programa Catarinense de Conservação Ambiental compreende a proteção dos estoques de carbono por meio do desmatamento evitado e outras práticas.

Continuação...

Lei sobre mudança do clima	Interface com PSA e REDD+	Detalhamento na Legislação
Lei Estadual/SP 13.798/2009 Decreto 55.947/2010	Institui PSA (inclui REDD+)	Lei: Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) e o Programa de Remanescentes Florestais, o qual prevê incentivos econômicos a políticas voluntárias de redução de desmatamento. Entre os objetivos da PEMC estão: fomentar projetos de redução de emissões, sequestro ou sumidouros de gases de efeito estufa; e desenvolver estímulos econômicos para a manutenção de florestas existentes e desmatamento evitado, compensação voluntária pelo plantio de árvores, recuperação da vegetação e proteção de florestas. Decreto: Regulamenta a PEMC, o Programa de Remanescentes Florestais e o uso do instrumento econômico PSA.
Lei Estadual/TO 1.917/2008	Menciona PSA (inclui REDD+)	Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Tocantins, e adota outras providências. “O Estado do Tocantins pode conceder benefícios econômicos aos produtores agropecuários e florestais que, em sua atividade rural, adotem medidas de prevenção, precaução, restauração ambiental e/ou medidas para a estabilização da concentração de gases de efeito estufa, em especial as resultantes da redução das emissões de desmatamento. Os critérios de concessão dos benefícios econômicos são estabelecidos pelo Conselho do Fundo Estadual de Meio Ambiente.”

Tabela 03 – Leis Federais e Estaduais sobre mudança do clima e sua relação e relevância com PSA e REDD+
Fonte: IMAZON, 2012.

Além disso, todas as iniciativas analisadas mencionam as categorias fundiárias nas quais a prestação de serviços ambientais poderá ser recompensada.

Em relação às fontes de recursos, além da diversidade de fontes observadas nas leis, destacamos: as receitas oriundas de cobranças por recursos hídricos (proposta pelo PL 792/2007, que prevê a Política Nacional de PSA); e o percentual CIDE Combustíveis (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), proposto pelo PL 3.134/2008, que trata sobre o Programa Nacional de Recuperação e Conservação da Cobertura Vegetal.

O Estado do Amazonas mostrou-se pioneiro e atento às discussões mundiais relativas a mudanças climáticas e conservação de florestas nativas ao se tornar o primeiro Estado do Brasil a promulgar uma lei específica para mudanças climáticas, a Lei Ordinária Estadual n. 3.135/2007, cuja promulgação também foi acompanhada pela de outro instrumento jurídico, a Lei Complementar Estadual n. 53/2007 que estabeleceu o sistema de unidades de conservação do Estado e conceituou sem paralelo no país os conceitos de “estoque de carbono”, “serviços e produtos ambientais”. Por meio, principalmente, destes dois diplomas legais, o Estado constituiu a base jurídica para uma série de ações voltadas para a conservação de suas florestas e a mitigação das mudanças climáticas, tal como o aumento expressivo do número de unidades de conservação estaduais, a criação do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) do Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA), criado pela Lei n^a 3.244

de 04 de abril de 2008, sendo o primeiro centro governamental do Brasil em articular e implementar políticas públicas neste segmento juntamente com o Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas Biodiversidade e Serviços Ambientais (instituição representativa da sociedade civil Amazonense no tema de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Serviços Ambientais), reforçando o papel já consagrado do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado do Amazonas – *CEMAAM* , bem como a criação do Programa Bolsa Floresta e o desenvolvimento do projeto pioneiro de Redução de Emissões do Desmatamento da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma.

Em 2010, o Estado do Amazonas se lança ao desafio de, no âmbito do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, em conjunto com diversos atores da sociedade civil amazonense e do Poder Público, construir um marco legal para serviços ambientais. Trata-se, novamente, de esforço pioneiro, tendo em vista o fato de que as dimensões territoriais e o volume de serviços ambientais produzidos no Estado são de dimensões extraordinariamente relevantes.

A construção do marco legal de serviços ambientais do Amazonas passou por muitas reuniões durante o ano de 2011, Figura 04.

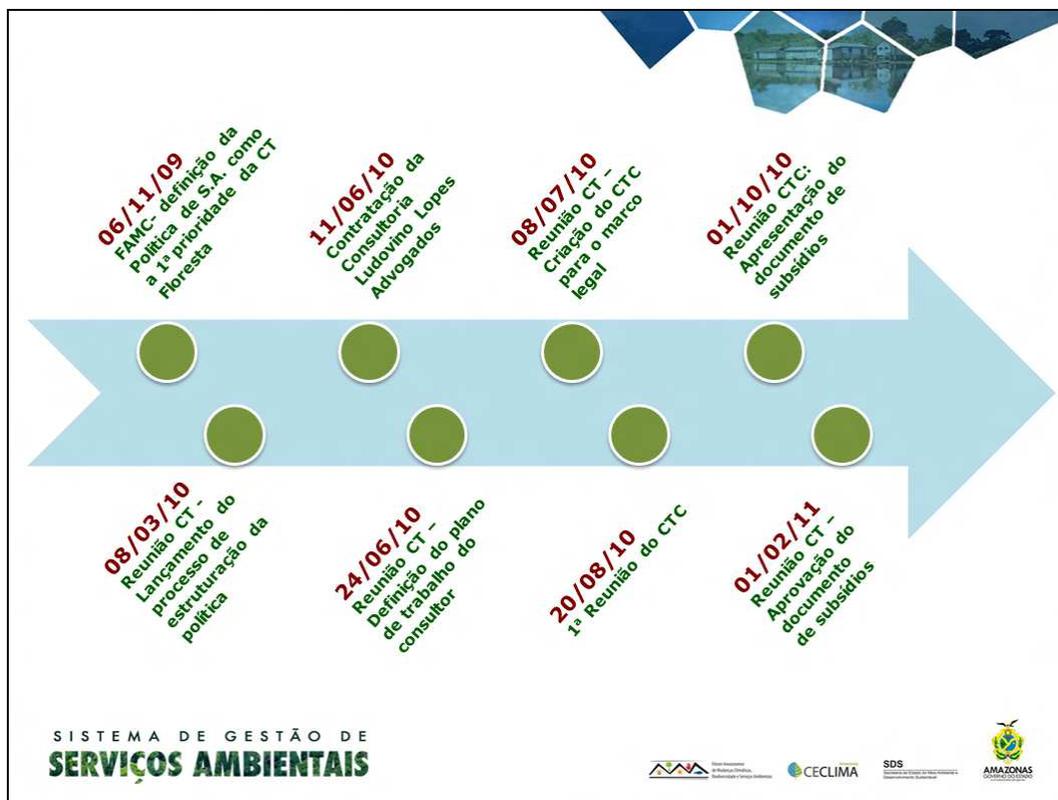


Figura 04: Cronograma de Reuniões do CECLIMA para discussão da proposta de política de Serviços Ambientais no Amazonas. Fonte: SDS/ CECLIMA, 2010

O principal objetivo da Política de Serviços Ambientais do Estado do Amazonas é garantir a manutenção da integridade dos ecossistemas e dos serviços ambientais valorizando os sujeitos e as atividades responsáveis pela conservação ambiental e dos serviços ambientais. Vale ressaltar que o marco legal dos serviços ambientais ainda está em trâmite na Assembleia Legislativa na forma de minuta de Lei de serviços ambientais, conforme prescrição da consultoria jurídica contratada.

Entendemos que apesar da ausência de um marco regulatório federal mais abrangente para pagamento de serviços ambientais, o Brasil já possui uma diversidade de Leis sobre o tema, principalmente nos estados.

É preciso que haja definição sobre os requisitos de acesso aos benefícios sobre os critérios para o cálculo da remuneração dos beneficiários, sistema de verificação das ações, bem como previsão de salvaguardas socioambientais para evitar efeitos nocivos nesses programas, tais como a não participação das comunidades na gestão do processo.

Finalmente, para a definição desta regulação nacional é importante que se leve em consideração todos os processos de aprendizagem no tema desenvolvido pelos estados que já possuem leis sobre PSA. É necessário avaliar o impacto dos projetos de leis federais sobre leis estaduais existentes para identificar se há conflitos que possam levar a revogação de regras estaduais. Dessa forma, essa lei poderá aproveitar e reforçar os aspectos positivos das leis de PSA existentes no Brasil com segurança jurídica.

1.5 – REDD: A trajetória na conferência das partes

A ideia básica por trás do REDD é simples: os países que estão dispostos e em condições de reduzir as emissões por desmatamento deveriam ser recompensados financeiramente por fazê-lo. As abordagens anteriores para conter o desmatamento global até agora não tiveram sucesso e o REDD oferece um novo marco referencial para permitir que os países com altos índices de desmatamento rompam esta tendência histórica.

A Figura 05 apresenta a distribuição de carbono no mundo.

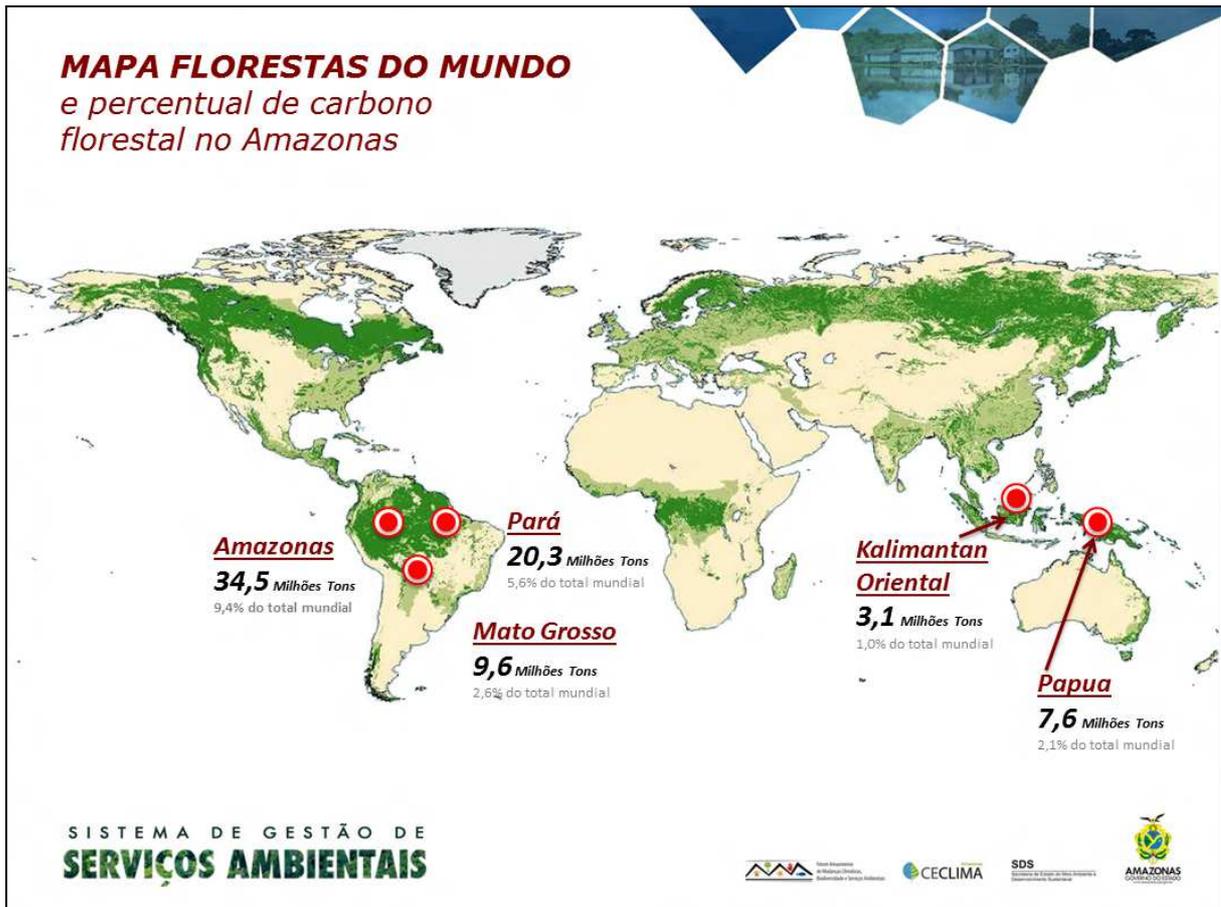


Figura 05: Distribuição de carbono no Mundo
Fonte: SDS/ CECLIMA, 2010.

A figura acima destaca em particular o Estado do Amazonas possui em seu território a maior porção de Floresta Amazônica Brasileira, com aproximadamente 98% de seu território conservado, e cerca de 50% de áreas protegidas por Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Possui no seu território 34,5 milhões de toneladas de carbono, o que corresponde a 9,4% do total mundial. Em comparação com os estados do Mato Grosso e Pará, o Amazonas possui um modelo desenvolvimento único entre os estados da Amazônia Legal concentrando a fatia mais significativa (em termos de volume de recursos produzidos) nas atividades econômicas no Pólo Industrial de Manaus, que segundo Rivas (2009) é responsável pela manutenção da floresta em pé, atrelado ao discurso da sustentabilidade, sendo que parte dessa sustentabilidade é responsável pela “tragédia” da vida dos manauaras na cidade de Manaus, dos homens e pequenas cidades do mundo rural, que tiveram seus ideais tragados em nome de um projeto de uma economia neoliberal, que com o discurso da sustentabilidade precisa manter a floresta em pé em nome de uma Ordem Ambiental Global, sustentando sempre as demandas do capital, que com sua voracidade engole a tudo e a todos.

Segundo este autor as causas históricas do desmatamento na Amazônia Legal são diversas. No estado do Amazonas, as baixas taxas de desmatamento observadas ao longo dos anos (INPE, 2010) se devem, principalmente, ao modelo econômico adotado baseado na Zona Franca de Manaus e à pequena quantidade de rodovias, tanto oficiais quanto clandestinas, em áreas do estado, o que dificulta o acesso e, conseqüentemente, a abertura de novas áreas (FERREIRA, 2005). Ao passo que há ausência de pressão histórica pelo desmatamento, o Amazonas tem de enfrentar desafios de escalas regionais, como as frentes de desmatamento e degradação presentes no sul do estado e atribuídas a vazamentos de atividades nos estados vizinhos (FEARNSIDE et al., 2009), como Rondônia, Pará e Mato Grosso, principalmente das atividades agropecuárias e madeireiras.

O REDD trata, basicamente, de redução de emissões. O Plano de Ação de Bali, definido na 13^a. Conferência das Partes (COP) dispõe que uma abordagem ampla para mitigar as mudanças climáticas deve incluir abordagens políticas e incentivos positivos para questões relacionadas à redução das emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal em países em desenvolvimento.

Muitos estudiosos que defendem o mecanismo de REDD como mitigação das mudanças climáticas, afirmam que esse serviço ambiental tem potencial para realizar muito mais, pois pode simultaneamente abordar as mudanças climáticas e a pobreza rural, ao mesmo tempo em que conserva a biodiversidade e dá sustentação a serviços ambientais vitais.

O debate sobre a política de mudança climática no Brasil tem sido bastante controverso. As discussões têm se polarizado sobre algumas questões específicas, entre elas as opções florestais em relação às opções energéticas no âmbito do MDL, e, dentro das opções florestais, a inclusão ou não da conservação das florestas nativas (YU, 2004, p.76).

Segundo Nobre (2000), pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) e defensor da conservação florestal no MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, argumenta que o que justifica a incorporação da conservação florestal no MDL é a dimensão de CO² por desmatamento. O pesquisador estima que o total de emissões por queima de combustíveis fósseis e produção de cimento no Brasil, em 1994 foi de 65 milhões tC/ano, enquanto a emissão por desmatamento na Amazônia por si só foi de 200 milhões de tC/ano, ou seja duas a três vezes maior.

Segundo Fersinde (2002), especialista sobre a Floresta Amazônica, do Instituto Nacional de Pesquisa sobre a Amazônia (INPA), os investimentos disponíveis para o combate ao efeito estufa são limitados. As opções entre a prevenção do desmatamento e o reflorestamento competem entre si, e, ainda, seria interessante priorizar uma das duas. Para

ele, reduzir o desmatamento na Amazônia é a opção que apresenta o maior potencial na estratégia para o combate ao efeito estufa, em função da quantidade de carbono que deixaria de ser liberada em comparação à que absorveria por reflorestamentos.

Acreditamos que o debate sobre o carbono florestal apresentou-se de forma muito dividida, pois as posições se baseiam em argumentos fundamentados. Contudo, na medida em que o Acordo de Marrakesh, em 2002 aprovou o sequestro florestal do carbono, excluindo, porém a conservação, o debate interno arrefeceu-se.

O carbono florestal foi aceito, mas com limites, para o primeiro período do Protocolo de Quioto. As organizações que são a favor da conservação florestal continuam se articulando para influenciar o governo brasileiro e as decisões nas próximas COPs (Conferência das Partes) pela incorporação da conservação florestal para o segundo período de vigência do Protocolo de Quioto de 2013 a 2016.

Um marco fundamental foi alcançado durante a COP 11, em Montreal, em 2005, quando Papua Nova Guiné e Costa Rica, apoiados por oito outros membros, propuseram um mecanismo para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação em Países em Desenvolvimento. A proposta recebeu amplo apoio de países em desenvolvimento, detentores de florestas equatoriais e a COP estabeleceu um grupo focal e, depois disso, iniciou um processo de dois anos de exploração das opções para o REDD. Esta decisão fez com que um grande número de Partes e observadores ao longo deste período submetesse propostas e recomendações ao Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA) para redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) provenientes de desmatamento e degradação. Atualmente estamos em um estágio em que temos algumas propostas sobre a mesa.

De acordo com o Plano de Ação de Bali, o REDD foi incluso como um marco referencial pós-2012, essa decisão foi aprovada pela COP15, quando se firmou um consenso para um acordo global em relação às mudanças climáticas.

Na COP 15 que ocorreu entre os dias 07 e 18 de dezembro de 2009 em Copenhague, Dinamarca, e o Brasil foi uma das nações de destaque frente aos negociadores e governantes de 191 países participantes, sendo o mais diretamente interessado na inclusão no acordo de mecanismos de preservação de florestas. Apresentou uma meta expressiva de redução de emissão de gases causadores do efeito estufa, com uma proposta de redução entre 36,1 e 38,9% até 2020 em relação aos níveis de 2005, prevendo que a maior meta deverá ser obtida pela Amazônia em torno de 80% e no cerrado em torno de 40%, com participação ainda pequena de outras áreas e setores.

A negociação principal da COP 15 foi um acordo em substituição ao Protocolo de Quioto, pois o governo brasileiro, depois de resistir a princípio de incluir florestas nativas nas negociações do Protocolo de Quioto, mudou recentemente sua posição, pressionado internamente pelos governadores da Amazônia, que consideram o REED importante para o desenvolvimento sustentável da floresta e ao combate ao desmatamento, o governo aceitou negociar um mecanismo de mercado compensatório em Copenhague. O governo do Amazonas apresentou pela primeira vez a proposta de REDD na COP 11, em 2005 em Montreal, quando pela primeira vez o REDD foi discutido oficialmente. Em novembro de 2006, foi apresentado o Projeto a “Iniciativa Amazonas” em Nairobi, na COP 12.

A COP 15 não gerou um documento legal de compromisso entre as nações. Entre a ECO-92 realizada no Rio de Janeiro e a COP 15, as diferenças são o acesso a dados mais tangíveis e um maior comprometimento político e social na sociedade global mais profunda nos dias atuais.

O encontro deixou uma imagem de desastre e frustração em virtude da incapacidade dos países ricos de assumirem o compromisso sobre a redução de emissões, principalmente por parte dos EUA e China.

Na COP 16 ocorrida nos dias 29 de novembro a 10 de dezembro de 2010 em Cancun no México, o Brasil oficializou um plano relacionado à mudança do clima, o qual prevê a redução da emissão de 730 milhões de toneladas de CO². Essa redução é referente às emissões feitas pelo setor da agricultura, o qual segundo as Nações Unidas é responsável por 14% das emissões de gases que causam o efeito estufa.

Na COP 16 foi aprovado um fundo de ajuda para os países em desenvolvimento, o “Fundo Verde”, que destinou 100 bilhões de dólares por ano, equivalentes a 170 bilhões de reais às nações mais pobres, que deverão empregar o montante no combate às mudanças climáticas.

Foi adotado um pacote de medidas, batizado de “Acordos de Cancun” para conter a emissão de gases do efeito estufa, a entrar em vigor após o término da validade do Protocolo de Quioto em 2012.

Esse novo acordo prevê um sistema de maior prestação de contas, por parte dos governos sobre o combate ao aquecimento global. Além disso, os países comprometeram-se a ações concretas para proteger as florestas.

Os “Acordos de Cancun” ainda não são um instrumento jurídico vinculante, como é o Protocolo de Quioto, e não foram estipulados compromissos precisos. Os próximos ajustes ocorreram em Durban na África do Sul, no final de 2011, onde foi discutido o segundo

período do Protocolo de Kioto, que se inicia em 01/01/2013 e termina em 31/12/2017 ou 31/12/2020, salvaguardando o Fundo Verde que contempla o REDD+ que inclui mais o reflorestamento.

Em junho de 2012, as Nações Unidas realizaram no Rio de Janeiro, outra Conferência sobre Mudança Climática. O evento intitulado de Rio+20, comemorou os 20 anos da ECO 92, que buscou avaliar os progressos alcançados desde 1992, progresso que permite os EUA a continuarem poluindo, buscando as compensações nos países em desenvolvimento. Na Rio +20 o discurso da proteção do ambiente terminou marcada por um abismo entre as expectativas da sociedade civil e o que os governos e seus diplomatas foram capaz de produzir politicamente.

O Projeto REDD na RDS do Juma objetiva conter o desmatamento e suas respectivas emissões de gases do efeito em uma área sujeita à grande pressão de uso da terra no Estado do Amazonas. Sua implementação faz parte de uma ampla estratégia planejada e iniciada em 2003 pelo Governo do Estado do Amazonas para contenção do desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável, baseado na valorização dos serviços ambientais prestados pelas suas florestas (BRAGA E VIANA et. al. 2003; AMAZONAS 2003). Está no contexto de uma economia ambiental, dentro da ótica do “poluidor pagador”, e principalmente assume uma nova face do capitalismo: o ecocapitalismo, na verdade uma metáfora, que utiliza a natureza, não só como reserva de capital futuro, mas presente, numa conjuntura em se busca alcançar metas de uma economia de mercado, tendo nos recursos naturais um grande trunfo.

II - A RDS DO JUMA- DO SOCIOAMBIENTAL AO ECONÔMICO

Enfatizamos que neste capítulo, a caracterização socioambiental e econômica são das 26 comunidades da RDS , embora a pesquisa envolva apenas 08 , devidamente descritas no capítulo III. Esclarecemos também que os projetos apresentados são desenvolvidos pela FAS na RDS.

A política ambiental e de mudanças climáticas do Governo do Amazonas vem se tornando referência nacional e internacionalmente. Em função dessa política ousada, desde 2001 a área do estado protegida por unidades de conservação estaduais, aumentou em 160%, fazendo com que na atualidade, o Amazonas detenha o maior Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do país com 41 UCs protegendo 19 milhões de hectares.

Dando continuidade a sua inovadora política ambiental e de mudanças climáticas, a Assembléia Legislativa do Amazonas aprovou a Lei Complementar N° 53 de 05 de junho de 2007 visando a regulamentação do inciso V do artigo 230 e o § 1° do artigo 231 da Constituição Estadual, instituindo o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC. Esse documento legal estabelece normas e critérios para criação, implantação e gestão das unidades de conservação e estabelece as infrações e penalidades nessas áreas, complementarmente a Lei do SNUC. Em abril de 2008, o governo criou, no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, o Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC, que reuniu as atribuições da criação, gestão e implantação das unidades de conservação estaduais.

A missão do CEUC foi definido como a de implementar e consolidar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC) com fins de promover os seguintes aspectos como: conservação da natureza; valorização socioambiental e; manejo sustentável dos recursos naturais na região.

Para uma eficaz gestão das Unidades de Conservação Estaduais o CEUC priorizou o desenvolvimento de quatro programas estruturantes:

- (I) Dotar as Unidades de Conservação de infraestrutura física;
- (II) Constituir e capacitar equipes técnicas para a gestão;
- (III) Constituir conselhos gestores e;
- (IV) Elaborar e implementar planos de gestão, incluindo programas e subprogramas.

Nesta perspectiva, o Governo criou em 03 de julho de 2006, por meio do Decreto nº 26.010 a RDS do Juma. Sua implantação segue as regras do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), bem como as regras estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades

de Conservação (SNUC). Possui 26 comunidades no seu interior e 17 no seu entorno que utilizam os recursos naturais do interior da Reserva.

O Seminário de Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira, realizada na cidade de Macapá em 1999, indicou uma área, denominada polígono BX 049 localizada na bacia do rio Aripuanã, como de extrema importância para a conservação da biodiversidade (CAPOBIANCO, et AL, 2001; MMA, 2002). Com base nessa avaliação a SDS realizou uma expedição de campo a região do rio Aripuanã no município de Novo Aripuanã com intenção de avaliar o potencial da área para a criação de uma Unidade de Conservação. Essa expedição foi realizada no período de 16 a 26 de abril de 2005 e contou com a participação de técnicos da SDS, do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), Conservação Internacional (CI), Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM), Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Foram coletados dados de fauna, flora, socioeconômicos, caracterização da paisagem, mapeamento dos sítios arqueológicos e do uso dos recursos naturais. O estudo recomendou a criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Em julho de 2005, a SDS realizou uma reunião na Câmara Municipal de Novo Aripuanã para discutir a proposta de criação da referida unidade. No dia 15 de março de 2006 pela manhã foi realizada a Consulta Pública na sede da comunidade do Tucunaré. A proposta foi aceita pelos participantes. Nessa consulta foi definido o nome da unidade e havia várias opções como Jacaré, Macaquinho, Bom Futuro, Vida Nova. Depois de muita discussão optou-se pelo nome de Juma, que é um dos afluentes do rio Aripuanã. Na tarde do dia 15 foi realizada a Consulta Pública na sede do município de Novo Aripuanã, na qual os participantes aprovaram a criação da RDS do Juma e em 03 de julho de 2006 foi assinado o Decreto nº 26.010 que criou a RDS do Juma.

A RDS tem uma área de 589.611,28 hectares situada no município de Novo Aripuanã, região sudeste do Estado do Amazonas, a reserva engloba 14,3 da área do município. É delimitada pelo rio Mariepaua no lado oeste, que também é limite entre os municípios de Novo Aripuanã e Manicoré, no lado sul pelas áreas de domínio Federal, 100 km ao norte da rodovia Transamazônica – BR 230; na parte leste pela margem esquerda do rio Acari e no extremo norte é limitada pelo rio Madeira. É cortada no sentido norte sul pela rodovia estadual AM- 174 que liga os municípios de Novo Aripuanã a Apuí.

No processo de criação da Reserva, diversas propriedades tituladas foram excluídas do limite inicialmente proposto. Uma avaliação da situação fundiária realizada pelo Instituto

de Terras do Estado do Amazonas – ITEAM encontrou 35 títulos definitivos de propriedades particulares totalizando 42.080,05 hectares. Além disso, existem 42 processos de requerimento de áreas, sendo que 6 estão localizadas no interior da Reserva, 4 abrangem parcialmente a Reserva e o restante se localiza no entorno. As demais áreas são de propriedade do Estado, (Figura 06):

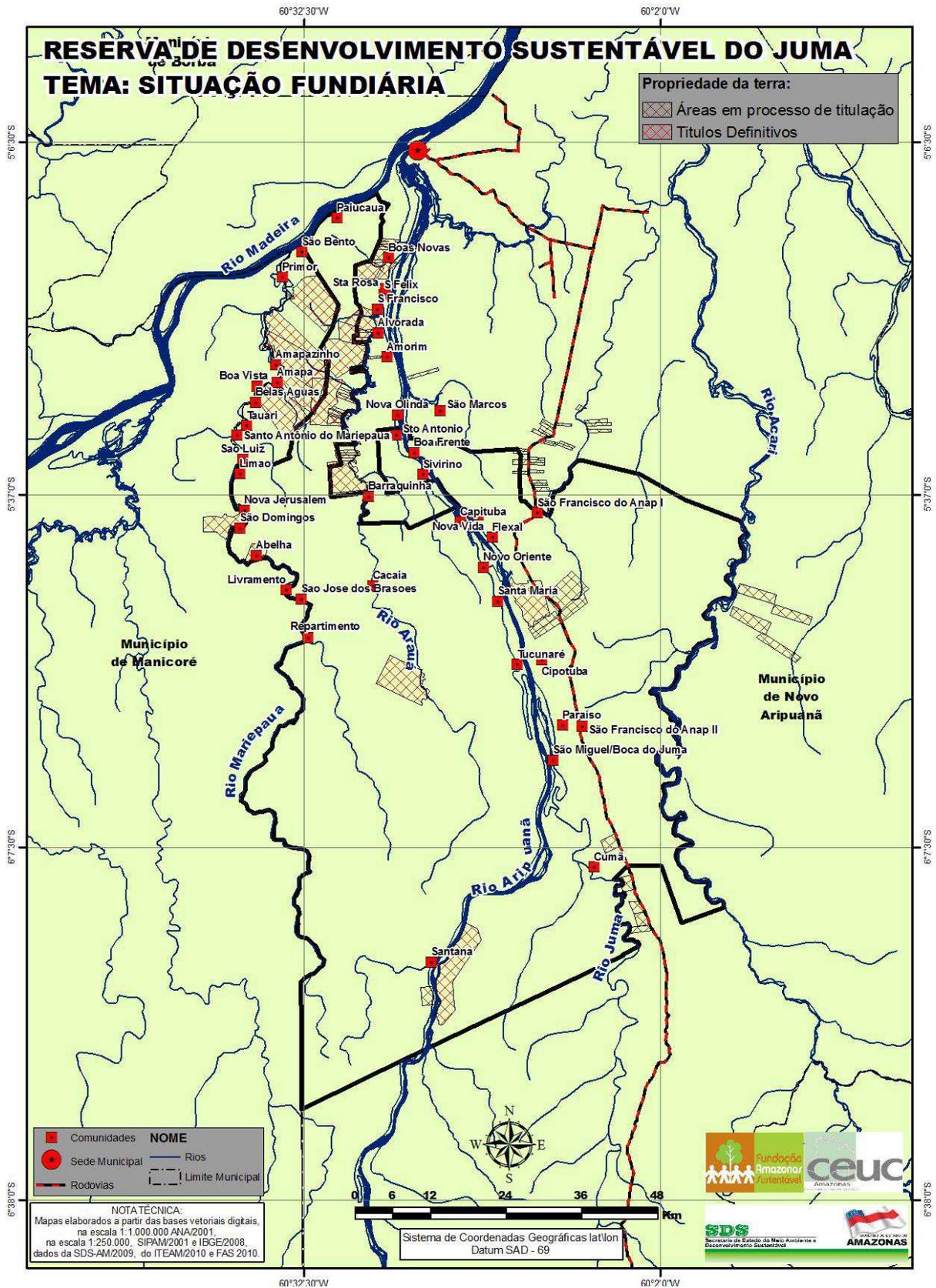


Figura 06: Localização das Áreas com títulos definitivos e em processos de titulação no Interior e entorno da RDS do Juma.

Fonte: AMAZONAS, 2010.

As comunidades presentes no interior da RDS estão localizadas em áreas do Estado. Somente as comunidades de Santana e Santa Maria têm áreas com títulos definitivos em suas vizinhanças nas quais, utiliza ou pode vir a utilizar os seus recursos naturais.

Algumas comunidades presentes no entorno da porção norte da RDS utilizam os recursos naturais em áreas do interior da Reserva que apresentam títulos definitivos. No rio Mariepaua isso ocorre a partir da comunidade de Tauari e no rio Aripuanã a partir da comunidade de Amorim, no entanto, ainda não foram relatados nenhum conflito por causa dessa situação fundiária.

A partir de Manaus o acesso a Reserva é realizado através do município de Novo Aripuanã e pode ser feito por via aérea e fluvial. O acesso a Novo Aripuanã por via aérea é através de voos disponíveis na terça-feira e na sexta-feira nos horários de 08:00h, 10:00h e 12:00h, dependendo da demanda de passageiros. O tempo de viagem é de 1h. O acesso por via fluvial se dá através de barco ajato e regional. O barco ajato sai na terça e sexta feira as 6:00h da manhã e o tempo de viagem é de 12h na época da cheia. O barco regional sai de segunda a sábado as 12:00h e o tempo de viagem é de 36h.

A partir do município de Novo Aripuanã, a RDS é acessada pelo rio Aripuanã, pelo rio Madeira/Mariepaua e pela rodovia AM- 174, (Figura 07). A distância de Novo Aripuanã a Comunidade de Boa Frente é de 1h de voadeira com motor 90hp e 6h de barco com motor 160 HP, de 2 horas de carro até o km 80 da rodovia AM 174 e de 4 horas de voadeira com motor 90hp até a última comunidade do rio Mariepaua.

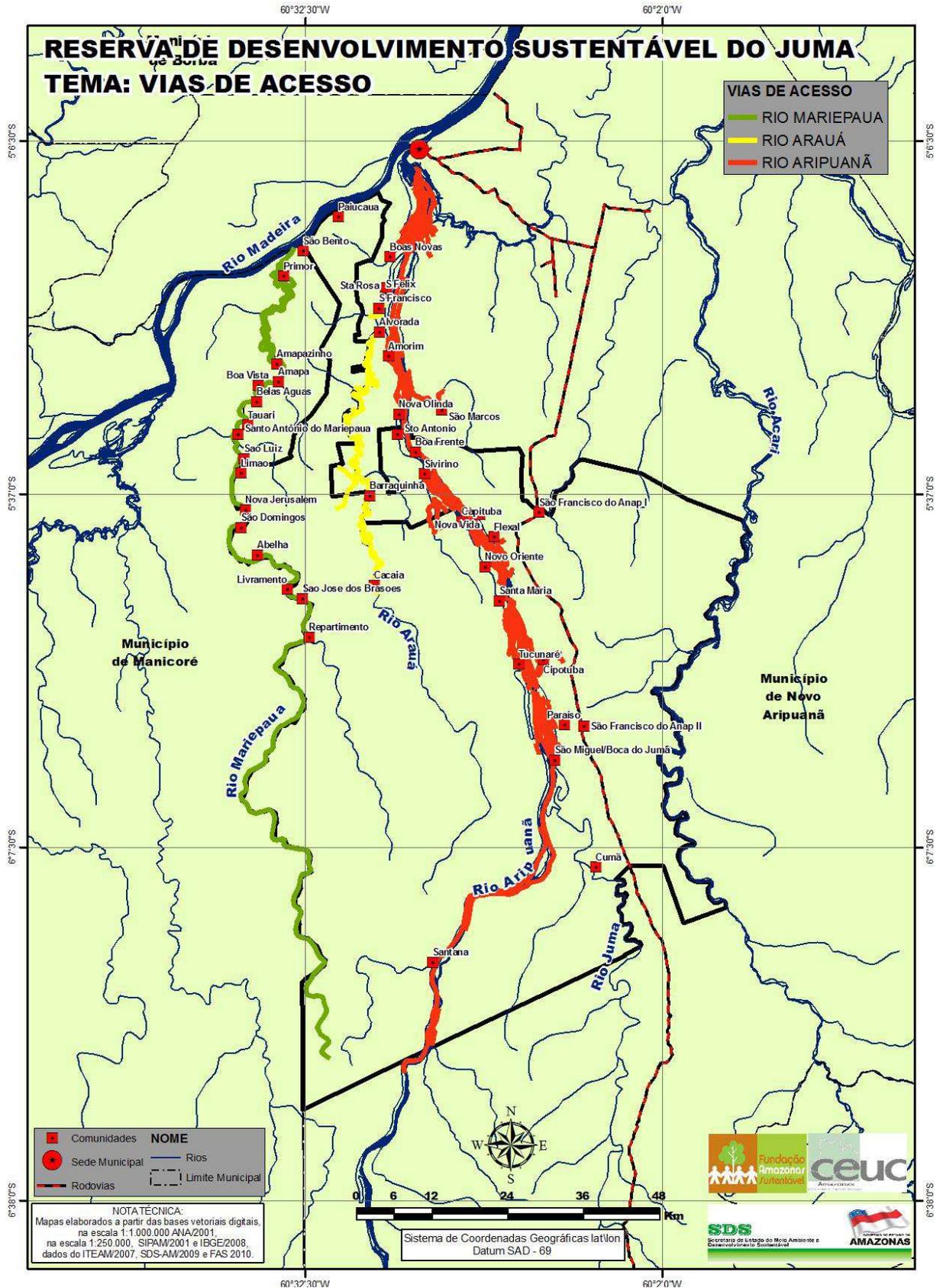


Figura 07: Localização das vias de acesso da Reserva de Desenvolvimento sustentável do Juma
 Fonte: AMAZONAS, 2010.

A população residente no interior da RDS do Juma é de cerca de 1.188 pessoas pertencentes a 251 famílias distribuídas em 26 comunidades/localidades (Figura 08 e Tabela 04) com uma média de 4,7 pessoas por família. A média de habitantes por comunidade/localidade é de 46 pessoas, sendo Repartimento, com 30 famílias e 135 pessoas a maior, e Paraíso com três famílias e apenas 15 moradores a menor. A densidade populacional é de 0,20 habitantes/Km² (AMAZONAS, 2010). Embora a questão geográfica seja importante para definir o pertencimento a uma comunidade, não é um fator determinante por si só, sendo esta condição estabelecida principalmente por relações familiares, de afinidade e de participação na vida social de grupos de residentes.

Foi notório nas oito comunidades investigadas as relações familiares determinando o pertencimento as mesmas, por exemplo, na comunidade do Flexal localizada no rio Aripuanã tem seis famílias, todas estão ligadas por laços de parentesco, o senhor Aderbal Quadros, juntamente com seu irmão Valdeci Quadros, nasceram, cresceram e constituíram suas famílias no Juma e não querem deixar “suas origens”, disseram-nos que foi bom a Criação da Reserva em março de 2006, pois conteve a ação dos madeireiros e dos grileiros de terra, coibindo o desmatamento. Vale ressaltar que as comunidades sempre se referiam a criação da reserva no que diz respeito a questão ambiental de forma muito positiva, abordaremos mais adiante os aspectos sociais e econômicos advindos da criação da Reserva, concomitante com a implementação do REDD.

No entorno da Reserva existem ainda 17 comunidades/localidades que, historicamente, fazem uso direto dos recursos naturais localizados dentro da RDS (Figura 08 e tabela 05)

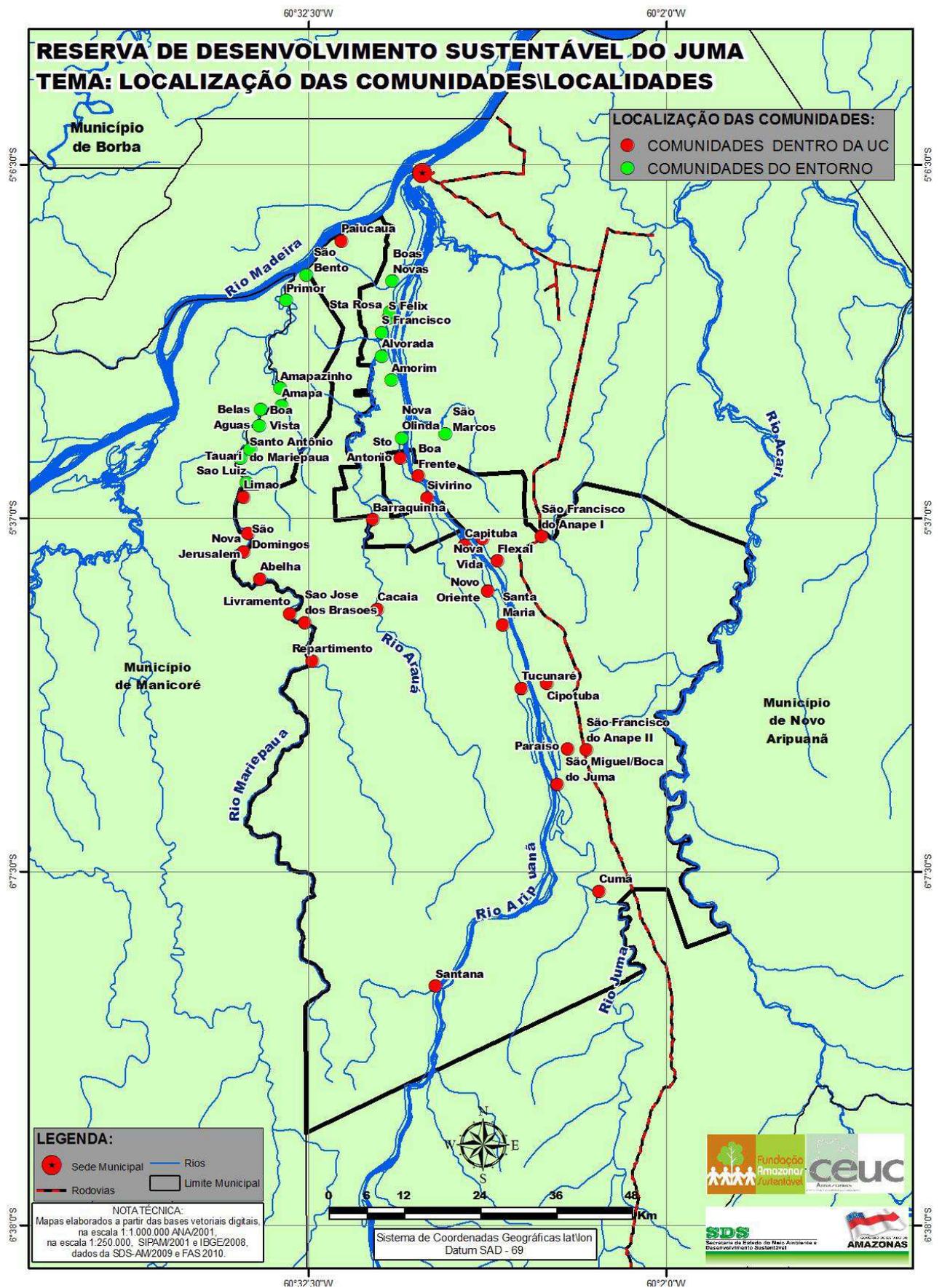


Figura 08: Comunidades localizadas no interior e entorno da RDS
Fonte: AMAZONAS, 2010.

Nº	Comunidades no Interior da RDS			Comunidades no entorno da RDS		
	Nome	NF	NP	Nome	NF	NP
1	Abelha	3	18	Alvorada	22	108
2	Barraquinha	4	19	Amapá	9	40
3	Boa Frente	22	96	Amapazinho	3	12
4	Cacaia	4	13	Amorim	12	61
5	Capintuba	14	25	Belas Águas	11	52
6	Cipotuba	7	28	Boa Vista	10	31
7	Cumã	7	35	Boas Novas	5	16
8	Flexal	6	32	Nova Olinda	8	49
9	Limão	7	22	Primor	6	26
10	Livramento	9	48	Sto. Antônio Mariepaua	4	20
11	Nova Jerusalém	9	48	São Félix	12	74
12	Nova Vida	3	15	São Bento	1	3
13	Novo Oriente	8	37	São Francisco do Arauá	8	33
14	Paiucaua	15	52	São Luiz	1	4
15	Paraíso	3	15	São Marcos	10	46
16	Repartimento	30	135	Sta. Rosa	6	22
17	Santa Maria	17	99	Tauari	1	2
18	Santana Arauzinho	12	59			
19	São Domingos	7	33			
20	São Francisco do Anape I	12	89			
21	São Francisco do Anape II	6	28			
22	São José dos Brasões	7	38			
23	São Miguel/Boca do Juma	5	24			
24	Sivirino	13	80			
25	Sto. Antonio	9	41			
26	Tucunaré	12	59			
	Total	251	1188		129	599

Tabela 04: Comunidades/localidades localizadas no interior e no entorno da RDS e seus respectivos nº de famílias e pessoas.

Fonte: AMAZONAS, 2010.

Não há relato de conflitos com os moradores das comunidades localizadas no interior da unidade. A população destas comunidades soma 599 pessoas pertencentes a 129 famílias. Assim são usuários diretos, em caráter permanente, da RDS do Juma uma população de cerca de 1.787 pessoas pertencentes a 380 famílias distribuídas em 43 comunidades/ localidades. Relata-se também a existência de comunidades no rio Acari, mas estas ainda não foram identificadas e mapeadas. Essas comunidades vivem da pesca e das atividades extrativistas tais como: andiroba, copaíba e castanha.

As pesquisas que foram realizadas para elaborar o Plano de Gestão da Reserva revelaram um déficit educacional na Reserva bastante expressivo. Com base nos dados do banco de dados do Programa Bolsa Floresta (FAS, 2009) conclui-se que cerca de 20% da população com 6 (seis) anos ou mais são analfabetas, 3% foram apenas alfabetizados, 46%

não completaram o primeiro segmento do Ensino Fundamental, 16% apenas completaram o primeiro segmento, 10% têm o Ensino Fundamental incompleto e menos de 2% cursaram pelo menos uma série do Ensino Médio. A Tabela reflete com bastante precisão a realidade das 43 comunidades situadas dentro e no entorno da RDS. Não se trata de dados totais do universo de pessoas com seis anos ou mais que vivem no Juma e seu entorno, e sim dos que informaram seu nível de escolaridade e de seus filhos.

Até 2008 não existia nenhuma escola que oferecesse o segundo segmento do Ensino Fundamental e o Ensino Médio no interior da RDS. Apenas a comunidade Nova Olinda, no entorno da Reserva, oferecia um curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA, segundo segmento, porém o curso foi extinto por falta de professor apto a lecionar antes que uma turma pudesse concluir o curso.

Escolaridade	6 a 13	14 a 17	18 a 24	> 24	Total
Não Alfabetizados	22	12	17	172	223
Alfabetizados	19	0	2	14	35
Fundamental: 1º segmento incompleto	237	38	37	155	467
Fundamental: 1º segmento	30	20	30	72	152
Fundamental: 2º segmento incompleto	13	29	21	44	107
Fundamental: 2º segmento	0	0	4	4	8
Médio incompleto	0	2	2	4	8
Médio	0	0	0	6	6
Superior	0	0	0	3	3
Total	321	101	113	475	1009

Tabela 05: Escolaridade por faixa etária em 43 comunidades da RDS do Juma e entorno
Fonte: SDS/FAS, 2009.

Em relação à educação, o que chamou atenção foi o despreparo de alguns professores que atuam nas comunidades, bem como a regularidade de suas frequências nas comunidades, o que prejudica ainda mais o aprendizado das crianças. Em função disso em entrevista com a secretária de educação do município, Sra. Clissia Paula Coutinho, esse problema foi abordado. A mesma nos informou que há muitas reclamações a esse respeito, observou que falta compromisso de alguns professores com as comunidades, enfatizou que já estava tomando as devidas providências e que muito possivelmente quando retornássemos para apresentar o resultado do nosso estudo já encontraríamos outra realidade.

Nas comunidades do interior da RDS 60%, 259 alunos estão matriculados nas séries iniciais. As condições de ensino nestas escolas são bastante precárias. O acesso a material didático é difícil e quase nunca é fornecido pela prefeitura.

Segundo informações dos moradores, nenhuma escola municipal fornece merenda escolar e em algumas comunidades, 36% se quer existe um prédio específico para a escola, sendo as aulas ministradas em igrejas ou casas de comunitários. As turmas funcionam em regime multi-seriado, estudantes de várias séries na mesma sala, isso acontece em todas as comunidades.

Apenas um professor cursou o ensino superior. Por causa da dificuldade de acesso ao segundo segmento do ensino fundamental, muitas crianças e adolescentes repetem varias vezes o 5º ano para não pararem de estudar.

Comunidade	Rio	Escola	Professor (número)	Formação do professor	Nº alunos matriculados
Abelha	Mariepaua	-	1	Médio	10
Amorim		x	1	Médio	21
Barraquinha	Arauaá	-	-	-	-
Boa Frente	Aripuanã	X	2	Médio	30
Boca do Juma	Aripuanã	-	1	Médio	9
Cacaia	Arauaá	-	-	-	-
Cipotuba	Aripuanã	X	1	Médio	29
Cumã	Juma	-	-	-	-
Flexal	Aripuanã	X	1	Médio	10
Limão	Mariepaua	-	1	-	
Livramento	Mariepaua	X	1	Médio	18
Nova Jerusalém	Mariepaua		1	Médio	20
Nova Vida	Aripuanã	-	-	-	-
Novo Oriente	Aripuanã	X	-	-	-
Paiucaua	Madeira		-	-	-
Primavera	Aripuanã	X	1	Médio	20
Repartimento	Mariepaua	X	1	Médio	31
Santa Maria	Aripuanã	X	1	Médio	18
Santana do Arauazinho	Aripuanã	X	1	Médio	21
Santo Antonio do Capintuba	Aripuanã	X	1	Médio	-
Santo Antonio do Taciua	Aripuanã	X	1	Superior	14
São Francisco ANAP I (Km 80)	Estrada	X	1	Médio	30
São Francisco ANAP II (Km 123)	Estrada	X	1	Médio	8
São José dos Brasões	Mariepaua	X	1	Médio	16
Tucunaré	Aripuanã	X	1	Médio	22
Vila São Domingos	Mariepaua	X	-	-	-

Tabela 06: Situação de atendimento escolar de 1º a 5º ano por comunidade da RDS do Juma e entorno
Fonte: SDS/CEUC, 2010.

A assistência à saúde aos moradores da Reserva é bastante precária. Não há visitas regulares de médicos, enfermeiros e dentistas para atendimento das comunidades.

As famílias nos relataram que sempre que precisam do atendimento de saúde em Novo Aripuanã, encontram dificuldades. Ciente dessa problemática, entrevistamos o secretário municipal de saúde de Novo Aripuanã, Sr. João Barroso e abordamos essas dificuldades que passam os moradores na Reserva e que se externaliza por sua vez ao município. O secretário afirmou estar ciente da precariedade dos serviços de saúde que estão sendo prestados aos comunitários. Enfatizou que assumiu a secretária há pouco tempo e que a administração anterior deixou muitas pendências a serem resolvidas.

Para consulta ou atendimento por estes profissionais os comunitários necessitam se deslocar até a cidade de Novo Aripuanã onde nem sempre conseguem assistência adequada.

Das comunidades do interior e do entorno da RDS, apenas 15 possuem Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para prestação de primeiros socorros, orientação e prevenção de doenças, que são contratados pela Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã. As comunidades pólo contam com Endemistas contratados através da Fundação de Vigilância em Saúde (FVS) que têm a atribuição de realizar análise de lâminas e fornecimento de medicamentos para malária. Em 11 comunidades os moradores indicaram que existem parteiras. O atendimento feito por elas é voluntário

Desde o início de 2009 as comunidades da Boa Frente, no Rio Aripuanã, São Miguel, na foz do Rio Juma, e Abelha, no Rio Mariepaua contam com ambulanchas com motor de 40 HP para transporte de pacientes em situação de emergência (Figura 09 e Tabela 07).

Estas embarcações foram adquiridas pela FAS através de recursos do Subprograma Bolsa Floresta Social que financiou também a construção de um posto de saúde de uso do agente de endemias na comunidade Boa Frente. A manutenção e custeio da utilização destes equipamentos são de responsabilidade das comunidades.



Figura 09: Ambulancha Comunidade Boa Frente.
Fonte: SDS/CEUC, 2010.

Comunidade	Rio	Posto saúde	Agente saúde	Parteira	Ambulancha
Abelha	Mariepaua	-	-	X	X
Barraquinha	Araúá	-	-		
Boa Frente	Aripanã	X	X	X	X
Boca do Juma	Aripanã	-	X		X
Cacaia	Araúá	-	-	X	-
Cipotuba	Aripanã	-	-		-
Cumã	Juma	-	-		-
Flexal	Aripanã	-	X	X	-
Limão	Mariepaua	-		X	-
Livramento	Mariepaua	-	X	X	-
Nova Jerusalém	Mariepaua	-	X	X	-
Nova Vida	Aripanã	-	-	-	-
Novo Oriente	Aripanã	-	-	X	-
Paiucaua	Madeira		X		-
Primavera	Aripanã	-	-	-	-
Repartimento	Mariepaua	-	X	X	-
Santa Maria	Aripanã	-	X		-
Santana do Arauazinho	Aripanã	-	X	X	-
Santo Antonio do Capintuba	Aripanã	-	-	-	-
Santo Antonio do Taciua	Aripanã	-	-	-	-
São Francisco ANAP I (Km 80)	Estrada	-	-	-	-
São Francisco ANAP II (Km 123)	Estrada	-	-	-	-
São Jose dos Brasões	Mariepaua	-	X	-	-
Tucunaré	Aripanã	-	X	-	-
Vila São Domingos	Mariepaua		X	-	-

Tabela 07: Infraestrutura de assistência a saúde na RDS do JUMA
Fonte: SDS/CEUC

Em pesquisa realizada pela FAS (2008), os problemas de saúde mais citados foram malária, gripe, diarreias e verminoses. Estes dois últimos estão diretamente relacionados a falta de saneamento básico. Apenas a comunidade Santo Antônio do Capintuba possui um poço com bomba para o fornecimento de água potável, mas este não está sendo utilizado por problemas técnicos. Assim, toda a população utiliza água diretamente do rio e apenas poucas famílias utilizam cloro na água de beber, e mesmo assim de forma descontinuada.

Em 2010 foram distribuídos filtros de água para todas as famílias cadastradas no Programa Bolsa Floresta. Tampouco existe sistema de coleta e tratamento de esgoto, a não ser nas dependências do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade construído pela FAS e que compreende uma escola. O lixo é enterrado, jogado diretamente no mato ou, como indicaram a maioria dos comunitários, queimado.

O uso de ervas medicinais é bastante comum para a maioria das ocorrências de doenças e o conhecimento sobre as propriedades medicinais é bastante difuso. As comunidades, normalmente, dispõem de pessoas locais com conhecimento especial para cuidado de problemas de torções. São massagistas com conhecimento empírico e tradicional.

A maioria das comunidades do Juma é formada por grupos de pessoas com relação de parentesco entre si. Assim, as principais estruturas de organização social são informais e tradicionais. Estas estruturas regulam a vida em comunidade e compreendem aspectos relacionados à organização do trabalho, distribuição da produção, lazer, religiosidade e a interação com agentes externos.

A religiosidade é um fator importante para a organização social. Por esse motivo a maioria das comunidades mantém a unidade religiosa, pelo menos em termos de identidade. A religião católica é a de maior ocorrência, sendo profetizada por 20 das 26 comunidades. Outras 4 são evangélicas e uma não informou. Em toda a RDS podemos encontrar 11 igrejas, espaços esses que por vezes são utilizados por motivo extra religioso como reuniões comunitárias, festas e etc. Em dias de celebração religiosa, aquelas comunidades que não possuem igreja participam desses eventos em comunidades mais próximas onde existe igreja. Não foi relatado conflitos entre comunidades por motivos religiosos.

O fato de não existir conflitos religiosos entre comunidades, não significa que não exista conflito religioso por pessoas de uma mesma comunidade, quando a questão religiosa a divide. Tivemos essa percepção quando visitamos a última comunidade do rio Mariepauá: Repartimento, a maior da Reserva, hoje liderada pelo pastor Jorge Viana, da igreja Assembleia de Deus. Ele é vice-presidente da AMARJUMA e membro titular do Conselho Gestor da Reserva; grande parte das famílias se convertaram a sua religião; algumas ainda

resistem, pois segundo um comunitário disse preferir não se misturar, pois os outros pensam muito diferentes deles.

É bastante presente a figura do presidente da comunidade, liderança escolhida por votação ou escolha consensuada e que tem como principal papel, a intermediação com agentes institucionais externos. Apesar desta presença da figura do presidente, nenhuma comunidade possui associação comunitária atuante.

No ano de 2009 foi criada, com apoio do CEUC e da FAS, a Associação dos Moradores e Amigos da Reserva do Juma – AMARJUMA. O início da implementação do subprograma Bolsa Floresta Associação, permitiu investimentos na criação de uma estrutura física, compra de materiais e equipamentos necessários para manutenção e desenvolvimento e formalização da mesma. No final de 2009, ela contava com 725 associados e hoje conta com 986.

Na pesquisa de campo entrevistamos o presidente da AMARJUMA, senhor, Doracy Correa, que nos relatou estar com muitas dificuldades de conduzir a entidade em virtude da falta de entendimento das pessoas em relação a importância da associação. Segundo ele há uma inadimplência por parte dos associados, dificultando as ações da associação, mesmo com o valor do bolsa Associação que é repassada pela FAS, o que equivale a 10% da soma de todas as Bolsas Floresta Familiares. O principal objetivo do Bolsa Associação é o fortalecimento da AMARJUMA, a única associação que representa os comunitários na RDS.

Estão presentes ainda na RDS o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Associação dos Pescadores de Novo Aripuanã, muito embora poucas famílias estejam associadas na atualidade a estas entidades.

Da mesma forma entrevistamos o presidente da Colônia de Pescadores Z-29, Sr. Alan Barros, que pareceu ter uma visão bem crítica em relação a possibilidade da realização de um acordo de pesca dentro da Reserva, pois embora seja um anseio dos comunitários, demonstrou mais os pontos negativos do que positivos que o acordo poderia acarretar.

O cultivo de roças é a principal atividade agrícola na RDS do Juma. Para a maioria das famílias esta é a principal atividade econômica. As roças são feitas no estilo de corte e queima. As áreas variam de 0,25 ha/família a 2 ha. A principal cultura é a mandioca destinada para a produção de farinha. No entanto, na maioria das verifica-se o cultivo de uma gama maior de plantas, normalmente destinadas ao consumo doméstico. Entre as espécies encontradas estão o cará, diversas variedades, batata-doce, araruta, mamão, jerimum, cubiu, banana e maxixe. O milho, a melancia e os feijões são cultivados as vezes como espécies de interesse principal e as vezes, como plantios secundários.

Os roçados são cultivados em intervalos de tempo de 1 a 3 anos, depois as áreas são deixadas em pousio. Normalmente estas áreas são novamente cultivadas em intervalos de tempo que variam entre 5 a 20 anos. Em geral este tipo de agricultura não causa grandes transtornos ambientais por fatores como pequena dimensão, práticas culturais diversificadas e baixa intervenção depois da sementeira.

É frequente a prática de semear espécies frutíferas silvestres (bacaba, açai, tucumã) nas áreas de roça para produção de frutos após o crescimento de capoeira, uma vegetação secundária, e para a atração de caça. Desta maneira as áreas de roçado desempenham papel econômico no curto prazo com a produção de variedades específicas de roçados, no médio e longo prazo com a produção de frutos silvestres e a constituição de áreas de caça.

Outra forma de agricultura bastante importante é a formação de pomares no entorno das residências (Figura 10) conhecidas como quintais. São áreas de grande importância para a produção de frutos que são a principal fonte de vitaminas para as comunidades, com pouca importância como fonte de renda monetária.



Figura 10: Canteiro Suspenso – Comunidade Limão
Fonte: Leny Barata 2011.

Nos quintais também são criados pequenos animais como galinhas e patos e se cultivam jardins, condimentos e verduras. A criação de aves é bastante comum entre as famílias. Algumas poucas famílias criam porcos, normalmente soltos. Em apenas uma propriedade, de uma pessoa não residente no RDS, existe criação de gado bovino.

Em relação à criação de gado bovino, um morador da comunidade São Félix, no rio Arauá nos relatou que tem alguns moradores dentro da Reserva arrependidos de não terem

aceito a proposta de criação de gado dentro da Reserva para consumo por ocasião da aprovação do Plano de Gestão em março de 2010, pois segundo ele: “agente não ia prejudicar a floresta, era só para as crianças poderem tomar um leitinho fresco, na hora da aprovação do plano agente não pensou nisso” (VALENTE, 2011).

Nas comunidades localizadas no rio Aripuanã o principal cultivo é a mandioca, que representa 75% dos itens cultivados sendo utilizada para a produção de farinha. Em menor proporção, são cultivados itens como abobrinha, banana, milho, melancia e feijão. Na comunidade Flexal, tem-se cultivado mais a banana e a melancia, tendo em vista que os comunitários têm reclamado bastante da dificuldade de vender a farinha, produzindo basicamente para o consumo e o excedente, vendem em Novo Aripuanã.

O principal produto extraído da floresta é a castanha, que representa cerca de 70% dos produtos do extrativismo. Em seguida, aparece a copaíba, com aproximadamente 17%. Outros itens como madeira, açaí e cipó correspondem ao restante da produção e também o pau-rosa. É importante salientar que o período de coleta da castanha é restrito ao intervalo entre os meses de abril e junho.

Nas comunidades do rio Arauá a agricultura e o extrativismo são as principais atividades geradoras de renda. A mandioca é o principal produto da agricultura 63%, seguido da banana com 17%. No extrativismo, três produtos se destacam: castanha, copaíba e madeira, sendo a castanha o produto mais importante.

Nas comunidades do rio Mariepaua, afluente do rio Madeira, as principais atividades de renda das comunidades são a agricultura e o extrativismo. O principal item da agricultura é a roça de mandioca, complementada por cultivos de milho e feijão. A castanha e o cipó são os produtos mais extraídos da floresta, sendo utilizado para a confecção de vassouras que são vendidas pelos comunitários no município de Novo Aripuanã.

A economia da maioria das famílias residentes na RDS privilegia o auto abastecimento, ou seja, produz-se para consumir. Dependendo da família, de 50% a 90% dos produtos alimentícios provém da produção doméstica e/ou interna das comunidades, sendo a farinha de mandioca e o peixe a base da dieta. Também é importante no cardápio dos moradores a carne de animais silvestres, frutas cultivadas e silvestres, tubérculos como cará e batata doce, amêndoas como a castanha, milho, feijões e hortaliças.

A circulação interna de produtos e serviços acontece principalmente por canais tradicionais. Para serviços, especialmente relativos ao cultivo, o mutirão ou puxirum é a forma mais comum. Para produtos são utilizados a troca direta, o empréstimo – onde existe a obrigação de devolução de produto com equivalência, e o intercâmbio solidário que

funcionam por meio de redes cujo grau de participação está condicionado a atenção de códigos próprios de conduta e ética, porém, o fornecimento de excedentes de produtos de primeira necessidade como alimentos é quase que obrigatório algumas populações indígenas e caboclas do rio Purus e Juruá denominam de Manako a forma de intercâmbio solidário que praticam.

O comércio interno ocorre em maior medida em relação ao fornecimento de produtos e serviços que exigem a utilização de insumos externos como, por exemplo, a retirada de madeira para construção de casas onde é necessário gasolina e óleo, além da motosserra.

As principais fontes de renda monetária são o comércio de produtos agrícolas, extrativistas, a pesca, os benefícios sociais, salários de professores e agentes de saúde e, mais recentemente, os repasses do subprograma Bolsa Floresta Familiar.

2.1 - Pagamento por Serviços Ambientais- o projeto REDD

Quando se fala de "pagamento por serviços ambientais" (PSA), é útil entender o que significa esse pagamento para quem recebe e para quem paga.

O PSA pode ser pensado como uma maneira de "*envolver*" os moradores da floresta no controle dos recursos naturais da floresta. Nesse caso, os moradores recebem um "*pagamento contratual*" para um serviço de sensibilização e fiscalização. Poderiam ser considerados nessa categoria os Agentes Ambientais Voluntários.

Outra forma de pensar o PSA consiste em *compensar* a perda da competitividade ou da remuneração devido o respeito às regras de manejo, custo adicional ou de proteção, dentro de Unidades de Conservação. Poderia ser considerado nessa categoria um PSA para extratores madeireiros que, por lei, devem elaborar um plano de manejo para extrair madeira. Fala-se então de "*compensação*".

Também se pode pensar no PSA como sendo uma *forma de recompensa* aos usuários da floresta que adotem voluntariamente regras ou práticas dedicadas a manter os serviços ambientais. Poderiam ser considerados nessa categoria os moradores que decidam implementar sistemas agroflorestais (SAF) ou reflorestamento. Falar-se-ia então de "*gratificação*".

O pagamento por serviços ambientais na RDS do Juma é realizado por meio do Programa Bolsa Floresta (PBF) que visa recompensar e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais pela manutenção dos serviços ambientais prestados pelas florestas

tropicais, reduzindo o desmatamento e valorizando a floresta em pé. Ele possui quatro componentes.

Bolsa Floresta Renda (BFR): Esse componente realiza um investimento anual de R\$ 140 mil em cada unidade de conservação beneficiada. É destinado ao apoio à produção sustentável: peixe, óleos vegetais, frutas, mel, castanha entre outros. A meta é promover arranjos produtivos e certificação de produtos que aumentem o valor recebido pelo produtor. São elegíveis todas as atividades que não produzam desmatamento e que estejam legalizadas e que valorizam a floresta em pé.

Bolsa Floresta Social (BFS): Também realiza investimentos de R\$ 140 mil anualmente nas unidades de conservação beneficiadas. Este componente é destinado à melhoria da educação, saúde, comunicação e transporte, componentes básicos para a construção da cidadania dos moradores das UCs. As ações são desenvolvidas em parceria com os órgãos governamentais responsáveis e instituições colaboradoras.

Bolsa Floresta Associação (BFA): Esse componente é destinado às associações dos moradores das UCs do Estado. Equivale a 10% da soma de todas as Bolsas Floresta Familiares. Sua função é fortalecer a organização e o controle social do programa. O BFA promove a gestão participativa por meio do fortalecimento da organização comunitária, emponderamento das comunidades e o controle social do Programa Bolsa Floresta, visando a implementação da unidade de conservação.

Bolsa Floresta Familiar (BFF): O quarto componente tem como objetivo promover o envolvimento das famílias moradoras e usuárias das unidades de conservação estaduais para redução do desmatamento e valorização da floresta em pé. Esta modalidade também atua no sentido de promover o entendimento da realidade socioeconômica e ambiental para melhorar a eficiência na aplicação dos recursos e avaliação dos resultados dos investimentos. Na prática, diz respeito ao pagamento de uma recompensa mensal de R\$ 50 por mês pago às mães de famílias residentes dentro de unidades de conservação que estejam dispostas a assumir um compromisso de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Em 2009, o orçamento dos 3 primeiros componentes do Bolsa Floresta para a RDS do Juma foi de cerca de R\$ 288.800,00, sendo R\$ 118.000,00 para o Bolsa Floresta Renda, R\$ 118.000,00 para o Bolsa Floresta Social e R\$ 52.000,00 para o Bolsa Floresta Associação. Em 2010 foi liquidado um saldo de R\$ 126.000,00. Para o período de 2010 a 2011 foi investido um valor da ordem de R\$ 300.000,00 nesses componentes.

O Programa Bolsa Floresta (PBF) foi instituído pelo Governo do Estado do Amazonas por meio da SDS em setembro de 2007.

O programa é parte de uma estratégia pioneira mundialmente. Ele está direcionado para o desenvolvimento da cadeia produtiva dos serviços e produtos ambientais de base florestal. A institucionalização do programa se deu por intermédio da Lei nº 3.135, sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e da Lei Complementar nº 53, sobre o SEUC, ambas promulgadas em 5 de junho de 2007.

Em sua fase inicial, de setembro de 2007 a abril de 2008, o Programa Bolsa Floresta foi empreendido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) nas seguintes Unidades de Conservação do Estado do Amazonas: Cujubim, Mamirauá, Catuá-Ipixuna e Piagaçu- Purus

Na fase inicial, as ações de implantação do Bolsa Floresta envolveram:

- a) Levantamento socioeconômico das famílias e comunidades das Unidades de Conservação;
- b) Mobilização social para participação da Oficina Bolsa Floresta;
- c) Realização de Oficinas Bolsa Floresta nas Unidades de Conservação;
- d) Assinatura do Termo de Compromisso de adesão ao Programa Bolsa Floresta;
- e) Pagamento do Bolsa Floresta Familiar.

A partir de maio de 2008, foi iniciado o pagamento dos benefícios do PBF por meio do convênio FAS –AFEAM (Agência de Fomento do Estado do Amazonas) e em junho começaram os trabalhos de campo do PBF pela FAS. Em cinco meses de gestão, o número de famílias beneficiadas avançou de 971 para 2702, produzindo um aumento de 278%.

A FAS gerencia, desde maio de 2008 e, até o ano de 2012, está atuando em 15 Unidades de Conservação do Estado.

Segundo a FAS o Programa Bolsa Floresta (PBF) é considerado o maior programa de pagamento por serviços ambientais do mundo, contribuindo para a manutenção de cerca de 10 milhões de hectares de florestas.

O Bolsa Floresta tem sido apontada pela FAS e governo do Estado do Amazonas, como uma iniciativa inovadora para recompensar e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais, os guardiões da floresta, pela manutenção dos serviços ambientais prestados pelas florestas tropicais.

A iniciativa pode até ser inovadora, no entanto nas oito comunidades investigadas observamos uma insatisfação generalizada em relação ao valor do Bolsa Floresta que é pago às mães de família para manutenção da floresta em pé. São de fato “guardiões da floresta”, não porque recebem cinquenta reais, pois nos seus depoimentos ficou claro que sempre

tiveram uma relação de parceria com a floresta, que não se resume a implementação do REDD, e até o momento necessita de muitos esclarecimentos nas comunidades, pois embora já exista de direito, já certificado inclusive, precisa existir de fato com ações que possam significar melhorias no Viver Bem das pessoas, indo além de uma valoração por serviços prestados.

O Governo do Estado do Amazonas foi o responsável pela criação do Programa, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), e delegou à FAS a missão de implementá-lo nas Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas.

Sendo a floresta o maior patrimônio na política ambiental do estado do Amazonas, então porque terceirizar esse serviço? Porque transferir para uma ONG uma responsabilidade que cabe ao estado gerir? No entanto o que são 20 milhões para um estado que possui o quarto maior PIB do Brasil? Pode ser apenas uma doação, com interesses voltados apenas para a conservação da Amazônia e manutenção dos recursos para gerações futuras, claro que sem interesses de um capital natural futuro.

O projeto se caracteriza pela criação e implementação de uma Unidade de Conservação que seria praticamente desmatada em um cenário de manutenção das práticas correntes. A sua criação e implementação efetiva só foi possível graças à perspectiva de efetivação de um mecanismo financeiro para geração de créditos de carbono oriundos da redução de emissões de desmatamento, que vem sendo planejado pelo governo.

Os recursos a serem angariados permitiram ao governo e seus parceiros efetivarem a implementação de todas as medidas necessárias para o controle e monitoramento do desmatamento dentro dos limites do projeto, estabelecendo um caráter financeiro auto sustentável para a conservação, além de reforçar o cumprimento das leis e ao mesmo tempo deve buscar promover a melhoria nas condições de vida das comunidades locais.

A implementação das atividades do projeto proposto resultará até 2050 na contenção do desmatamento de cerca de 329.483 hectares de floresta tropical, que corresponderia à emissão de 189.767.027,9 toneladas de CO² para a atmosfera que ocorreriam no cenário de linha de base esperado para a área onde foi criado a RDS do Juma.

A geração de benefícios sociais e ambientais na área do projeto fundamentalmente precisa fazer parte da estratégia de conservação da região e da geração de benefícios climáticos e de biodiversidade. É imprescindível que o pagamento pelos serviços ambientais na RDS do Juma promova condições de vida digna para as 26 comunidades que moram no

interior e entorno da Reserva, pois a sustentabilidade social deve sempre vir na frente, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento.

Um dos desafios das políticas públicas, diz respeito justamente à necessidade de territorializar a sustentabilidade ambiental e social do desenvolvimento “o pensar global, mas atuar localmente” e ao mesmo tempo, dar sustentabilidade ao desenvolvimento do território, ou seja, fazer com que as atividades produtivas contribuam efetivamente para o aperfeiçoamento das condições de vida da população e protejam o patrimônio biogenético a ser transmitido as gerações futuras.

Há atualmente uma luta internacional para definir a agenda ou ordem do dia da política ambiental, tendo em vista que a economia é entrópica. Há esgotamento de recursos e produção de resíduos, a crítica ecológica da economia questiona a capacidade do mercado para valorar com exatidão esses efeitos.

A economia ecológica não é necessariamente pessimista com respeito ao crescimento econômico, em contrapartida é necessário aos que defendem a economia ambiental entendam que a valorização dos recursos naturais está sujeita a temporalidades ecológicas de regeneração e produtividade que não correspondem aos ciclos econômicos e a processos sociais e culturais e que não podem reduzir-se a esfera econômica (LEEF, 2009 p.191). Não há um instrumento econômico, ecológico ou tecnológico de avaliação com o qual se possa calcular o “valor real” da natureza na economia.

Precisamos, sobretudo, buscar o equilíbrio, diante de um modelo de produção que a cada dia tem se mostrado insustentável para grande parte dos habitantes do planeta, que estão excluídos dos serviços básicos, marginalizados por uma “Globalização Perversa” que corrói e aniquila sonhos e esperanças de participar de fato e de direito de uma sociedade realmente sustentável.

2.2 - FAS e Parcerias

Segundo Piqueras (2001), o Estado é um aspecto das relações sociais do capitalismo e uma forma histórica e específica da dominação e do antagonismo de classes e portanto, possui em todas as suas instituições procedimentos e ideologia que expressam essa contradição. O econômico e o político, como as demais ordens sociais são manifestações que expressam a dominação do capital e suas contradições, e também outras formas de dominação. Por isso é que a feiticização do Estado como se fosse uma entidade autônoma,

que por sua vez se concebe como algo a parte do Estado, como “Sociedade Civil”, dificulta as alternativas de luta.

O mesmo autor atribui ao “onguismo” parte da expressão que adquire hoje relação de forças capital X trabalho, muito favoráveis ao capital. É a expressão da auto-atomização do Estado, algo que os sociólogos denominam como burocracias estatais mais flexíveis e precárias.

Diante dessa observação, Piqueras chama-nos atenção para o erro de opormos as ONGs ao estatismo. Citando Garcia-Salmones, coloca as ONGs como um “estatismo avançado”. Mas isso não significa dizer que elas são necessariamente subordinadas ao Governamental.

Esse estatismo avançado permite as ONGs utilizar recursos públicos para executar as ações, no entanto no que diz respeito ao direcionamento político e econômico, atuam de forma independente, deixando para o Estado apenas um papel secundário para viabilização de recursos, o que não significa subordinação ao Estado.

As ONGs se originam e refletem todo o aspecto social, desde as que formam os sujeitos de classes mais organizados, como os empresários, ou as derivadas de expressões políticas mais orgânicas em luta, até aquelas provenientes de setores desorganizados, todos aproveitando a estrutura de oportunidades políticas abertas pela tendência atual do Estado. Piqueras fazendo uma analogia médica chama as ONGs de “organismos oportunistas”

O Brasil, embora possua organismos públicos destinados á política ambiental, tem sua agenda ambiental basicamente definida como as grandes Organizações Não Governamentais ambientalistas. No estado do Amazonas, as ONGs que estão atuando na cogestão das UCs são: FAS, Fundação Vitória Amazônica, IDESAM, Instituto Piagaçu Purus, Instituto Mamirauá e IPE. O domínio dessas ONGs vem demonstrando a terceirização de gestão nas UCs, o que pode caracterizar a incompetência do Estado ou a necessidade de buscar parcerias no sentido de aprimorar a gestão.

As diversas formas de parceria para a conservação da bio e sociodiversidade, entre UCs e ONGs, Universidades, empresas, sociedade civil e comunidades locais são uma tendência internacional. Tais parcerias tem sido de discussão e estudos que visam encontrar um caminho que leve a soluções sustentáveis para a situação problemática dos ecossistemas mundiais, principalmente os já reservado nas UCs.

A FAS foi criada no dia 20 de dezembro de 2007, como Instituição pública- privada, por meio de uma parceria entre o Governo do Estado e o banco Bradesco, com a doação de 20 milhões, cujos objetivos são administrar programas e projetos de mudanças climáticas,

conservação ambiental e desenvolvimento sustentável no Amazonas, sem fins lucrativos, não governamentais e sem vínculos políticos partidários.

É hoje a maior ONG nacional em orçamento, possivelmente se aproveitando de um “oportunismo” quando comunga do ideário do Estado na sua política de conservação ambiental, podendo ser um “estatismo avançado” á medida que essa ONG acaba exercendo um papel preponderante, deixando ao Estado um papel secundário, como um mero coadjuvante, no que diz respeito ao direcionamento político para as suas áreas protegidas.

O “oportunismo” do qual a FAS se aproveita é propiciado pelo Estado e no caso específico da RDS do Juma, tem no mercado de carbono um “trunfo” no projeto de conservação e no cenário de uma economia ambiental que já ultrapassa limites e fronteiras, buscando atender as demandas do mercado “esverdeado” que nem sempre estão de acordo com os reais interesses dos sujeitos principais do cenário vigente.

Está longe de ser uma Instituição sem vínculos políticos partidários, pois se assim fosse, o último governador do Estado, hoje senador, não teria tido uma votação massiva na Reserva, como possivelmente nas demais Unidades de Conservação estaduais, elegendo também os candidatos de sua coligação, conforme figura abaixo:



Figura 11 - Propaganda eleitoral 2010: comunidade São Félix
Fonte: Leny Barata , 2011.

Nesta concepção entendemos que o Programa Bolsa Floresta, é, sobretudo, bom de “voto”, e se caracteriza como político- partidário, pois na lógica de uma economia ambiental, os representantes da política precisam de um marketing pautado na sustentabilidade.

A FAS tem sede em Manaus e um escritório em São Paulo. Em 2010 foram abertos pequenos escritórios com colaboradores nas reservas Mamirauá, Juma e Uatumã. Hoje a FAS atende 15 Unidades de Conservação no Amazonas. A estrutura de trabalho é dividida em quatro regionais: Juruá-Jutaí, Negro-Amazonas, Solimões e Madeira, sendo o Juma localizado nesta última regional, essa divisão tem como critério a calha dos rios.

A Coca-Cola Brasil, no início de 2009, tornou-se mantenedora da FAS, ao doar outros 20 milhões. As doações do Governo do Estado do Amazonas, Bradesco e Coca-Cola foram aplicadas em um fundo permanente, administrado pelo Bradesco Assist Management (BRAM), do qual apenas os rendimentos são utilizados para custear o Programa Bolsa Floresta Familiares.

As diretrizes para a administração da FAS são de responsabilidade do Conselho de Administração, tendo diversas instâncias de apoio à gestão como: Conselho de Administração; Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, cujos membros não são remunerados. A administração da FAS é de responsabilidade de um corpo profissional liderado pela Superintendência Geral.

O Conselho de Administração possui 13 membros e é instância decisória de natureza deliberativa da FAS, responsável por definir diretrizes técnicas- financeiras e aprovação de programas e indicação dos Membros do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal.

O Conselho Consultivo é órgão de aconselhamento do Conselho de Administração, Diretoria e Superintendência e o Conselho Fiscal é o órgão de acompanhamento e avaliação da execução financeira

No final de 2009 a FAS firmou uma parceria com Fundo **Amazônia/BNDES** que começou a ser implementado efetivamente em 2010. A parceria prevê a aplicação de R\$ 19,2 milhões de recursos do fundo na geração de atividades produtivas sustentáveis e no apoio ao associativismo nas UCs do AM, através dos componentes Renda e Associação do PBF.

Como contrapartida da FAS, está previsto um aporte da Fundação de pelo menos 50% do valor destinado pelo Fundo Amazônia, para execução de programas de apoio do PBF.

O repasse por parte do BNDES, que gerencia o fundo, será em parcelas anuais, sendo que o prazo de utilização é até 2013. A primeira parcela de 2010 foi de R\$ 3,999 milhões. Os desembolsos seguem cronograma de execução financeira dos projetos ao longo do período concentrado.

O PBF fez parte do primeiro grupo de Instituições a receber os recursos do Fundo Amazônia, visando a diminuição dos desmatamentos nessa região.

A FAS firmou uma parceria com a Samsung em novembro de 2010, que prevê investimento de R\$ 3,8 milhões na construção e manutenção de um Núcleo de Conservação e Sustentabilidade na APA do Rio Negro, suporte a programas de apoio ao Bolsa Floresta na UC e ainda o pagamento do Bolsa Floresta Familiar para as famílias da reserva a partir desta doação.

A visão de sustentabilidade no meio empresarial tem crescido nos últimos tempos. Antes os custos ambientais eram vistos como um mal necessário e a decisão da empresa como uma variável autônoma. Atualmente a questão ambiental passou a ser vista como um investimento e uma oportunidade para novos negócios, neste sentido o capitalismo esta a cada dia mais verde, tanto a Coca-Cola, Bradesco e Sansung estão assumindo o slogan do ecocapitalismo, atendendo as necessidades e demandas desta nova face do capital. Comungam de uma mesma ideologia o privado e o público, a parceria com o BNDES se justifica para atender os fins, os meios usados pelo capital se justificam a medida que atende os seus interesses.

2.3 – Programas e atividades desenvolvidas

Conforme já ressaltado a FAS está presente em quinze Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, sendo o destaque a RDS do Juma, tendo em vista que a mesma está inserida no mercado de carbono, por meio do programa de REDD, pois as inúmeras discussões em relação as mudanças climáticas tem a Amazônia como foco principal, a medida que o discurso de manutenção da floresta em pé se configura como uma forma de valorar a natureza, por meio dos serviços ambientais prestados.

À medida que a floresta presta esse serviço, a FAS vem desenvolvendo algumas atividades na RDS do Juma, utilizando os valores advindos de suas parcerias institucionais, sejam elas, públicas ou privadas.

Por meio de uma parceria com o IDAM, desenvolveu o projeto Pró- Banana, o qual tem a finalidade de estimular o cultivo da banana em Unidades de Conservação. Em entrevista com o presidente do IDAM, senhor Ricardo Gonçalves, informou que o Instituto tem levado mudas de banana às comunidades, bem como reforçando o valor nutricional dessa fruta. Observou-se que os comunitários do Flexal e Paiucauá tem grandes plantações de banana, mas para consumo próprio e o excedente vendem em Novo Aripuanã.

Os SAFs, ao imitarem a cobertura vegetal da floresta, favorecem a recuperação da produtividade de solos em via de degradação através dos benefícios das espécies arbóreas

implantadas, que adubam naturalmente o solo através da deposição de matéria orgânica vegetal, reduzindo a utilização de insumos externos. Isto também reduz os custos de produção e aumenta a eficiência econômica da unidade produtiva, favorecendo a geração de renda do produtor de forma mais regular.

Foi pensando nesses benefícios, que a FAS criou em 2010 uma coordenação voltada especificamente para a Produção Agroflorestal. Já no início de 2011, foi lançado o Programa de Sistemas Agroflorestais que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos moradores de Unidades de Conservação do estado do Amazonas por meio da implantação de sistemas agroflorestais nas comunidades ribeirinhas atendidas pelo Programa Bolsa Floresta, aliado à conservação ambiental.

O programa está dividido em diferentes etapas, tais como: a implantação de viveiros agroflorestais nas comunidades; a capacitação de comunitários em produção de mudas de espécies arbóreas, frutíferas e agrícolas; envolvimento dos alunos dos Núcleos de Conservação e Sustentabilidade em práticas agroflorestais e quantificação do sequestro de carbono nos SAFs implantados.

Na comunidade Boa Frente, onde está localizado o núcleo de Conservação Samuel Bechimol, este projeto está funcionando por meio do Projeto Saberes da Terra, onde os alunos são estimulados a colocarem em prática seus aprendizados nas suas respectivas comunidades.

Com recursos dos Programas de Apoio ao Bolsa Floresta, a FAS iniciou em 2009 uma parceria com a Cooperativa Verde de Manicoré (COVEMA). Destinou capital de giro que permitiu à COVEMA adquirir mais castanha do Brasil de seus cooperados. A FAS sentiu a necessidade de atuar em todos os elos da cadeia produtiva da castanha.

Foi feito investimento em equipamentos recursos de “Boas Práticas da Castanha”, o que tornou possível melhorar a produtividade e o volume de produção da cooperativa, elevando o valor da safra.

A melhoria do processo de coleta, beneficiamento e comercialização da castanha do Brasil também possibilitou levar os benefícios dessa parceria para os produtores da Reserva, em Novo Aripuanã. Nas comunidades investigadas observou-se que esse programa ainda não esta sendo de fato aplicado nas mesmas.

Programa de apoio a Educação- Criação dos Núcleos de Conservação

O conceito dos Núcleos de Conservação Sustentabilidade foi pensado como um componente estratégico do processo de implementação do Programa Bolsa Floresta. Os

Núcleos têm o papel de apoiar a implementação deste Programa e servir como pólo aglutinador das ações da FAS nas Unidades de Conservação onde estão situados. O primeiro Núcleo foi inaugurado, em 2009, na comunidade Boa Frente, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, e ganhou o nome de “Professor Samuel Benchimol”.

Um dos grandes avanços na gestão desses centros foi a definição, a partir de julho de 2009, da estrutura da equipe de trabalho dos Núcleos e do planejamento 2010-2011. Foi estabelecido para cada projeto o planejamento orçamentário e operacional, tanto para a educação formal quanto complementar. Dentre os projetos estão manejo florestal, Sistemas Agroflorestais, turismo, marcenaria, horta, eco gincana, coleta de sementes, segurança alimentar, entre outros.

A estratégia de implementação dos Núcleos desenvolve, necessariamente, o estabelecimento de parcerias de cooperação interinstitucional. A principal parceira da FAS nesta iniciativa é a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

Nos dias 23 e 24 de agosto de 2010, realizou-se em um dos Núcleos, o do Rio Negro, na Comunidade Tumbira, a oficina de Planejamento Estratégico e Operacional dos NCS, que reuniu diversos potenciais parceiros para discutir a Missão e a Visão Estratégica dos Núcleos, bem como para planejamento operacional e indicadores.

Participaram das discussões, além dos técnicos e analistas da FAS, representantes da SDS, CEUC, IDESAM, ADS, FVS, IFAM, ADS, FMT, Fundação Bradesco, SEBRAE, UFAM, SEDUC, SEMED, Prefeitura de Iranduba e diretoria da Associação das Comunidades Sustentáveis do Rio Negro (ACS Rio Negro). No entanto não estavam presentes os principais envolvidos: os comunitários.

Recentemente em janeiro de 2012 foi inaugurado o núcleo do Abelha na RDS do Juma. Uma parceria da FAS com a prefeitura de Novo Aripuanã. Na reunião do Conselho Gestor em novembro de 2011, observou-se a desconfiança por parte de alguns conselheiros em relação à parceria com a prefeitura, no entanto, percebemos nitidamente os interesses políticos eleitoreiros se sobrepondo aos interesses coletivos, pois não esqueçamos que em 2012 é um ano de eleição e que somente dentro da RDS do Juma tem em média 2.000 eleitores que votam em Novo Aripuanã, ou como alguns costumam dizer “exercem sua cidadania”. Foi notório a presença de dois grupos políticos na cidade presentes na reunião, o do atual prefeito e o da oposição que quer o retorno ao poder, e muito possivelmente essa parceria com a FAS no núcleo do Abelha, poderia atrapalhar os planos políticos desse grupo. Vale ressaltar que o último prefeito de Novo Aripuanã, foi cassado por corrupção e que essa atual administração está “arrumando a casa”, conforme palavras da secretária de educação do

município, que faz parte do Conselho Gestor da Reserva e que nesta última reunião pediu a todos que dessem um voto de confiança para essa atual administração nessa parceria com a FAS para a implementação do Núcleo na comunidade do Abelha .

Este núcleo atende dez comunidades do rio Mariepaua, e funciona num regime ainda mais diferenciado, dos meses de janeiro a julho, período de cheia do rio Mariepaua, pois de agosto a dezembro a navegabilidade nesse rio torna-se muito difícil. Sendo assim a SEMED precisou adaptar seu calendário de aulas a essa realidade bem típica de nossa região.

O Núcleo de Sustentabilidade Samuel Bechimol, acreditamos que por ser o primeiro a ser inaugurado é o cartão postal da FAS no Projeto de REDD, pelo menos na comunidade Boa Frente, faz a diferença na qualidade da educação em relação às demais da Reserva.

O núcleo tem 100 alunos matriculados, mas até o final de 2011 tinha 86 alunos regularmente estudando, provenientes de doze comunidades dos rios Aripuanã e Arauá, sendo Alvorada, São Francisco do Arauá, São Felix, Amorim, Nova Olinda, Santo Antônio do Taciua, Primavera, Boa Frente, Santo Antônio da Capintuba, Flexal, Nova Vida, Nova Oriente, Tucunaré e São Francisco do Anape I, que está localizada no Km 80 da rodovia AM - 174.

Este núcleo foi construído no intuito de amenizar o déficit em educação presente na RDS do Juma. É latente essa deficiência, tanto no interior da Reserva bem como no seu entorno. Conta com o apoio da rede de hotelaria Marriott e parceria com a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC) e com a Secretaria de meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável através do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC/SDS).

É composto, entre outras instalações, pela escola J.W. Marriot Jr. que oferece cursos em nível de segmento do ensino fundamental. Em 2009 foram matriculados 58 estudantes, sendo 14 no sexto ano do ensino fundamental, 12 no EJA segundo segmento do ensino fundamental e 32 no programa Pró-Jovem Campo Saberes da Terra que certificará os estudantes em nível de ensino fundamental. A faixa etária desses alunos é de 18 a 21 anos e recebem uma ajuda de custo de 100 reais para estudar.

O Professor Walmir Pocidônio da Fonseca até março de 2012 foi responsável pelo Projeto Saberes da Terra. Realizava visitas regulares as comunidades para saber se os alunos estavam desenvolvendo as técnicas aprendidas no núcleo em suas comunidades, fazendo as necessárias adaptações a sua realidade local. Aproveitamos a oportunidade para conhecermos a comunidade Tucunaré, embora não estivesse no cronograma acompanhamos o transporte

dos alunos do ensino fundamental que estavam no núcleo até suas respectivas comunidades, é o regime de alternância.

Na comunidade Tucunaré, conhecemos algumas famílias, um dos alunos que estuda no Núcleo, nos deu um depoimento em relação ao Projeto Saberes da Terra, deixando o professor Pocidônio de certa forma gratificado pelo seu trabalho.

Tenho o maior orgulho de dizer que hoje estou aplicando em minha comunidade, conhecimentos que aprendi nas aulas do professor Pocidônio, pois estou plantando coisas diferentes na minha horta, graças a orientação do professor (LEONARDO, 2011).

É claro que é sempre muito gratificante saber que o nosso trabalho está proporcionando a melhoria de vida das pessoas e o professor Pocidônio com certeza fez a diferença, por ser envolvido com o seu trabalho e por sua vez com as comunidades. Diferente da gestora do núcleo, que nas devidas proporções está fazendo um bom trabalho técnico operacional, no entanto, como afirmaram as famílias a sua interação a mesma não interage, dessa forma o núcleo está à parte ou em outro contexto.

Em entrevista com a gestora do núcleo, Sra. Tânia Rodrigues, observou-se o quanto sua relação com os moradores da comunidade Boa Frente precisa melhorar. Relatou que parte dessas dificuldades se deve aos gestores anteriores que passaram pelo núcleo, pois não entendiam o propósito do mesmo e deixavam a comunidade muito a vontade. Segundo ela sem impor limites. A sua gestão veio para dar um basta nessa situação.

Para atender todas estas comunidades a escola funciona em regime de alternância, os alunos ficam uma semana no núcleo e uma nas comunidades, haja vista que algumas estão a mais de trinta quilômetros da escola, o que representa cerca de 4 horas (quatro horas) em pequenas embarcações regionais e inviabiliza viagens diárias entre a escola e suas casas. Durante a estadia na escola é fornecido refeições e lanches a todos os estudantes e alojamento para os que vêm das outras comunidades.

A FAS é responsável pela logística e manutenção do núcleo, alimentação dos alunos e professores, alojamento e transporte, já a coordenação pedagógica é responsabilidade da SEDUC.

Constatou-se também que a alimentação oferecida aos alunos e professores não é regionalizada, devido às dificuldades de falta de recursos por parte da FAS ou oferta de produção que ainda não tem nas comunidades, que segundo a gestora do núcleo produzem muito pouco. Também comentada pelo professor Pocidônio, como também pelo gestor da

SEDUC no núcleo, Sr. Fonseca e pelo presidente do IDAM de Novo Aripuanã, Sr. Ricardo Gonçalves.

O presidente da Colônia de pescadores Z-29 de Novo Aripuanã, Sr. Alan Barros, que embora concorde com os demais, diz que há falta de incentivo para o aumento e diversificação da produção e que uma das deficiências está no escoamento dos produtos da Reserva. Causou-nos estranheza estar dentro de uma Unidade de Conservação, ou melhor, na comunidade que é cartão postal da FAS no Projeto de REDD e ter como lanche vitamina de banana industrializada batida no liquidificador.

Os projetos que estão sendo desenvolvidos na RDS do Juma, em particular como foco de nossa análise as oito comunidades investigadas tem como entendimento de que primeiro a participação das comunidades que geralmente se observa é que não se discutiu a UC e sim o fazer a partir dela e com os projetos não é diferente, pois já chegam prontos e acabados, cabendo as comunidades apenas a homologação e não estão sendo desenvolvidos em todas as comunidades. Nesse sentido alguns acabam fracassando.

O valor recebido pela FAS pelos parceiros não estão fazendo a diferença e nem proporcionando que as comunidades vivam bem. A sustentabilidade tão propagada significa para os comunitários do Juma que continuem sem condições mínimas para viver bem com dignidade. Enquanto a FAS continua a divulgar para o mundo um projeto que “mantém a floresta em pé”, as famílias continuam excluídas dos pressupostos básicos da sustentabilidade, que condena não somente a geração futura, mas principalmente a presente, tudo para assegurar um modelo de desenvolvimento que não se sustenta nem a médio ou em longo prazo.

2.4 – Estado X ONG: Quem faz a gestão?

Primeiro, precisamos desmistificar a ideia de que a SDS é um parceiro da FAS, na gestão da RDS do Juma. É necessário ter clareza que a SDS é a presença do Estado para gerir as Unidades de Conservação, devendo exercer um papel preponderante, jamais complementar.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) integrou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Governo do Amazonas, como órgão da Administração Direta, a partir do ano de 2003, através da Lei nº 2.783, de 31 de janeiro de 2003, a qual dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo do Amazonas.

A SDS foi criada com a finalidade de atuar na formulação, coordenação e implementação da política estadual de meio ambiente, dos recursos hídricos e da fauna e flora, além da gestão de florestas e do ordenamento pesqueiro, visando à valorização econômica, a sustentabilidade dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros, e, através da promoção da inclusão social, com ações de fortalecimento das cadeias produtivas, por meio da articulação com a Secretaria de Estado de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado (SEPROR), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) e Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS).

Ao longo dos últimos três anos, a SDS vem passando por mudanças em sua estrutura e para manter a qualidade de seus produtos e processos trabalha, a fim de, incorporar conceitos de gestão pública, objetivando agregar valor à instituição e ao Governo. Uma gestão com qualidade tem capacidade de otimizar os serviços em tempo oportuno, superando a competência técnica específica, para cumprir sua missão: “Garantir a proteção da natureza e o uso dos recursos naturais, com valorização socioambiental, visando o desenvolvimento sustentável do Amazonas”.

É a responsável pela criação e gestão das Unidades de Conservação no estado do Amazonas, no entanto porque delega a uma Organização Não Governamental tamanha gerência dentro dessas Unidades, até que ponto a FAS pode assumir para si, o papel de “representantes de interesses coletivos”, do manejo de Unidades de Conservação de forma integral ou parcial, mais ainda da gestão de recursos naturais, da bio ou sociodiversidade?

Segundo Ferreira (1996) isso ocorre a partir do momento em que se reconhece a falência do Estado Nacional em gerir seus recursos naturais; assim surgem as ONGs como alternativas eficazes para a autorganização e emancipação desta sociedade e de todos os seus aspectos.

Ferreira (1996) enfatiza que as ONGs, de alguma forma tem reconhecido o valor dos instrumentos de regulamentação governamentais incorporados na criação de Unidades de Conservação para os quais tem direcionado grande parte de seus “esforços”, em alguns casos inclusive estimulando sua criação e manutenção, de forma a garantir a viabilidade das mesmas e dos objetivos para os quais foram criados. Uma das soluções encontradas é a intervenção com estratégias mistas, incluindo incentivos adicionais, conferindo maior sustentabilidade as iniciativas e perspectivas de sucesso.

Muito provavelmente o incentivo de 20 milhões, doação que o governo do Estado fez a FAS para o Programa Bolsa Floresta, é considerado bem oportuno para esta ONG gerir a

RDS do Juma com tanta dedicação, gerenciado um serviço ambiental que na ótica do capitalismo verde, deve estar em consonância com os princípios da sustentabilidade econômica.

Porto Gonçalves questiona a atuação e o crescimento das ONGs apontando que com elas:

Deslocam-se assim, a questão do campo das relações sociais, para o campo da relação da sociedade com o estado que melhor caracteriza a ideologia liberal. Sabemos que a identidade de organizações não governamentais está ligada as tradições liberais com fortes raízes na formação político-cultural norte americana. Afinal, “não governo é a matriz do pensamento liberal. O crescimento dessas entidades, de início nos países centrais revela, ao contrário do que se diz, a fragilidade da sociedade civil para sustentar e garantir as conquistas efetuadas nos marcos do Welfarestate” (GONÇALVES, 2001b. 165).

Faz-se necessária uma reflexão no sentido de ponderarmos quais razões para mudança de rumo na política ambiental, se passa apenas pela crise do Estado neoliberal, tendo em vista que o modelo de Gestão até então adotado se mostrou inadequado diante do paradigma da sustentabilidade. Vale ressaltar que a Amazônia passou por uma política de cunho “desenvolvimentista”, porém o estado do Amazonas de certa forma foi protegido desse modelo, com o advento da criação da Zona Franca de Manaus, que na avaliação de alguns estudiosos, contribuiu para a manutenção da floresta em pé, diferentemente da Amazônia oriental, do chamado “arco do desmatamento”, que teve grandes áreas desmatadas em função dos “Grandes Projetos”.

Essa discussão em torno do paradigma da sustentabilidade diante de uma crise ambiental, que coloca em xeque a capacidade do Estado em gerir sua sociobiodiversidade, portanto seu território, transferindo a terceiros a intervenção no seu patrimônio, tem sido uma prática corrente, pois segundo Nazira Camely (2009), embora o Brasil possua organismos públicos destinados à política ambiental tem sua agenda ambiental basicamente definida com as grandes ONGs ambientalistas.

A política ambiental do estado do Amazonas tem definido sua agenda ambiental buscando parcerias com ONGs, tanto que das 42 Unidades de Conservação estaduais, a FAS está presente em quinze delas, para não falarmos em outras que também já estendeu seus tentáculos sobre as demais, ditando suas políticas ambientais, participando diretamente das decisões do uso e ordenamento do território com as denominadas chamadas ações participativas, acabam imprimindo suas marcas e seu ritmo de gestão, onde o Estado está

sendo um mero expectador, deixando de ser ator principal para ser um mero coadjuvante. Então fica a indagação: Porque o estado permite isso?

De acordo com Gonçalves (1996), a participação de ONGs nas políticas públicas não passa de uma armadilha, tendo-se em vista que o discurso governamental por falta de verbas para a viabilização de suas atribuições e o conseqüente repasse das mesmas para parceiros fez com que as ONGs se assumissem como prestadoras de serviços que são obrigatoriamente públicos e não privados e com isso, comprometem a concepção de direito social, uma vez que a população passa a cobrar das ONGs pelos serviços. Isso se complica, pois em muitos casos, os recursos utilizados pelas ONGs para cumprir demandas são públicos, o que caracteriza o descaso do Estado com relação ao papel constitucional.

As comunidades investigadas parecem não ter clareza das ações da SDS e da FAS. Parecem não saber diferenciar quem é gestão ou cogestão.

Em entrevista com o gestor da SDS, senhor Melquesedek Castro, observou-se que há muitas tensões com a FAS, principalmente em relação à gestão do Núcleo de Sustentabilidade da Comunidade Boa Frente.

É preciso que se entenda que a SDS é gestora e que a FAS tem uma parceria na RDS em função do Programa Bolsa Floresta, mas é só, quem gere a Unidade é a SDS e não a FAS, infelizmente a gestão do Núcleo não tem esse entendimento e quer atropelar o meu trabalho (MELQUESEDEQUE, 2011).

O discurso no qual as parcerias e mesmo as privatizações das UCs aparecem como “salvadores” das mesmas, desde então vem ganhando força tem sido estudada e soma a algumas experiências concretas norteadas por estes princípios. O próprio governo em suas várias esferas, federal, estadual ou municipal tem lançado documentos que prevêm ou incentivam a formatação de parcerias. O mais importante deles a ser citado é o SNUC que prevê a composição de um Conselho Consultivo ou Deliberativo composto por representantes de vários segmentos da sociedade para a Gestão compartilhada da Unidade.

Nos últimos anos termos como cogestão, terceirização e privatização passaram a fazer parte dos discursos oficiais governamentais, sendo facilmente encontrados na internet, nos sítios do Governo e nas novas leis que regulamentam assuntos como a criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIPs, de março de 1999, que tem no segundo capítulo a definição do termo de parceria como sendo instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como OSCIPs, destinado a formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público (RABINOVICI,2000).

No decorrer do capítulo discutimos as mais diversas parcerias implementadas pela FAS na RDS do Juma, que financiam os programas e as atividades desenvolvidas. Destacamos ainda um conflito ideológico de definição de quem realmente faz a gestão na Reserva, pois embora a FAS se diga “colaboradora”, na verdade está direcionando as políticas públicas, com permissão do Estado. Esta “concessão” que utiliza recursos públicos deveria estar atendendo as demandas das comunidades, proporcionando a estas o Viver Bem.

Viana, 2000, aponta como problema chave para a conservação dos recursos naturais a exclusão das populações tradicionais no processo de tomada de decisões, dizendo que quando há participação, geralmente, ela ocorre com um caráter cosmético ou utilitarista, sem coerência alguma com o “ideário da sustentabilidade”. Segundo o autor, normalmente são feitas reuniões mal organizadas com o intuito de legitimar as decisões já tomadas anteriormente com a intenção de cumprir burocraticamente, as exigências impostas pelos doadores internacionais. Em vários casos também, essa participação se dá para que possa ocorrer a transferência do conhecimento das comunidades para os novos defensores da conservação dos recursos, mas muito raramente as populações são envolvidas para compartilhar as decisões em todas as etapas de um projeto de intervenção: concepção, implementação e avaliação.

Partindo do princípio que na ciência não existe neutralidade e que a pesquisa é, sobretudo uma prática política, o discurso precisa estar aliado às nossas práticas, pois do contrário fica apenas na retórica.

O autor que enfatiza o compartilhamento de decisões, com a necessidade de envolver as comunidades, preside a FAS desde sua fundação. Neste sentido cabe-nos perguntar quando de fato as comunidades da RDS do Juma participaram desde a concepção do Projeto de REDD? Ou já chegou pronto às comunidades apenas para ser homologado, atendendo sim as exigências impostas pelos doadores internacionais?

Esta participação a qual Viana se refere é de fato cosmética diferente do conceito de participação enfatizado por Faria (2010), que pressupõe uma ação reflexionada em um processo orgânico de mudanças, cujos protagonistas são os pesquisadores e as comunidades interessadas na mudança, onde o processo de participação é participante e não participativo.

Nosso desejo é conchamar as comunidades que cobrem sempre sua participação na criação e desenvolvimento dos projetos a serem implantados na Reserva, pois trabalhamos na perspectiva libertadora de Paulo Freire. Colocamos-nos como sujeitos, juntamente com as comunidades, a serviço de suas práticas políticas, conforme já explicitava (BRANDÃO,

1985). Desejamos assumir a postura de observador crítico e de participante ativo, com posições ideológicas definidas, onde não cabe a neutralidade.

Como conhecer uma realidade? E mais: Uma vez conhecida, como realizar uma intervenção nessa realidade? A ação educativa só se justifica com o envolvimento da comunidade e sua orientação para as possíveis soluções de problemas comunitários. Uma ação que considere como necessidade a participação das pessoas no processo de mudanças.

III- IMPACTOS DO REDD NAS COMUNIDADES

Temos entendimento que a partir de 2006, ano em que foi criada a Reserva, começa a ocorrer um processo de desterritorialização da vida na RDS do Juma, pois os órgãos gestores gradativamente, ou até mesmo de forma sutil passam a normatizar a vida dos moradores, sendo que a implementação do REDD efetivamente a partir de 2009, provoca impactos de ordem social, política e econômica nas comunidades que até não sofriam influência desse projeto que visa atender as demandas do ecocapitalismo e não de fato as necessidades das comunidades.

O estudo foi realizado em oito comunidades (Figura 12) localizadas nas calhas dos rios principais, e uma na estrada, sendo. Foram realizadas entrevistas abertas e observação direta e participante, com cinco famílias por comunidade, descrevendo os impactos do REDD sobre os aspectos sociais (saúde, educação, organização social); econômicos (produção) e ambientais (saneamento, lixo e desmatamento), ou seja, se o Projeto REDD está promovendo melhorias nas comunidades, conforme objetivos do mesmo: sociais, ambientais e econômicos.

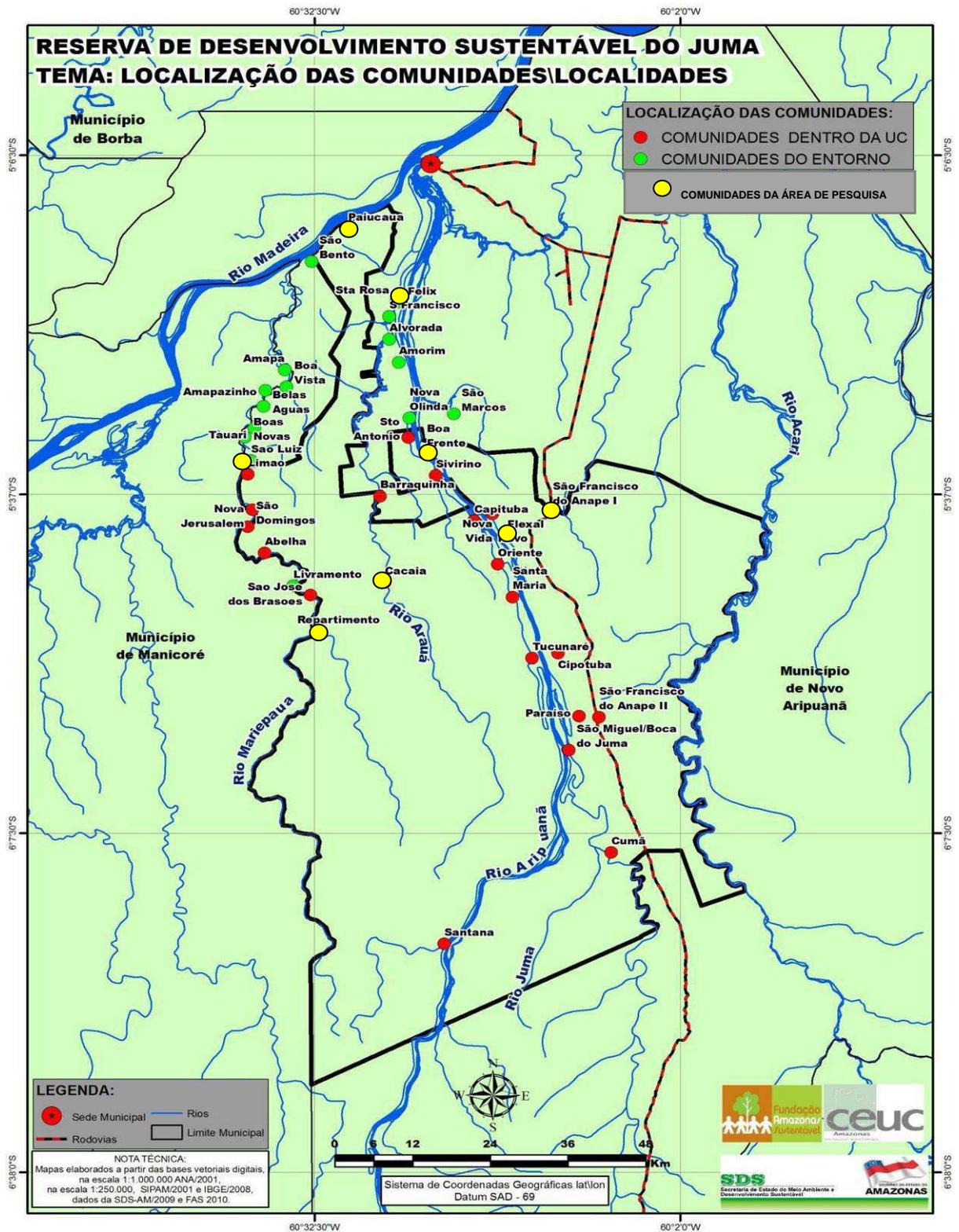


Figura 12: Comunidades da área de pesquisa
 Fonte: AMAZONAS, 2010.

3.1 – A Comunidade São Francisco do Anape I (km 80, AM 174) - precariedades e busca de oportunidades.

Esta comunidade tem 12 famílias, com um total de 89 pessoas e foi acompanhado pelo Gestor da RDS, Sr. Melquesadeque Rabelo, facilitando o contato com os comunitários.

Ao chegarmos à comunidade, nos levou até a casa do senhor Osmar Nonato da Silva, o presidente da comunidade. Apresentou-nos e explicou o objetivo da pesquisa.

O gestor da Reserva fez questão de nos acompanhar na casa de cada morador, abordando o motivo de nossa vinda à comunidade e o trabalho a ser desenvolvido. Sua presença passou confiança aos comunitários, que pode ser fruto de um trabalho que vem sendo desenvolvido em parceria com a comunidade. Vale ressaltar que na entrevista com o Sr Melkezadeque Rabelo, o mesmo enfatizou a importância de ter a comunidade como parceira, pois segundo ele: “o comunitário vem sempre em primeiro lugar”. Nesta comunidade, embora alguns estejam bastante insatisfeitos, seja com a FAS ou com a SDS, ainda assim a figura do Gestor da Reserva tem uma boa aceitação.

Nossa ideia era ficar na casa de alguma família, para melhor observar sua rotina, no entanto, sentimos que isso poderia acarretar certo desconforto. Nesse primeiro contato já foi possível observar que as famílias não têm boas condições de moradia, pois segundo os relatos, não tinham condições adequadas para eles, sequer para receber visitas. Diante disso ficamos hospedadas na casa da base da SDS/CEUC, construída pela FAS para receber visitantes e parceiros institucionais. A casa tem uma boa estrutura (Figura 13) em comparação com a precariedade das casas dos comunitários (Figura 14). Deixamos fluir nossos pensamentos marxistas ao desejarmos que todas as famílias da comunidade tivessem uma casa tão boa quanto aquela, pois fomos informadas depois, que o custo da casa foi de 20 mil reais, sendo que toda madeira utilizada foi da floresta, possivelmente atendendo as exigências do plano de manejo que foi aprovado no plano de gestão.



Figura 13: Casa de Base de Fiscalização SDS/FAS
Fonte: Barata, Leny. 2011



Figura 14: Casa de Comunitário
Fonte: Barata, Leny. 2011

As famílias gostariam de morar em casas melhores, conforme expressaram no decorrer da semana. Os investimentos do Projeto de REDD no Juma poderiam contemplar melhores condições de moradia, afinal de contas faz parte da “sustentabilidade” ter boas condições de moradia, de acordo com as necessidades que as pessoas julgarem serem importantes, desde que faça diferença na sua vida, pode ser considerado uma forma de viver bem.

Como na maioria das comunidades, São Francisco do Anape I é formada por parentes, só tem uma família que não mora no núcleo da comunidade, que não se envolve muito com as atividades da comunidade, como bem disse o senhor Rui: “é comunitário de reserva e não de comunidade”.

Tivemos a oportunidade de conhecer a história de vida do Sr. “Birro”, que não gosta de ser chamado pelo nome, porque todos o conhecem assim. No decorrer da conversa percebemos que o não envolvimento de sua família com a comunidade é por não concordar com muitas coisas que tanto a FAS e a SDS “impõe” desde a criação da Reserva, como mesmo disse: “Parecem que esquecem que a gente já morava aqui, agora tem norma para tudo”. Fato que depois foi explicado pelo Sr. Osmar, pois o Sr. “Birro” trabalha com madeira. No entanto, no Plano de Gestão no que diz respeito as regras de uso é permitida a utilização da madeira para uso comunitário como construção de casas, igrejas, cascos, escolas e construção de barco de uso comunitário e a exploração comercial da madeira só poderá ser feita mediante a elaboração de planos de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala conforme prevista na Instrução Normativa (IN) SDS nº 002/2008, a serem licenciados pelo IPAAM seguindo as orientações da Resolução nº 003/2008 do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (CEMAAM).

O senhor “Birro” tem uma família numerosa e como ele mesmo afirma:

Não vou deixar meus filhos com fome, preciso trabalhar e sempre trabalhei com madeira, retiro da floresta apenas a quantidade de madeira que possa vender na cidade e garantir o sustento da minha família, eles devem ficar de olho nos grandes madeireiros, que estão chegando em Novo Aripuanã e acabando com Apui. (BIRRO, 2011).

O Sr Birro está sendo apontado pelos comunitários como um “vilão” da floresta. Pensamos que no momento, ele não está sendo nem comunitário da Reserva, tampouco da comunidade. Está lutando apenas pela sua sobrevivência e de sua família.



Figura 15: Escola da Comunidade – Projeto Parceria Seduc/FAS
Fonte: Leny Barata, 2011

Nesta comunidade a educação é extremamente precária, os pais de famílias são analfabetos. Tem uma escola na comunidade (Figura 15) que está inacabada, que segundo Sr. Osmar, presidente da comunidade, foi contemplada pelo Programa Bolsa Social, uma das modalidades do Programa Bolsa Floresta que a FAS implementa na Reserva. A escola não está atendendo as necessidades da comunidade. Era visível a insatisfação dos comunitários com essa situação, fizeram questão de enfatizar, que a “escola prometida pela FAS em parceria com a SEDUC não está de acordo com que a comunidade discutiu e decidiu em reunião”.

Não tem agente de saúde na comunidade, e as instalações sanitárias são precárias (Figura 16). As pessoas se curam com os meios que tem, conforme afirmou uma comunitária “com a ajuda de Deus, com as plantinhas que tem nos seus quintais”; os casos mais graves se deslocam para Novo Aripuanã, e além de contar com a ajuda de Deus precisam contar com a sorte, pois o deslocamento para Novo Aripuanã depende da moto de um comunitário, na sua maioria das vezes não tem combustível para fazer esse deslocamento.



Figura 16: Instalação Sanitária
Fonte: Leny Barata, 2011.

A prefeitura de Novo Aripuanã disponibiliza um caminhão todas as sextas feiras para levar os comunitários para a cidade e trazê-los na segunda, aproveitam para levar farinha para venderem na cidade e o senhor “Birro” aproveita também para vender sua madeira.

A comunidade possui apenas um poço (Figura 17) que atende toda a comunidade, o lixo é enterrado, ou então queimado, alguns falaram que as latinhas de refrigerante e cerveja, são vendidas em Novo Aripuanã, acaba sendo uma forma de ajudar na renda das famílias.



Figura 17: Poço Comunitário
Fonte: Leny Barata, 2011.

Existem cinco casas de farinha na comunidade, sendo o principal produto, é pouco a produção das suas roças. O Sr. Osmar acredita que a comunidade precisa de assistência técnica para melhorar a produção. Falou-nos com toda sua franqueza que:

Tem tempo que as famílias passam necessidade na comunidade, pois só o bolsa floresta, juntamente com o bolsa família não permite que as famílias” passem melhor. Pagam tão pouco pra gente guardar essa floresta imensa, e como a senhora viu na estrada, o pessoal que tá vindo do Sul é que tá acabando com tudo. (OLIVEIRA, 2011)

Durante os dias que passamos na comunidade, deu para constatar essa realidade.

O peixe é a principal fonte de proteína dessas comunidades. Em São Francisco do Anape I, a pesca significa também uma forma das famílias passarem menos necessidades. Pescam no Lago do Flexal. Saem de madrugada de suas casas, andam cerca de uma hora e meia por dentro de um ramal e retornam para a comunidade no final da tarde, garantindo o jantar e as refeições para os próximos três dias. O restante do pescado não consumido é salgado, pois não disponibilizam de refrigeração para conservar os alimentos.

Embora a comunidade tenha um gerador, nem sempre têm diesel. Os comunitários chegaram a fazer brincadeiras com o Programa do Governo Federal “Luz para todos”, dizem que em São Francisco do Anape, o programa ganha o nome de “Escuro para todos”. Brincam para amenizar a indignação por ainda estarem vivendo em pleno século XXI em uma

escuridão, que não se refere apenas ao desconforto cotidiano. Estão em uma escuridão maior, que inclui a falta de acesso aos serviços básicos, que os deixa a margem de uma sustentabilidade que parece não incluir condições dignas de vida, não apenas para sobreviverem, mas terem de fato e de direito, suas dignidades devidamente respeitadas.

A educação de qualidade, também significa Viver Bem. Em entrevista com o professor Sebastião dos Santos, cuja formação é o ensino médio, assim como os demais professores das comunidades investigadas, observou-se algumas deficiências pedagógicas, o que compromete o ensino das crianças, pois na comunidade, funciona de forma multisseriado, ou seja, crianças de várias idades em uma mesma sala de aula. Portanto, dificuldades diversas, enquanto algumas já conseguem escrever algumas palavras, outras se querem conhecem as letras do nosso alfabeto.

Este professor também fez questão de mostrar sua indignação com estrutura da escola, ou melhor, a falta dela. Afirmou não entender como uma “empresa” de tantos recursos como a FAS, não consegue sequer fazer uma escola com boa estrutura para atender as crianças. Entende-se que boas estruturas, aliada a uma boa formação de profissionais, constituem uma receita correta quando se discute qualidade de ensino. No entanto, em São Francisco do Anape, esta premissa está longe de dar certo, pois estrutura e formação não estão em um mesmo compasso.

Tivemos a oportunidade de participar de uma reunião na comunidade cujo objetivo principal era escolher um comunitário para representar à comunidade na próxima reunião do Conselho que ocorreria dia 12 de novembro de 2011 em Novo Aripuanã. O Conselho Gestor deverá ser reformulado, em função de algumas comunidades reclamarem que não estavam sendo informadas sobre as reuniões por seus conselheiros. Vale ressaltar que a divisão das comunidades no Conselho Gestor é feita por setor e São Francisco do Anape I pertence ao Setor Cipotuba, juntamente com Flexal, Siverino e Boa Frente. O titular no Conselho é o Sr. Valdeci Quadros da comunidade Flexal, sendo o Sr. Osmar Nonato, seu suplente.

O Gestor da Reserva já havia nos solicitado para participamos da reunião, reforçando aos comunitários a importância de ter uma pessoa da comunidade inserida no Conselho. Era notório o desânimo dos comunitários, não somente com o Conselho, mas com outras coisas pertinentes os seus cotidianos, ou possibilidades de mudanças em suas vidas. O Sr. Osmar expressou que não gostaria mais de permanecer no Conselho, pois acreditava que era importante outra pessoa participar e principalmente porque “não tinha saber”. Embora saibamos que educação significa melhoria de qualidade de vida em qualquer sociedade, fazendo com que as pessoas por meio do conhecimento possam ter mais liberdade e

capacidade para fazer suas escolhas, acreditamos que o “saber” que Sr. Osmar diz não ter, muitos demorariam anos para adquirir, ou muito possivelmente talvez nem conseguissem tê-lo. Esse “saber” do senhor Osmar não é reconhecido pela ciência, pois não tem como ser mensurado e a ciência só aceita o que pode ser comprovado.

Sentimos a necessidade de intervir na reunião, lembrando que o pesquisador não pode ser neutro. Acreditamos na força do poder de organização social, como busca de melhoria pelo coletivo e São Francisco do Anape I precisa por meio da organização social acreditar que é possível promover melhorias na comunidade. O desânimo era tanto que eles não queriam indicar outro nome para continuar representando a comunidade na Reunião do Conselho Gestor, tendo em vista que Sr. Osmar não queria mais continuar como Conselheiro. No entanto, depois de muitas argumentações, o Sr. Osmar se convenceu que mesmo não tendo “saber”, poderia continuar no conselho, ajudando sua comunidade.

Nessa comunidade a renda das famílias chega à média de R\$ 300,00/mês. Foi generalizada a insatisfação com o Programa Bolsa Floresta Família, bem como um total desconhecimento do Projeto de REDD e o Plano de Gestão da Reserva, aprovado em março de 2010.

É uma comunidade católica, devota de São Francisco e que ainda busca na fé, acreditar na possibilidade de mudanças para suas vidas. No entanto, os dias que passamos na comunidade foram notórios a desesperança, seja com a FAS ou a SDS. As famílias são bastante numerosas, e pelas condições postas passam bastantes dificuldades, pois sendo a farinha o único produto que vendem em Novo Aripuanã, tem meses que não conseguem vender o que levam para a cidade e ai como bem disse dona Maria Rosinei: “às vezes trocamos por rancho para não perdermos a viagem”.

A dificuldade de escoamento da produção foi também relatada pelas demais comunidades investigadas. Diante dessas queixas dos comunitários entrevistamos o Sr. Ricardo Gonçalves Maciel, presidente do IDAM de Novo Aripuanã, bem como o presidente da AMARJUMA, Sr. Doracy Côrrea Paes e o presidente da Colônia de pescadores, Sr. Alan Barros. As opiniões foram desde falta de investimento, falta de interesse dos próprios comunitários, ou até mesmo a falta de entendimento e interesse por parte dos órgãos gestores por não entenderem e não respeitarem as vocações dos comunitários, segundo as calhas dos rios, segundo o presidente da Colônia de Pescadores de Novo Aripuanã Z-29.

3.2 – Comunidade Flexal - Ecologistas de fato

No deslocamento para a comunidade do Flexal, fomos acompanhadas pelo Sr. Osmar, e se não fosse pelo seu “saber”, teríamos dificuldades em chegar até lá.

Foi uma longa caminhada, até chegarmos ao Flexal, o “saber” do Sr. Osmar, foi de grande valia. É importante que possa se apropriar de outros saberes, assim como os demais de sua comunidade buscando empoderamento por meio da autonomia, num processo de construção da cidadania.

Em Flexal, ficamos na casa do senhor Aderbal Quadros, uma importante liderança na RDS do Juma, mora um pouco afastado do núcleo da comunidade.

No dia seguinte pedimos ao Sr. Aderbal que nos levássemos ao núcleo da comunidade, para conhecermos as famílias e falar do nosso trabalho, depois do almoço seguimos para o núcleo, sendo a família do senhor Valdeci Quadros, irmão de Aderbal a primeira família a nos conceder entrevista.

Assim como o irmão, o senhor Valdeci, nasceu e se criou na Reserva, portanto, tem uma relação de pertencimento com o lugar bastante afetivo. Afirmou que o Juma é a sua vida. Falou-nos que a criação da reserva em 2006 foi muito importante para inibir a invasão de madeireiros e conter também o desmatamento, o que ainda incomoda, segundo ele é a falta de mais fiscalização, principalmente em relação aos barcos de pesca comercial, que insistem em invadir o lago do Flexal.

Quando entrevistamos o presidente da Colônia de Pescadores, Sr. Alan Barros, esse problema apontado pelos comunitários do Flexal foi abordado. O mesmo observou que um acordo de pesca é necessário, embora tenha suas ressalvas, no entanto segundo ele a SDS vem sempre postergando esse acordo.

Sendo o nosso foco de trabalho cinco famílias, não tivemos dificuldades, pois todas moram próximas, com exceção do Sr. Aderbal, que preferiu morar um pouco mais afastado, mais interage com todos, pois como ele mesmo disse “aqui agente tudo é família, ajudamos sempre um ao outro.” Acertamos com as famílias de voltarmos nos próximos dias para conhecermos suas roças.

No dia seguinte, acompanhamos o trabalho das famílias do Flexal em suas roças de mandioca, (Figura 18). Todos contribuem com o trabalho, inclusive as crianças. Nas comunidades do interior da Amazônia é comum as crianças ajudarem os pais nas roças, o que não caracteriza exploração do trabalho infantil. Faz parte do cotidiano dessas comunidades, é uma forma de aprendizado para os “curumins”.



Figura 18: Roça de Mandioca
Fonte: Leny Cristina Barata Souza/2011

Por estarmos hospedadas na casa do Sr. Aderbal, aproveitamos para ter o máximo de conhecimentos e informações sobre a RDS, pertinentes ao nosso trabalho, pois o mesmo nasceu, se criou e constituiu família no Juma. Tem 35 anos e nem pensa em deixar a Reserva. Enfatizou que a floresta dá tudo que ele precisa e que a criação da Reserva veio para barrar a “desmatamento” que estava desenfreada na região, pois com a criação da estrada que liga Novo Aripuanã a Apuí, tinha muitos fazendeiros e madeireiros, invadindo a área que hoje é Reserva, “a criação da Reserva veio para dar um basta na desmatamento”.

Reforça que ainda falta consciência por parte de alguns moradores para que não se tire madeira de forma ilegal da floresta, pois infelizmente tem alguns comunitários que permitem, fala que até entende as necessidades de alguns. No entanto afirma que a grande maioria sabe viver da floresta, pois tem consciência que seus filhos e netos precisam também usufruir desta riqueza.

Acreditamos que o Sr. Aderbal posicionou-se dessa forma porque perguntamos quem realmente desmatava a floresta. Quem estava sendo responsável pela destruição da Amazônia. Questionamos também se ele se sentia “um guardião da floresta” lembrando o slogan do então governador e hoje senador Eduardo Braga. Com toda a sua simplicidade e sabedoria, disse que o Juma é a sua riqueza e que tira da floresta tudo o que precisa. Então dessa forma se sente sim um guardião.

Demonstrou ser realmente um guardião da floresta, pois nos relatou que num certo dia expulsou um grupo de turistas que estavam pescando no Lago do Flexal. Ao indaga-los

quem tinha dado autorização, disseram que estavam autorizados pela SDS e FAS e o Sr. Aderbal com toda sua simplicidade e sabedoria disse que eles poderiam ter autorização de quem quer que seja, no entanto, não tinham autorização dos mais interessados: os comunitários. O saber de escola que o Sr. Osmar disse não ter, o Sr. Aderbal também não possui. No entanto, tem convicções fortes para defender o seu território, no sentido de pertencimento e identidade.

Por ser uma liderança importante na RDS , quando há visitas , ele é procurado, para falar da importância da Reserva. Mesmo não possuindo o saber científico, acaba sendo “interessante” para os órgãos gestores, ter uma liderança que com sua simplicidade acaba fazendo uma boa propaganda dos serviços prestados a Reserva. É uma boa tática no sentido de escamotear algumas mazelas que aos bons olhos desta liderança, acaba passando despercebidas em virtude de algumas pequenas melhorias, que chegam as comunidades, mas que nem sempre atende as necessidades do coletivo.

Ao indagá-lo sobre a atuação da FAS na sua comunidade, falou que tem tido uma atuação muito positiva, pois está interessada em melhorar as condições de vida das pessoas. No entanto alguns comunitários ainda não entenderam esse propósito e por isso passam algumas dificuldades. Citando a comunidade São Francisco do Anape I, lembra que uma das últimas ações do Programa Bolsa Renda nas comunidades foi a distribuição de pintos.

Este programa contemplou a distribuição de quatrocentos pintos no Flexal, devidamente distribuídos para as seis famílias. Sr. Aderbal faz questão de frisar que tudo é discutido devidamente em reuniões na comunidade, isso vale tanto para o Bolsa Social como para o Bolsa Renda. Acredita que deveria valer também para o Bolsa Floresta Família, cuja reclamação foi generalizada, Aderbal também pensa que o valor poderia “ser um pouco melhor”.

Embora não conheça o Plano de Gestão na íntegra, disse já haver bastante mudança no Juma, pelo menos no que diz respeito a “desmatamento” e invasão de terras. Agora dorme mais sossegado, que a única coisa que tem tirado o seu sono é a pesca irregular nos rios e lagos da Reserva. Enfatiza que quem deve ter mais direito é quem mora na Reserva.

Pareceu-nos ter bem clareza em relação a FAS e a SDS, pois muitos comunitários na Reserva não tem. Vive bem, dentro das suas necessidades. Finaliza dizendo que manter a floresta em pé é uma questão de sobrevivência e que será sempre um aprendiz da Reserva.



Figura 19: Roça de melancia
Fonte: Leny Barata, 2011.

A mandioca é a principal cultura das roças, no entanto com algumas orientações de técnicos do IDAM, estão diversificando suas culturas, com banana, melancia (Figura 19) e abacaxi. Plantam apenas para consumo próprio e quando tem oportunidade vendem parte de suas produções em Novo Aripuanã. Reclamaram também da dificuldade de escoamento de seus produtos, que vai desde a logística até a venda do produto final.

A comunidade tem um agente de saúde que atende mais duas comunidades, Capintuba e Sivirino, mas o uso de ervas medicinais é frequente, pois segundo a matriarca da família, Sra. Maria de Nazaré, “as ervas sempre funcionam, é melhor que remédio de farmácia industrializado, pois ajeita de um lado e prejudica de outro”.

Com relação a educação, o professor Bento Nunes atende quatorze alunos do pré a quarta série. Tem uma turma pela manhã, e uma a noite onde estudam os adultos do Projeto EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Este professor nos informou que algumas crianças tem muita dificuldade para aprender e que há alguns meses a prefeitura não tem mandado a merenda escolar. Fez um relato que nos chamou atenção: “Gostaria de saber mais para poder ensinar mais”. Essa sua fala nos confirmou também que no Flexal, a falta de preparo de alguns professores que ministram aulas na Reserva compromete a formação básica das crianças. Abordamos essa

situação na entrevista com o Gestor da Reserva e observamos que compartilhamos do mesmo pensamento, pois entendemos que tem professores que deveriam voltar a serem alunos, para poder ensinar aos seus alunos.

É uma comunidade católica e tem um centro social (Figura 20), onde realizam suas festas, que acabam sendo encontros e reencontros com os moradores de outras comunidades.



Figura 20: Centro Social
Fonte: Leny Barata, 2011.

No Flexal, inexistente sistema de coleta e tratamento de esgoto. As necessidades fisiológicas são feitas no mato, ou em instalações sanitárias extremamente precárias, o que compromete a saúde dos moradores. Bebem água diretamente do rio, embora se tenha observado que os mesmos consideram importante o uso do hipoclorito para o tratamento. Não fazem uso frequente do produto, por acreditarem que a água usada diretamente do rio é de muito boa qualidade.

Os comunitários do Flexal, também desconhecem o Projeto de REDD, não foram consultados por ocasião da sua implementação, embora nos apontassem alguns “benefícios” desse programa, reclamaram da falta de prestação de contas por parte da FAS. Afirmam que continuam fazendo as mesmas atividades que já faziam antes da implementação da Reserva; só que agora, depois da aprovação do Plano de Gestão, estão segundo o Sr. Aderbal “procurando fazer melhor”.

Observamos que todos entendem a importância de manter a floresta em pé. É uma questão de sobrevivência, pois segundo Aderbal Quadros “a floresta é o nosso maior tesouro e precisamos dela cuidar, por isso me sinto sim um guardião da floresta, e não precisam que me paguem por isso”.

3.3 – Comunidade Boa Frente- Cartão Postal da FAS no Projeto de REDD

A comunidade Boa Frente é o cartão postal da FAS no projeto de REDD. Possui o núcleo de Conservação e Sustentabilidade Samuel Benchimol (Figura 21). Grandes partes dos turistas que visitam a Reserva ficam bastante curiosos para conhecer o modelo de “sustentabilidade”. Vale enfatizar que essa estrutura é fruto das parcerias públicas e privadas que asseguram a manutenção dos projetos não somente nesta comunidade, mas em outras que de alguma forma tem algumas de suas necessidades atendidas.



Figura 21: Placa de identificação do Núcleo da Boa Frente
Fonte: Leny Barata, 2011.

Assim como na primeira comunidade, não ficamos na casa de comunitários, e sim no alojamento do núcleo. Fomos apresentadas aos professores, que também fazem o rodízio de alternância, de acordo com a programação da SEDUC. Ficam em alojamentos, assim como os alunos quando estão estudando.

Feitas às devidas apresentações, seguimos para a comunidade, indo de casa em casa, explicando aos moradores que ficaríamos alguns dias na comunidade e que iríamos conversar

com algumas famílias e desde já pedíamos autorização para gravar e fotografar, e mais uma vez, enfatizamos, que embora tivéssemos a autorização da SDS para realizarmos o trabalho, de nada valeria, sem a permissão deles, pois não poderíamos entrar no seu território, bem como conhecer um pouco de suas vidas se eles não permitissem.

Esta comunidade tem vinte e duas famílias. Já existe há cerca de trinta e cinco anos, embora também seja formada por laços de parentesco, tem algumas famílias que migraram de outras comunidades em busca de alguns benefícios que poderiam ter depois da criação da Reserva, bem como a construção do Núcleo de Sustentabilidade.

A escolha da comunidade pela FAS, para estabelecer o núcleo, foi em virtude de estar localizada no rio Aripuanã, pois possui o maior número de comunidades em sua calha, podendo atender as famílias do rio Arauá, já que é um braço do rio Aripuanã. Hoje o núcleo atende 12 comunidades

Nesta comunidade predomina também o catolicismo, tem uma igreja na comunidade. Entretanto o pastor Jose Arimatéia expressou sua vontade de evangelizar o rio Aripuanã, já fez isso no rio Mariepaua, e agora o rio Aripuanã esta precisando, segundo ele de ter mais a presença de Deus. Nesse sentido acreditamos que muito provavelmente daqui alguns anos Boa Frente já não seja assim tão católica.

A educação nesta comunidade tem feito a diferença em relação as demais, evidentemente em função do Núcleo, trinta e cinco alunos são da comunidade Boa Frente e não tem direito a alojamento, somente as refeições. Os pais desses alunos se mostraram bastante satisfeitos com a educação que está sendo oferecida no Núcleo. O depoimento do presidente da comunidade reforça a importância da educação no Núcleo.

Somente a educação pode mudar nossa vida, acho que nunca é tarde para estudar, não tive oportunidade de estudar na minha infância e juventude, pois precisava trabalhar com meus pais na roça, então estou aproveitando essa oportunidade que a vida está me dando, por isso estudo de manhã, a tarde e a noite e incentivo meus filhos a estudarem, quero que eles tenham uma vida melhor a que eu tive (AGUIAR, 2011).

Essa rotina incidida do Sr. José se dá em virtude de estudar nos dois primeiros horários é no Projeto Campos e Saberes, incluindo aulas práticas (Figura 22). Em entrevista com o professor Walmir Pocidônio, relatou-nos que estão aplicando as técnicas que aprende em suas aulas, para melhorar as suas plantações. Tivemos oportunidade de visitar as roças do Sr. José, bem como o adubo orgânico para a lavoura (Figura 23) e observamos o trato e o zelo que tem com as mesmas que são o sustento de sua família. O professor Pocidônio referiu-se

ao senhor José como um exemplo a ser seguido pelos mais jovens, pois está sempre disposto e é bastante otimista com o futuro.



Figura 22: Alunos em aulas práticas – Projeto Saberes da Terra
Fonte: Leny Barata, 2011.



Figura 23: Adubo Orgânico
Fonte: Leny Barata, 2011.

Mesmo a noite, quando todos poderiam pensar que ele está cansado, tem disposição para estudar inglês com o professor Ivan Mendes, que também fez muitos elogios a sua dedicação e empenho.

Segundo a gestora do Núcleo esse curso de inglês está sendo oferecido, para evitar a ociosidade dos alunos no horário da noite, em virtude de trabalharem com um grupo expressivo de adolescentes. Foi uma forma de aliar vontade e necessidade. Vão muitos turistas a comunidade para conhecer o Núcleo, e manifestaram desejo de melhor se comunicarem, por meio do inglês.

Além do Núcleo, a comunidade ainda conta com uma escola mantida pelo município (Figura 24), que segundo uma moradora “está dentro da comunidade”, o Núcleo “está à parte”. É evidente que a escola do núcleo possui uma melhor infraestrutura (Figura 21). A professora Adriane Alves, que está há dois anos na comunidade, tem dezoito alunos, é uma turma multi seriado, que compreende jardim III ao terceiro ano do primeiro ciclo.



Figura 24: Escola Mariot Júnior
Fonte: Leny Barata, 2011



Figura 25: Escola do Município
Fonte: Leny Barata, 2011

Na visão dessa professora as crianças da Reserva tem um ritmo diferenciado das crianças da cidade e também não há interesse por parte de alguns pais em incentivar os filhos a estudarem, pois também não estudaram. De forma bem enfática lembra que o Sr. José é um exemplo a ser seguido, pois é um parceiro da escola e se preocupa bastante com a educação dos seus filhos.

Em relação ao material escolar, a prefeitura tem mandado regularmente, por meio da professora quando vai a Novo Aripuanã, que afirmou que a prefeitura tem feito sua parte. Em relação a merenda escolar, embora tenha merenda, falta uma merendeira na escola.

Tem um agente de saúde na comunidade, e um posto de saúde (Figura 26) que atende necessidades de primeiros socorros. Dispõe de uma enfermeira, que é funcionária da FAS. Vale ressaltar que o posto de saúde fica localizado no Núcleo de Sustentabilidade, portanto nos relatos de alguns comunitários, “está à parte da comunidade”. A enfermeira do Núcleo,

afirmou que sempre que as famílias da comunidade precisam dos serviços básicos do posto de saúde, ela tem atendido, mesmo às vezes com a falta de alguns itens de primeiros socorros, o que dificulta segundo ela, um melhor atendimento.



Figura 26: Posto de Saúde do Núcleo da Boa Frente
Fonte: Leny Barata, 2011.

Na comunidade Boa Frente, observou-se que enquanto o núcleo é dotado de toda uma infraestrutura, digno de ser o cartão da FAS no Projeto de REDD; no núcleo da comunidade, que segundo os comunitários esta a “parte”, não possui infraestrutura básica de saneamento, as instalações sanitárias são bastante precárias; não tem sistema de coleta e tratamento de esgoto, o lixo é enterrado ou jogado diretamente no mato, ou queimado. Tem um poço comunitário, mas que ainda não está funcionando. Entende-se que saneamento significa saúde, que deveria estar incluso nesse projeto de sustentabilidade tão propagandeado pela FAS.

Em relação as ações da FAS na comunidade, podemos citar a passarela, que dá acesso a comunidade ao Núcleo, uma ambulância que está inserido no programa Bolsa Social, sendo que o combustível fica por conta dos comunitários; caixa d’água do projeto Pró-chuva, distribuição de 816 pintos e 23 sacas de ração do Projeto Bolsa Renda e gerador comunitário.

A escola do Núcleo, na opinião dos comunitários foi a melhor ação, pois está proporcionando aos filhos ter uma melhor qualidade de ensino.

O valor de 50,00 do programa Bolsa Floresta Família foi também motivo de muita reclamação, pois como bem falou o presidente da comunidade:

É muito pouco para quem é chamado guardião da floresta, pois enquanto eles estão ganhando muito mais, na verdade estão ganhando muito as nossas custas, nós sempre preservamos a floresta, quem destrói, são os grandes madeireiros (AGUIAR, 201).

A professora Adriane Alves dos Santos informou que em 2010 foi uma equipe de jornalismo da Rede Globo do Programa Globo Ecologia fazer uma matéria na comunidade sobre o Projeto REDD, tendo em vista que o Juma foi a primeira Unidade de Conservação do Brasil e das Américas a ser certificada por desmatamento evitado, e por a comunidade ser o cartão postal nesse Projeto, essa equipe de jornalismo, visitou o núcleo e a comunidade. Essa divisão expressa de forma clara, que ambos não estão inseridos em um mesmo contexto e por sua vez, em um mesmo território.

Esta equipe de jornalismo estava acompanhada do gestor da Reserva e também da gestora do núcleo, e quando os comunitários foram perguntados se estavam satisfeitos com o valor de 50,00 reais do Programa Bolsa Floresta pela equipe de jornalismo, os mesmos afirmaram estar satisfeitos com os serviços que a FAS está prestando na Reserva. No entanto, para nós, se mostraram bastante insatisfeitos, nos dando a entender que há uma ambiguidade entre o que FAS divulga e o que FAZ.

Há uma forte inserção na mídia que mostra essa comunidade como modelo de sustentabilidade no Projeto REDD. Para Leff (2003) o ambientalismo questiona a racionalidade formal e instrumental da civilização moderna, a codificação e valorização da natureza em termos de um cálculo de capital e a racionalidade econômica guiada pelas forças cegas do mercado.

Parece-nos que os projetos desenvolvidos pela FAS na RDS não estão atingindo a essência do desenvolvimento sustentável tão difundido no final do século XX e início do século XXI que é assegurar condições dignas para o presente, pensando também nas gerações futuras. Neste sentido, não estão conseguindo sequer manter as gerações presentes, quiça, as futuras.

Não sabemos o que de fato aconteceu, mas acreditamos que a presença dos órgãos gestores por ocasião dessa matéria, deixou os comunitários intimidados, possivelmente estavam presentes para evitar que falassem o que na avaliação deles poderia prejudicar “a imagem do cartão postal da Reserva”.

Há muitos conflitos dentro da Reserva em relação a pesca. Tem sido comum a presença de barcos de pesca comercial na Reserva. São pessoas de fora que entram aqui sem nossa permissão. Já informaram o gestor da Reserva e também o presidente da Colônia de

Pescadores, Sr. Alan Barros. Segundo ele, desde que a Reserva foi regulamentada, tem se esforçado junto a SDS/CEUC para que seja feito o acordo de Pesca, conforme discussões no Conselho Gestor enfatizou que está faltando “vontade política” por parte da SDS para regulamentá-lo.

Quanto ao distanciamento do Núcleo com a comunidade ficou evidente a falta de parcerias entre ambos, tendo em vista os diversos conflitos relatados em relação ao trabalho da Gestora, seja pelas suas constantes ausências na comunidade ou mesmo com sua presença. Mesmo na comunidade, parece fazer questão de manter o distanciamento, como se o núcleo e comunidade não estivessem no mesmo contexto, portanto parceiros. Os relatos dos moradores demonstraram relações tencionadas no cartão postal da FAS.

Diferente da ativista dos direitos humanos e ambientalista Bianca Jagger, que ao visitar a comunidade em setembro de 2010, encontrou uma comunidade feliz no meio da floresta, vivendo de uma maneira digna e respeitando a natureza. Deixamos a comunidade com a certeza que o “cartão Postal” da FAS não está assim tão feliz, ou tão pouco vivendo com a dignidade que eles desejam viver. Respeitam a natureza sim, são os verdadeiros ecologistas no sentido mais pleno, pois entendem que a “sustentabilidade” deve servir não só para manter a floresta em pé, mas, sobretudo, para dar dignidade as suas vidas, que com certeza perpassa o valor de 50,00 reais.

3.4 – Comunidade Repartimento- última comunidade da Reserva: a dominação por meio da religião

É a última comunidade do rio Mariepaua e a maior comunidade da RDS do Juma, são trinta e cinco famílias, que enfrentam as mais diversas dificuldades, a começar pelo deslocamento, que requer um custo elevado de combustível que diferente dos outros rios da reserva, não é navegável durante o ano todo. Nos meses de janeiro a setembro no período da vazante, dificulta o deslocamento das famílias. O rio só começa a encher a partir de outubro, é um rio bastante encachoeirado, o que dificulta a navegabilidade.

Na comunidade ficamos hospedadas na casa do presidente da comunidade, Sr. Lucivaldo Souza, que tem uma família numerosa, com nove filhos. Para complementar a renda da família ele faz trabalhos em outras comunidades.

Parte da comunidade é formada por 25 famílias descendentes de maranhenses e não fugindo a regra as famílias têm laços de parentesco entre si. São bastante numerosas e já moram há cerca de trinta ou quarenta anos, pois como afirmado pelo Sr. Admilson de

Almeida Queiroz: “antes da Reserva entrar aqui, a gente já morava aqui, a gente não destrói, sempre preservou”.



Figura 27: Igreja Evangélica
Fonte: Leny Barata , 2011.

Nesta comunidade a religiosidade também se constitui um fator preponderante na organização social das pessoas, só que diferente das demais, os evangélicos (Figura 27). Estão em grande maioria, liderados pelo pastor Jorge de Moraes Viana, da Assembleia de Deus, que além de ter a responsabilidade de “liderar” o seu rebanho, como ele mesmo falou, ainda é vice presidente da AMARJUMA e membro titular no Conselho Gestor da Reserva. Mora há quatorze anos na comunidade. Nos enfatizou que efetivamente moram na comunidade vinte e cinco famílias.

Em relação aos projetos da FAS, a comunidade tem o gerador, uma voadeira, filtros de água que foram entregues as famílias e também os pintos do Projeto Bolsa Renda.

Os vinte por cento da comunidade que não são evangélicos são famílias que optaram em morar um pouco mais distante das demais, pois queriam ter mais liberdade, como bem enfatizou o senhor Admilton Queiroz que mora com a mulher e seus seis filhos na última casa da comunidade. Reclamou que quando a FAS vai até a comunidade, nunca vai até sua casa. Esse comunitário desabafou que está farto de promessas, e que não houve nenhuma melhora significativa na sua vida depois da implementação da Reserva, pois segundo ele: “continuo fazendo tudo o que já fazia antes, sempre com as mesmas dificuldades e necessidades, então para mim não fez nenhuma diferença”.

Assim como Sr. Admilton Queiroz, o Sr. Valdemir de Almeida já mora há quarenta e nove anos na comunidade. Perdeu uma perna em função da picada de uma cobra a cerca de dez anos atrás quando estava fazendo um trabalho no rio Aripuanã. Portanto é aposentado por invalidez, com uma renda mensal de setecentos reais, acrescida do bolsa floresta e o bolsa família recebido por sua esposa. Para ele Viver Bem, significa:

Queria ajeitar minha casa, pois está quase para cair, e que meus filhos pudessem ter uma educação melhor que a minha, aliás, eu nunca estudei, não quero que meus filhos tenham o mesmo destino que eu, quero uma coisa melhor para eles (QUEIROZ, 2011)

Observamos que essas famílias que não são evangélicas querem continuar não sendo, mas que não gostariam de serem tratados como diferentes, apenas porque não quiseram seguir a religião “oficial” da comunidade, depois da chegada do pastor Jorge ao Repartimento, pois antes praticamente todos eram católicos.

Acreditamos que a liberdade que eles tanto nos falaram é poder escolher o que seguir, sem precisar ser discriminados por isso. Observamos que são olhados como diferentes, isso só faz confirmar que a religião sempre foi e continuará dividindo as pessoas, e no Repartimento esse fator está bem evidenciado.

O pastor Jorge nos informou que tem na comunidade, apenas ações da FAS, e que não tem ação por parte da SDS. No entanto elogia de forma bastante contundente o gestor da RDS, possivelmente as ações que ele se refere, são as quatro modalidades do PBF, que na verdade é o pagamento de serviço ambiental, compromisso assinado pela FAS para implementar o projeto de REDD na RDS do Juma.

O Projeto de REDD é bastante elogiado pelo pastor Jorge, de forma bem enfática:

É o melhor projeto para desenvolver o interior, pois foi a primeira vez que o Governo está olhando o homem do interior, e isso só foi possível com a criação do Reserva, agora as pessoas sabem que existe o Repartimento, é claro que o Projeto ainda precisa em muito ser melhorado, mas com certeza já está mudando as vidas das pessoas no Juma (VIANA, 2011).

Embora faça elogios ao projeto, critica também o valor de cinquenta reais do Programa Bolsa Floresta e diz que poderia ser pelo menos de trezentos reais, já que o morador do Juma é considerado “guardião da floresta”. Já manifestou sua insatisfação nas reuniões do Conselho Gestor, bem como para a FAS.

As melhoras que o pastor Jorge se refere, está centrado na educação e saúde, pois também na sua comunidade deixa muito a desejar. Foi uma insatisfação generalizada expressa pelas famílias. No dia que chegamos, um morador sofreu um acidente trabalhando com moto serra, teve ser levado para Novo Aripuanã, porque não há uma base de saúde e nem se quer uma agente de saúde.

Estão muito ansiosos para que comece a funcionar o Núcleo de Sustentabilidade na comunidade do Abelha, pois atenderá as dez comunidades do rio Mariepaua, semelhante ao Núcleo da Comunidade Boa Frente. Só que dessa vez a parceria da FAS será como o município (SEMED), diferente da Boa Frente cuja parceria foi feita com o Estado (SEDUC).

O pastor Jorge lembra que esse Núcleo já era para estar funcionando só que por falta de um melhor entendimento da FAS que não para respeita “o tempo da comunidade”, levou mais do que o tempo necessário para funcionar. Esse tempo que o pastor Jorge se refere são as especificidades do rio Mariepaua, que só é navegável de janeiro a julho e segundo ele, a FAS insistia em trabalhar no período que o rio seca, ou seja, incompatível com a realidade territorial.

Essa demora só fez prejudicar ainda mais as crianças da comunidade, pois a escola do município só oferece ate o quarto ano e com isso muitas crianças estavam sem estudar. Portanto esse núcleo estava sendo esperado muito pelos pais das crianças, pois mandar os filhos estudarem em Novo Aripuanã se tornaria muito dispendioso, valendo ressaltar que os mesmos não dispõem de recursos.

Felizmente o Núcleo de Sustentabilidade da comunidade do Abelha começou a funcionar em janeiro deste ano. Está atendendo a quatorze comunidades no rio Mariepaua, sendo Repartimento, São José dos Brasões, Livramento, Abelha, São Domingos, Nova Jerusalém, Limão, Santo Antônio, Belas Águas, Boa Vista, Amapá, Amapazinho, Primor e Santa Cruz, como também a comunidade Paiucauá no rio Madeira.

O núcleo do Abelha foi foco de muitas discussões na reunião do Conselho Gestor da Reserva em novembro de 2011, mas como já exposto anteriormente, interesses políticos partidários estavam tentando se sobrepor aos interesses coletivos. Espera-se que possa contribuir de forma significativa para a educação, onde as especificidades territoriais possam ser devidamente respeitadas.

Acreditamos que o rio Mariepaua, deve ser tratado com um diferencial, pois diferente dos outros rios da Reserva ele não é navegável o ano todo, e não há barcos de recreio que fazem viagens para o rio. Portanto as comunidades que estão localizadas em sua calha, possivelmente têm dificuldades em dobro em relação às demais, sendo o custo de

deslocamento um grande problema, e por sua vez o escoamento da produção, que significa geração de renda, contribuindo para a melhoria das condições de vida das famílias.

3.5 – Comunidade Limão - um núcleo familiar que foge da unanimidade

Esta comunidade é formada por seis famílias, sendo o Sr. Aurife Marques Campos o patriarca e a Sra. Ozenira Marques Campos, a matriarca. Chegamos à comunidade e seguindo orientação do senhor Doracy Correa Paes, presidente da AMARJUMA, procuramos o senhor Marco Antônio, o presidente da comunidade, que nos indicou a casa do seu irmão Roberto Marques para ficarmos hospedadas.

O rendimento dessas famílias advém do Bolsa Família e Bolsa Floresta e complementam com trabalhos extras tais como carpintaria. Essa família sempre trabalhou com madeira e tiveram muitos problemas com o Gestor anterior da Reserva que segundo eles, queria proibi-los de continuar tirando madeira como sempre fizeram antes de 2006. Fizeram questão de reforçar que quem está destruindo a floresta, não é o pequeno produtor, mas sim os grandes fazendeiros, ou seja o agronegócio, que expulsa o pequeno produtor e se instala sem pedir licença, visando o lucro pelo lucro.

Embora sejam membros de uma mesma família, possuem algumas opiniões diferentes em determinados assuntos, mesmo quando se trata do coletivo. Por exemplo o irmão mais velho Marco Antônio fez críticas muito fortes a atuação da AMARJUMA, pois disse não “confundir amizade com trabalho” .Ainda que seus outros irmãos se manifestassem satisfeitos. Entretanto o que nos chamou mais atenção foi a sua total insatisfação com o Programa Bolsa Floresta Familiar ao desabafar:

É uma humilhação à pessoa. Me sinto envergonhado, pois moro dentro de uma riqueza. Ainda dizem que agente é guardião da floresta, mas não nos dão o devido valor; só trazem regras e leis, mas condições e recursos não trazem. Queremos trabalhar e não aceitamos sermos chamados de preguiçosos. (MARQUES, 2011)

Na comunidade do Limão as pessoas não tem conhecimento do Projeto de REDD, ficaram surpresos quando explicamos, principalmente quando enfatizávamos que esse projeto só pode ser bom, se melhorar as condições de vida das pessoas, pois tem muitas parcerias e, portanto, recursos que devem ser revestidos na melhoria da vida das pessoas.

A educação na comunidade também deixa muito a desejar, pois as crianças chegaram a passar dois anos sem estudar, por falta de professor. A escola começou a ser construída por

meio da parceria da FAS com o município, mas deixou de pagar os comunitários que estavam trabalhando na sua construção. No entanto os filhos do Sr. Aurife resolveram mesmo assim construir a escola, conforme o relato: “nossos filhos precisavam continuar estudando”. Esse problema de falta de professor nas comunidades foi o que nos levou a procurar a Secretária de Educação do Município, para buscar esses esclarecimentos.

O lixo é enterrado, às vezes queimado. Não tem sanitário nas casas, como afirmou o Sr. Marco Antônio, “sanitário de caboclo é mata de capoeira”. A água é tomada diretamente do rio, nesta comunidade não tem agente de saúde.

A comunidade do Limão surgiu há cerca de quinze anos, criada pela família do Sr. Aurife Marques que veio de outro lado do rio. Felizmente convergem e divergem em determinados pontos, o que na nossa avaliação é extremamente salutar, pois de uma forma ou de outra tem os mesmos objetivos: Viver Bem.

3.6 – Comunidade Paiucaua – a única no Rio Madeira

Chegamos à comunidade Paiucauá, por volta das 16h00min .Era um sábado, em meio a uma reunião. Estavam reunidos no centro social discutindo algumas situações a serem levados para a Reunião do Conselho do Gestor que ocorreria no próximo dia 12/11/2011 em Novo Aripuanã.

Pedimos licença para nos apresentar e falar um pouco do nosso trabalho. Enfatizamos que tínhamos autorização da SDS para fazê-lo, no entanto enfatizamos que o mais importante é a aceitação da comunidade.

Ao término da reunião o Sr. José Alexandre que mora dentro do lago do Madeira, um pouco afastado do núcleo da comunidade, insistiu que queria conversar conosco. Fomos até sua casa, pois insistiu que tinha muitas queixas que necessitava fazer.

Dentre as muitas queixas feitas pelo senhor José Alexandre e sua família, destacamos o completo esquecimento, seja pela FAS ou pela SDS. Talvez por morarem distante do núcleo da comunidade, argumentou que não tem os mesmos direitos que as demais famílias.

A esposa do senhor José, Sra. Lucicleide Ramos de Melo, é professora da comunidade com dez alunos matriculados, mas somente seis estão estudando. Estranhou-se porque a comunidade com quinze famílias tem tão poucos alunos. A professora explicou que os pais não têm muito interesse com a educação das crianças. A escola como nas demais comunidades atende até a quarta série, tem muitos adolescentes na comunidade que não

sabem ler nem escrever. A professora demonstrou ser uma pessoa bastante comprometida com a educação quando afirmou:

Não gosto de faltar, quando falto reponho a aula, para os alunos não se prejudicarem, faço minha parte, acho que a educação é a única forma de mudar a vida das pessoas, mas é importante também todos façam a sua parte, os pais incentivando os filhos e o município investindo em estrutura e melhorando os salários dos professores (LUCICLEIDE, 2011).

A comunidade está sem agente de saúde, pois o último foi afastado, agora é uma norma da prefeitura que os mesmos tenham o Ensino Médio.

Observamos que os comunitários no Paiucaua, assim como nas outras comunidades não conseguem distinguir quem é a FAS e quem é a SDS, mas parecem saber a função da AMARJUMA.

São doze famílias, sete moram no núcleo o restante, moram do outro lado, na terra firme. Quase todas as famílias têm roças do outro lado do rio, na área de terra firme, pois onde moram é várzea. A presidente da comunidade comentou que havia alguns conflitos com os moradores da RDS do Madeira, pois suas roças estão localizadas nesta RDS, que foram sanados, com a intervenção do Gestor da RDS do Madeira.

Reclamaram também o valor do Bolsa Floresta Família.

Já que é para gente preservar a floresta e não derrubar, porque agora não pode mais derrubar, tudo é mais limitado, acho que como a gente é guardião da floresta, deveriam olhar agente com mais carinho, pois agente não destrói a floresta, quem destrói são os fazendeiros e madeireiros (REIS, 2011).

Não conhecem o Projeto de REDD, nem o Plano de Gestão, aprovado em março de 2010, embora identifiquem alguns benefícios que a FAS tem na comunidade tais como: filtros de água, uma roçadeira, um motor, uma televisão e DVD, para a escola e uma máquina de bater açáí.

As famílias do Paiucauá, de um modo geral comentaram que foi importante a criação da Reserva, pois tem ajudado a diminuir o desmatamento, no entanto estão longe de estarem satisfeitos com suas realidades. Desejam sim melhorias, pois assim como nas demais, não querem nada de graça, mas querem oportunidades reais para que possam viver melhor e não só esperando projetos que nem sempre chegam.

3.7 – Comunidade Cacaia – A luta pela educação de qualidade

A comunidade localizada no rio Arauá possui apenas quatro famílias, também formada por laços de parentesco. Essas famílias vieram da Barraquinha, que se desfez porque havia muitos atritos com alguns moradores. Então resolveram sair e se estabelecer no Cacaia, depois veio os outros irmãos. Suas origens são do rio Mariepaua.

As famílias reclamaram muito do professor da comunidade que quando vai para Novo Aripuanã, chega a ficar de dois a três meses, e as crianças ficam sem aula.

Nesta comunidade a frequência do professor é controlada pelo presidente da comunidade (Figura 28), Sr. Antônio dos Santos Correa Paes, enfatizou que a partir do momento que começou a controla-la, as faltas do professor diminuíram bastante. A partir de então ele só se ausenta da comunidade por motivos devidamente justificados. Sr. Antônio enfatiza que dessa forma as crianças têm melhorado seus rendimentos e que todos saem ganhando. Lembrou que essa foi uma orientação da secretária municipal de educação, Sra. Clissia Coutinho, para que todos os presidentes de comunidade possam proceder dessa forma, para diminuir as constantes faltas dos professores sem as devidas justificativas.

A atitude desse líder comunitário em assegurar que as crianças de sua comunidade possam ter aulas regulares, demonstra que precisamos reivindicar os nossos direitos quando não estão sendo respeitados. A cidadania deixa de ser um atributo meramente político e passa a constituir uma situação social, que inclui três tipos distintos de direitos, especialmente em relação ao Estado, sendo os direitos civis, os direitos políticos e os direitos socioeconômicos, portanto os comunitários do Juma não podem e não devem ficar excluídos desses direitos.

DIAS	ASSINATURA DO PROFESSOR	OBSERVAÇÃO	VISTO COMUNITÁRIO
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			

Figura 28- Frequencia do Professor
Fonte: Leny Barata , 2011.

Nesta comunidade demonstraram estar satisfeitos com algumas ações da FAS, seja por meio do Bolsa Social ou do Bolsa Renda. Dentre essas ações, os comunitários destacaram a roçadeira, casa de farinha, gerador de energia, voadeira, uma televisão e um aparelho de DVD que está sendo usado na escola.

O Programa Bolsa Floresta Família, nesta comunidade também foi motivo de insatisfação por parte dos moradores. Segundo o presidente da comunidade poderia ser de um salário mínimo para as famílias, pois segundo ele as pessoas poderiam viver com mais dignidade e que não deixaria ninguém preguiçoso como alguns tentam argumentar para não aumentar esse valor.

As famílias dentro da Reserva são numerosas e nessa perspectiva se o valor do Bolsa Família fosse de um salário mínimo seria mais justo, tendo em vista que somos considerados “guardiões da floresta”. No entanto algumas famílias passam algumas necessidades, ou seja, vivem dentro da riqueza, mas não significa que vivam bem (SANTOS,2011).



Figura 29: Casal separando a mandioca para preparar a farinha.
Fonte: Leny Barata, 2011.

As famílias têm roças de mandioca, para a produção de farinha apenas para o seu sustento, tivemos oportunidade de acompanhar uma manhã de trabalho da família do senhor João Ramos em sua roça, depois acompanhamos o processo de preparo da farinha (Figuras 29 e 30).



Figura 30: Comunitário carregando 60 Kg de Mandioca.
Fonte: Leny Barata, 2011.

São católicos e além do jogo de futebol que tem diariamente, a comunidade tem um centro social (Figura 31), onde são realizadas as festas. Além de proporcionar o lazer é

também uma forma de rever comunitários das outras comunidades, pois são nessas oportunidades que as pessoas acabam se encontrando.



Figura 31: Centro Social
Fonte: Leny Barata, 2011.

Como as demais, enterram ou queimam o lixo, utilizam os filtros que foram distribuídos pela FAS por meio do Programa Bolsa Social, nesta comunidade também não tem agente de saúde.

Cacaia foi à primeira comunidade onde o seu presidente, faz o controle do ponto do professor e disse que vai continuar cobrando, pois entende que educação pode melhorar a vida dos seus filhos. Ressaltamos a importância de continuar lutando em favor da sua comunidade, afirmou que também cobrará da secretária de educação um professor que possa ensinar os adultos, pois no Cacaia, os adultos também querem ter um “saber” e eles tem o direito a ter.

Uma cena comovente foi presenciarmos a paciência do Sr. Manoel Correa Paes, um homem que mal sabe assinar o nome. Estava de forma paciente, ajudando seu filho a fazer a lição, mesmo com o seu pouco saber, quer ajudar no aprendizado do seu filho, pois possivelmente entenda que a educação possa ser um grande passo para consolidação do processo de cidadania.

3.8 – Comunidade São Félix- O entorno que faz a diferença

Esta comunidade foi inserida no trabalho de campo porque a Comunidade Barraquinha não existia mais. Parte das famílias do Cacaia e outras do rio Arauá e diante desta situação o Gestor da Reserva nos sugeriu que trabalhássemos São Félix, que fica no entorno da reserva. Entretanto trabalhar esta comunidade foi importante para traçar um diferencial com as demais.

O entorno ou zona de amortecimento está estabelecida segundo Lei Complementar nº 53/2007, Art. 2, inciso IV, tem dezessete comunidades que historicamente fazem uso direto dos recursos naturais localizados dentro da Reserva.

Por meio de reuniões discutem as normas que são estabelecidas na comunidade.

Dentre as normas estabelecidas tem o mutirão de limpeza que é feito todas as sextas-feiras, mutirão da farinha. São três casas de farinha, financiadas pelo IDAM (Figura 32). Ao chegamos à comunidade nos deparamos com um mutirão da farinha, pois no sábado conforme normas, duas famílias iriam vender a farinha em Novo Aripuanã, e como iria ter reunião do Conselho Gestor, se fariam presente o presidente e a vice-presidente da comunidade.



Figura 32: Placa de inauguração da Casa de Farinha.
Fonte: Leny Barata, 2011.

Diferente das outras comunidades, não tem dificuldades de vender a farinha em Novo Aripuanã. É uma farinha de excelente qualidade, fazendo que tenham compradores certos em Novo Aripuanã. Vendem a saca a R\$160,00. A Sra. Rosangela dos Santos Ribeiro,

vice-presidente da comunidade enfatizou que as famílias na comunidade poderiam melhorar muito a sua renda se expandissem a venda da farinha para Manaus. Frisou que tanto a FAS, SDS, em parceria com a AMARJUMA deveriam considerar essa possibilidade, pois beneficiaria não só São Félix, mas as demais comunidades que tem dificuldades para escoar a produção, que segundo o presidente do IDAM, senhor Ricardo Gonçalves Maciel está atrelada também a qualidade dos produtos, necessitando de um melhor investimento técnico.

Apontaram algumas ações da FAS na comunidade, tais como: uma roçadeira, uma voadeira (ambulancha), gerador de luz, sendo que cada família contribui com o diesel. O gerador funciona no horário das 18:00 às 22: 00, pois a noite funciona uma turma do EJA. São adultos que querem melhorar os seus “saberes” e acreditam que a educação pode melhorar suas vidas.

Mesmo que suas casas de farinhas sejam um pouco melhor estruturadas ainda assim é um trabalho bastante cansativo. Mesmo cansados, no entanto mesmo tendo um dia fatigante de trabalho, estavam presentes em sala de aula, algumas mães com suas crianças, que contam com a dedicação do professor Claudenilson Raposo de Almeida, que juntamente com sua esposa, Sra. Léa Regina da Silva, estão fazendo a diferença na educação no São Félix.

Léa tem vinte e três alunos e Claudenilson, dez, parecem ser professores bastante comprometidos, bastante elogiados pelas famílias.

“Eles gostam de ensinar nossas crianças, até agora foram os melhores professores que já teve na comunidade, queremos que eles continuem aqui, pois os outros que a prefeitura mandava, faltavam muito, quando iam para Novo Aripuanã, não queriam mais voltar (RODRIGUES, 2011).”

Léa Regina e Claudenilson Raposo falaram que as famílias no São Félix são bem interessadas pela educação das crianças, pois sempre que marcam reuniões com os pais, estes se fazem presentes e quando precisa marcar aulas de reforço com as crianças aos sábados, eles mandam as crianças sem reclamar. “Sabem que é para o bem de seus filhos” embora trabalhe com uma turma multisseriada, a mesma enfatiza que tem algumas crianças que a surpreendem pela facilidade com que apreendem. Diz também que o professor tem que ser um pouco artista para facilitar o aprendizado das crianças (Léa Regina, 2011).

Essa professora não fica presa somente ao material que é disponibilizado pela prefeitura, mas utiliza recursos que tem na própria comunidade, tais como sementes, caroços de açaí. Mostrou-nos alguns jogos educativos que faz para estimular a criatividade das crianças.

Esse casal de professores, embora reconheçam as dificuldades de se trabalhar em comunidade, falaram da importância de vencer esses desafios.

Tem muitos colegas professores que só reclamam, principalmente do salário, no entanto não tem nenhum comprometimento com o seu trabalho, que dirá com a comunidade, é necessário sempre agente gostar do que você faz, e isso para mim, não tem dinheiro que pague (LÉA REGINA, 2011).

A vice-presidente da comunidade, Sra. Rosangela dos Santos Ribeiro tem cobrado constantemente da prefeitura o segundo segmento do EJA (Educação de Jovens e Adultos), pois tem alguns jovens que estão sem estudar, porque faz-se necessário a contratação de mais um professor, para área específica de português e matemática.

Apenas um aluno dessa comunidade estuda no Núcleo da Comunidade Boa Frente. As famílias do São Félix também desejam um Núcleo na comunidade semelhante ao Boa Frente. Na avaliação da vice-presidente, por falta de entendimento de alguns comunitários, a FAS construiu uma escola na comunidade Boca do Juma e que não está funcionando por falta de demanda de estudantes. Essa escola era para ter sido construída na comunidade São Félix, mas no momento da votação foi escolhido Boca do Juma. Vale ressaltar que essa escola construída faz parte do Programa Bolsa Social da FAS.

Todas as famílias do São Félix reclamaram sobre essa situação, que segundo a vice-presidente, senhora Rosangela dos Santos foi “uma decisão precipitada, pois os comunitários não fizeram uma avaliação correta e todos saíram perdendo, principalmente São Félix”.

Não tem agente de saúde na comunidade, há várias lixeiras espalhadas na comunidade (Figura 33), quando tem mutirão de limpeza juntam todo o lixo para ser queimado, sendo usado para adubo orgânico, tem um poço artesiano, em fase de conclusão (Figura 34).



Figura 33: Lixeira
Fonte: Leny Barata, 2011.



Figura 34: Poço artesiano
Fonte: Leny Barata, 2011.

Embora os comunitários do São Félix tenham expressado que não há dificuldades para vender a farinha em Novo Aripuanã, dizem que precisam de um transporte que possam escoar a produção, que poderia ser o barco da AMARJUMA, que foi comprado para esse fim, mas este parado no porto de Novo Aripuanã, servindo apenas como hospedagem para alguns comunitários que vem da Reserva e não tem onde ficar na cidade. O barco não foi comprado para esse fim, e está deixando de atender esta necessidade, pois escoamento da produção foi motivo de queixa nas comunidades investigadas.

Mesmo tendo a AMARJUMA como associação já regulamentada, no São Félix, a comunidade “tem uma associação a parte” que busca atender as necessidades mais imediatas dos moradores. Se paga uma taxa de dois reais mensais e segundo o presidente da comunidade, Sr. Donival Valente da Silva, a associação tem servido para atender as demandas mais pontuais dos moradores. Por exemplo: contribuição com o diesel para funcionamento do gerador, mutirão de limpeza, realizado todas às sextas feiras, bem como o mutirão da farinha, onde foi acertado que a cada quinze dias duas famílias vão até Novo Aripuanã, para efetuar a venda, sendo dividido o valor com as demais famílias da comunidade.

Os comunitários do São Félix também desconhecem o Projeto de REDD. Demonstraram insatisfação com o valor do Programa Bolsa Floresta Familiar e também se sentem “guardiões da floresta”, não por causa do Programa Bolsa Floresta, mas porque compreendem que precisam dos recursos da floresta para o seu sustento. Alguns afirmaram que a criação da Reserva “trouxe algumas limitações. Mas por outro lado, freou um pouco o desmatamento e a retirada ilegal de madeira”.

São Félix entrou no nosso cronograma de trabalho a princípio para atender uma necessidade imediata de campo, no entanto, essa comunidade do entorno, apesar de também nos apresentar suas dificuldades, busca a cada dia fortalecer sua organização comunitária. Todos parecem entender a importância da união para a busca de um bem coletivo, fazendo-se necessário cobrar e insistir sempre para atingir os objetivos comuns, essa foi uma das razões para dizer que no Juma, o entorno faz a diferença.

3.9 – Uma ideologia Milenar – o Viver Bem

Ao longo deste capítulo, no qual abordamos as comunidades da área de pesquisa nos aspectos socioeconômicos, é importante que entendamos as diferenças entre qualidade de vida a viver bem, que a princípio podem parecer iguais, mas diferem na essência e propósito.

O conceito de desigualdade social refere-se, como é conhecido à distribuição diferenciada, numa escala de mais a menos, das riquezas produzidas ou apropriadas por uma determinada sociedade, entre os seus participantes. Pobreza, por sua vez, significa a situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente ou que não tem as condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas (NASCIMENTO, 1994).

Vida digna e necessidades básicas constituem sempre definições sociais e históricas, variando, portanto no tempo e no espaço. Abranches (1985) irá falar da pobreza como a “destituição material”, a que se deveria acrescentar a dimensão da destituição simbólica.

A noção de viver bem deve ser avaliada a partir das demandas sociais de uma determinada comunidade e não somente em função dos requisitos de uma sociedade urbano industrial capitalista.

O termo Viver Bem se originou entre os povos **Ayma-ra** e **Quéchuá** da Bolívia e de países vizinhos Equador e Peru. Em língua nativa **Aymara** se usa *suma Qamaña* e em **Quéchuá** *Sumak Kawsay*, o primeiro traduzido para o espanhol como *Vivir Bien*, utilizado na Bolívia, e o segundo como *Buen Vivir*, mais utilizado no Equador. Por essa amplitude de ideias e a formação desse conceito para explicar o que, na verdade é uma concepção de mundo, o Viver Bem tem como objetivo se tornar a alternativa para o pensamento Ocidental, orientando as funções que mantém o sistema atual a se transformarem em um sistema mais comunitário e menos individualista (MAMANI, 2010).

Nesse sentido, Lander (2009), Acosta (2011) e Puen-te (2011), conferem que o Bem Viver é mais do que uma declaração constitucional na Bolívia e no Equador, é uma oportunidade de discutir e construir coletivamente um novo desenvolvimento, a partir das compreensões apresentadas por muitos autores latino-americanos e que vão além do desenvolvimento humano no sentido tradicional, questionando esse conceito e levando a busca por novos indicadores próprios. Com isso, todos eles fazem a importante diferenciação de que o Viver Bem não deve ser entendido como viver melhor no sentido conferido pelas sociedades ocidentais capitalistas, em que se vive melhor que o outro à custa de um dano em relação ao outro, como por exemplo, a concentração da riqueza em decorrência da ampliação da miséria.

O termo Viver Bem busca unir plenitude, bem estar e convivência harmoniosa entre os homens e a Natureza. Dá-se importância à riqueza de espírito das pessoas, ao bom convívio coletivo, a priorização da vida, a integração com a natureza e o respeito aos direitos desta, a aceitação e o respeito pela diferença e a busca pelo consenso, a busca pela identidade, e finalmente, pela busca em “Viver bem” e não “Viver melhor” como propõe o sistema capitalista tradicional vigente no mundo, para tanto, se busca uma convivência sem discriminação, sem miséria e com um mínimo de coisas necessárias.

Neste sentido, a proposta do governo de Evo Morales, busca implementar o Viver Bem, como um modelo, que pode ser resumido como viver em harmonia com a natureza, algo

que retomaria os princípios ancestrais das culturas da região. Estas considerariam que o ser humano passa a estar em equilíbrio com o ambiente.

Em entrevista ao jornal boliviano La Razon no dia 31/01/2010 o chanceler David Choquehuanca explica os principais detalhes desta proposta que situa a vida e a natureza como eixos centrais pressupostos do Viver Bem, que aos poucos serão implementados no novo Estado plurinacional da Bolívia, que nos faz refletir em relação a busca incessante pelo desejo de viver melhor, característico da sociedade capitalista, que pressupõe que outros possam viver pior. Esses são alguns pressupostos do Viver Bem apontados pelo chanceler:

- a) **Priorizar a vida** - Viver Bem é buscar a vivência em comunidade, onde todos os integrantes se preocupam com todos. O mais importante não é o ser humano (como afirma o socialismo) nem o dinheiro (como postula o capitalismo), mas a vida. Pretende-se buscar uma vida mais simples. Que seja o caminho da harmonia com a natureza e a vida, com o objetivo de salvar o planeta e dar a prioridade à humanidade.
- b) **Obter acordos consensuados** - Viver Bem é buscar o consenso entre todos, o que implica que mesmo que as pessoas tenham diferenças, na hora de dialogar se chegue a um ponto de neutralidade em que todas coincidam e não se provoquem conflitos. “Não somos contra a democracia, mas o que faremos é aprofundá-la, porque nela existe também a palavra submissão e submeter o próximo não é viver bem”.
- c) **Respeitar as diferenças** – Viver Bem é respeitar o outro, saber escutar todo aquele que deseja falar, sem discriminação ou qualquer tipo de submissão. Não se postula a tolerância, mas o respeito, já que, mesmo que cada cultura ou região tenha uma forma diferente de pensar, para viver bem e em harmonia é necessário respeitar essas diferenças. Esta doutrina inclui todos os seres que habitam o planeta, como os animais e as plantas.
- d) **Viver em complementaridade** – Viver Bem é priorizar a complementaridade, que postula que todos os seres que vivem no planeta se complementam uns com os outros. Nas comunidades, a criança se complementa com o avô, o homem com a mulher, etc.
- e) **Equilíbrio com a natureza** – Viver Bem é levar uma vida equilibrada com todos os seres dentro de uma comunidade. Assim como a democracia, a justiça também é considerada excludente. É por isso que Viver Bem aspira a ter uma sociedade com equidade e sem exclusão.

- a. **Defender a identidade** – Viver Bem é valorizar e recuperar a identidade. Dentro do novo modelo, a identidade dos povos é muito mais importante do que a dignidade. A identidade implica em desfrutar plenamente de uma vida baseada em valores que resistiram mais de 500 anos (desde a conquista espanhola) e que foram legados pelas famílias e comunidades que viveram em harmonia com a natureza e o cosmos. Um dos principais objetivos do Viver Bem é retomar a unidade de todos os povos. O ministro das Relações Exteriores, David Choquehuanca, explicou que o saber comer, beber, dançar, comunicar-se e trabalhar também são alguns aspectos fundamentais.
- f) **Aceitar as diferenças** – Viver Bem é respeitar as semelhanças e diferenças entre os seres que vivem no mesmo planeta. Ultrapassa o conceito da diversidade. “Não há unidade na diversidade, mas é semelhança e diferença, porque quando se fala de diversidade só se fala de pessoas”, diz o Chanceler. Esta colocação se traduz em que os seres semelhantes ou diferentes jamais devem se ofender.

Nesse sentido Viver Bem busca unir plenitude, bem estar e convivência harmoniosa entre os homens e a Natureza. Dá-se importância à riqueza de espírito das pessoas, ao bom convívio coletivo, a priorização da vida, a integração com a natureza e o respeito aos direitos desta, a aceitação e o respeito pela diferença e a busca pelo consenso, a busca pela identidade, e finalmente, pela busca em “Viver bem” e não “Viver melhor” como propõe o sistema capitalista tradicional vigente no mundo, para tanto, se busca uma convivência sem discriminação, sem miséria e com um mínimo de coisas necessárias.

Viver bem deve incluir acesso a saúde e a outros serviços. Neste sentido nos perguntamos como um projeto com tantos recursos para serem investidos, não está permitindo que as pessoas estejam vivendo bem na RDS do Juma.

O “oportunismo” que a FAS aproveita para gerir esse projeto de “sustentabilidade” parece estar na contramão, pois as disparidades são gritantes. Não é possível concebermos que no território com a maior sociobiodiversidade do planeta, as pessoas não tenham condições de viver bem, porque os recursos advindos do REDD, não estão satisfazendo as condições básicas das comunidades, apenas para “sobreviver”, mas não viver bem.

Como podem existir famílias, que como exposto anteriormente, passam necessidades básicas, carência alimentar? Como conceber um índice tão alto de analfabetismo? Será interessante que eles permaneçam na escuridão, pois conhecimento é fator de liberdade, podendo os libertar das “amarras” que tanto para SDS e a FAS possa ser conveniente à medida que estabelecem normas para que os projetos “cosméticos” possam ser vitrine de um

modelo que precisa atender as demandas do capital que age de forma incisiva, camuflando as necessidades desses sujeitos sociais, que de maneira ainda tímida buscam resistir a essa barbárie da modernidade que tem na questão ambiental uma máscara, que tenta corromper nossas mentes e consciências.

IV – (RE) ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NA RDS DO JUMA

Segundo Pádua (2002) para analisar o modelo histórico de ocupação do território brasileiro, focalizando suas implicações ecológicas, é necessário partir da constatação de que o Brasil como entidade histórica é uma construção bastante recente. Não é o resultado de uma longa maturação, de um lento processo evolucionário, mas sim de pouco mais de cinco séculos de um processo de ocupação construído sob o domínio europeu e neoeuropeu. Mais ainda, as linhas gerais deste processo, estabelecidas segundo a lógica de uma colônia de exploração, continuaram vigentes após a independência política do país e ainda hoje, em muitos sentidos, continuam marcando profundamente o nosso modelo de desenvolvimento.

É preciso ter claro, neste sentido, que o Brasil não nasceu como uma nação, ou mesmo como um país. O Brasil nasceu de um macro projeto de exploração ecológica ou, melhor dizendo, de um arquipélago de projetos de exploração ecológica. Isto está indicado no próprio nome “Brasil”, que venceu uma disputa histórica com o nome “Santa Cruz”, apesar da força ideológica do catolicismo. O nome “Brasil” indica o predomínio da exploração ecológica sobre outros valores civilizatórios, na medida em que o pau-brasil foi o primeiro elemento da rica natureza deste território usado pelo mercantilismo europeu. Ao contrário do nome “Santa Cruz”, que indicaria uma sociedade em evolução endógena a partir de determinados valores religiosos, o nome “Brasil” sinaliza a exploração direta do mundo natural como fundamento da apropriação e ocupação social do território.

Pádua (2002) enfatiza que no que se refere o uso do território à relação com a Natureza, as linhas gerais deste modelo de ocupação e exploração do território podem ser definidas através de três características essenciais que, infelizmente, ainda estão bastantes presentes no modo de relacionamento da sociedade brasileira com o seu entorno ecológico:

- 1) O mito da natureza inesgotável, baseado na ideia de uma fronteira natural sempre aberta para o avanço da exploração econômica;
- 2) Um grau considerável de desprezo pela biodiversidade e os biomas nativos;
- 3) Uma aposta permanente nas espécies exóticas, especialmente em regime de monocultura, como fonte de enriquecimento econômico e instrumento eficaz de controles sobre o território.

Os argumentos acima justificam, por exemplo, a quase total destruição da Mata Atlântica, o regime de escravidão na colônia, bem como a implementação dos Grandes Projetos na Amazônia na década de 1970, auge da ditadura militar.

Quando os colonizadores portugueses começaram a chegar ao território brasileiro, a partir de 1500, encontraram um conjunto impressionante de mangues, florestas, campos e outras estruturas complexas produzidas pela dinâmica da natureza. Uma infinidade de ecossistemas agrupados em grandes biomas como a Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga e a Floresta Amazônica. A existência desse grande potencial de riqueza veio ao encontro da motivação econômica que dominou o esforço de expansão marítima das potências europeias. O movimento colonizador, com base na doutrina mercantilista então em voga, visava expandir o território do comércio, encontrar novos segmentos de mercado, estabelecer novos monopólios e aumentar a renda dos estados europeus em processo de construção.

O ponto a ser especialmente questionado, portanto, não é o da racionalidade específica da herança colonial predatória, mas sim o da sua permanência ao longo da história do país independente, inclusive nos nossos dias. O que pode ser considerado racional no contexto de uma colônia de exploração não deve sê-lo no processo de construção de uma verdadeira nação. Este último requer uma nova lógica, fundada no cuidado e na preservação das bases ecológicas, sociais e culturais da existência coletiva, mesmo que isso signifique mais esforço, mais trabalho e mais estudo.

4.1 – Formação econômica e territorial do estado do Amazonas

O Estado do Amazonas constitui a maior Unidade da Federação com uma superfície de 1.564,445 km², que representa 70% da Amazônia Ocidental, 31% da Amazônia Brasileira e 18% do Território Nacional.

As regiões passam por diversas fases de desenvolvimento e declínio associadas à super lucros setoriais mutáveis rodeadas de disciplinamento intensivo do trabalho e maior mobilidade do capital (SOJA, 1990, p.49)

O Amazonas no ano de 1.750, ainda na condição de província, iniciou com Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marques de Pombal e Governador Geral de toda a Província, a organização da atividade econômica, com base na exploração de produtos extrativos vegetais e especiarias, as chamadas drogas do sertão, que sustentaram a débil economia provinciana até o advento do Ciclo da Borracha em 1.850, e seu declínio em 1.920.

No pós-guerra (1.939), o Amazonas vai retomar o cultivo da juta, que havia sido interrompido pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, retomado pelas populações ribeirinhas, expandindo-se pelas várzeas do Médio e Baixo Amazonas e tornando-se a

principal atividade econômica de mercado que aliada a agricultura de subsistência, constitui até o advento da industrialização de Manaus, a única fonte de renda e alternativa na região.

Com a normalização das atividades econômicas no Pós-Guerra novas Instituições surgiram e outras existentes foram reformuladas. Em 1.950 o Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia e em 1.953, criou-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, um plano de emergência para o biênio 1953 - 1954 visando através de crédito bancário fomentar as atividades produtivas regionais dando ênfase à produção extrativista, mineral, agricultura, industrialização de matérias primas regionais, estabelecendo um plano viário para a região.

Dez anos mais tarde, com a ocorrência do Regime Militar em 1964, esses projetos que tinham sido abandonados e relegados a segundo plano, ou que ficaram subordinados e sujeitos ao jogo de interesses e pressões regionalistas do centro-sul foram então retomados e transformados em mecanismos voltados para o desenvolvimento da região, agora com um enfoque novo: contemplava-se uma visão geopolítica a fragilidade da soberania brasileira, nas fronteiras da Amazônia.

Nessa visão, fazer avançar a presença brasileira sobre a fronteira norte significava ocupar o território amazônico para preencher o espaço político, era a Doutrina do Governo Militar “Integrar para não Entregar” (SALAZAR,2006,p.35).

Entre 1968 e 1974, o Estado Brasileiro implantou uma malha tecnopolítica na Amazônia, visando completar a apropriação física e o controle do território (BECKER, 1990). Redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, urbana, subsídios ao fluxo de capital por meio de incentivos fiscais e créditos a juros baixos, indução de fluxos migratórios para povoamentos e formação de um mercado de trabalho regional, inclusive com projetos de colonização, e superposição de territórios federais sobre os estaduais compuseram a malha tecnopolítica.

A primeira crise do petróleo, em 1974, reduziu a disponibilidade de recursos, alterou a geopolítica regional, que se voltou para a exportação de recursos naturais explorados em grandes projetos com financiamentos externos como o projeto hidrelétrico de Tucuruí, projetos minerais, cuja maior expressão é Carajás, transformando assim a Amazônia numa grande fronteira de recursos nacional e mundial.

O segundo choque do petróleo e a súbita elevação dos juros no mercado internacional levando a escalada da dívida externa esgotaram esse modelo, cujo último grande projeto foi o Calha Norte em 1985. Essa fase foi marcada por intensos conflitos sociais e impactos ambientais negativos tais como conflitos de terra entre fazendeiros, posseiros,

seringueiros, índios e desflorestamento desenfreado pela abertura de estradas, exploração da madeira, expansão agropecuária e intensa mobilidade espacial da população.

Essa política dos “Grandes Projetos” foi extremamente prejudicial para a Região, pois não levou em consideração as comunidades locais, ou seja, “o capitalismo luta perpetuamente, portanto para criar um território social e física a sua própria imagem, indispensável para as suas necessidades em determinado ponto do tempo, simplesmente para com igual certeza minar, desintegrar e até destruir a paisagem num ponto posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo expressam-se através da formação e reformação das paisagens geográficas” (SOJA,1990, p.11).

Na perspectiva que a natureza assume a condição de capital natural - capital de realização presente e futura e para garantir essa nova perspectiva, surge a questão da preservação e da conservação ambiental tão propagada nos dias de hoje como novo modelo do desenvolvimento regional que se materializa em novas políticas territoriais que se simplificam sob a ideia de **reservas**. Sob o manto do **mito moderno da natureza intocada** criam-se verdadeiros **territórios clausuras, territórios fechados** para populações locais que, dependendo da categoria de Unidade de Conservação, são expulsas, desterritorializadas, afastadas pela definição de fronteiras **legais**, mas muitas vezes não legítimas. Entretanto, se esses **territórios reservas** se fecham na escala local para as populações nativas, na escala global, se articulam através de inúmeras redes, tanto redes ligadas à lógica instrumental do capital quanto as redes ambientalistas das ONG-s, que são os atores decisivos nesses novos arranjos que se articulam em diversas escalas em forma de multiterritorialidades. Esses novos arranjos se materializam de forma contundente na região Amazônia. (ARAÚJO, 2007).

Neste sentido, o Estado do Amazonas vem reconfigurando seu território a partir da criação de UCs, principalmente na categoria RDS. No período entre 2003 a 2009, foi marcado pela consolidação de uma política ambiental estadual, predominando as unidades de conservação como forma de minimizar os impactos ambientais advindos dos projetos econômicos, além dos conflitos pelo uso e ocupação do solo e das águas e dos recursos naturais a eles associados, diante dos problemas ambientais (FARIA, 2010).

Da Zona Franca de Manaus, símbolo da industrialização e do capitalismo fabril, inverte-se para a era da sustentabilidade ambiental, vislumbrando a exploração das potencialidades que advém da maior floresta tropical úmida do planeta, exatamente como já havia destacado Mary Allegrati (1994) quando elencou os possíveis caminhos para se desenvolver e preservar a região amazônica, valorizando sua gente e sua riqueza biológica.

Neste contexto Ribeiro (2005) afirma que se vivencia atualmente uma Ordem Ambiental Internacional, na qual determinados discursos e instrumentos ambientalistas, como exemplo as convenções ambientais mundiais, são apropriados pelo capitalismo, logo, investidos como mercadorias (BECKER, 2006) mercadorias fictícias, como o caso dos serviços ambientais da floresta, ou seja, segundo Ribeiro (2005) defronta-se com a emergência do ecocapitalismo.

4.2 – Conceituando Território e Territorialidade

O conceito de território é empregado, tradicionalmente, pelas Ciências Naturais com ênfase no estudo da Ecologia das espécies e das populações naturais. As Ciências Sociais como as Ciências Políticas, a Antropologia e a Geografia, também se utilizam desse conceito. Nas Ciências Políticas, o território está intimamente relacionado com a formação do Estado, enquanto na Antropologia, o conceito é muito utilizado em relação às sociedades tradicionais, onde os vínculos espaciais são bastante pronunciados.

Na Geografia o território está relacionado com o poder e fruto das relações culturais e o meio definido pelos diferentes sujeitos sociais que dele se apropria. Para Raffestin (1980), território está ligado diretamente com as relações de poder, ou seja, a sua dimensão política.

Em linhas gerais, podemos dizer que, a priori, o conceito de território abrange desde as questões ligadas à sobrevivência, e que envolvem as relações com o substrato material, até os processos de manutenção, consolidação e expansão dos espaços dominados, ou seja, as relações de poder. Há nisso um esforço transdisciplinar de se buscar a compreensão dos mecanismos que levam à própria organização espacial, em seu sentido mais amplo. O estudo das unidades de conservação contempla a discussão conceitual do território sob várias abordagens (biológica, cultural e econômica), além da possibilidade de se tratar também do problema da desterritorialização, tão importante no contexto histórico e contemporâneo.

Sempre que nos referirmos relações de domínio, seja por meio do controle político-militar sobre o espaço geográfico nos vem a mente a ideia de território, associada a proteção do espaço geográfico, é visto tradicionalmente enquanto “solo”, ou seja a base material do Estado Nação.

O termo território deriva da junção entre as palavras latinas *terra etorum*. Da combinação entre essas duas palavras podemos extrair que o território é um conceito que define uma relação social de pertencimento ou posse de um grupo em relação a uma porção delimitada do espaço. Por outro lado, pesquisando a origem etimológica do termo território,

encontramos na palavra latina *terrio* e/ou *territio* outro possível parentesco. O seu significado, nesse caso, remete tanto à idéia de **assustar** ou **aterrorizar** por meio da violência física ou simbólica e através da restrição de locomoção, quanto à ação de expulsar alguém de seus domínios. Com efeito, tal derivativo da palavra território também aplicar-se-ia ao contexto de um indivíduo ou grupo que estão sujeitos, pelo uso da força, a ter seus laços de pertencimento a um espaço bruscamente cortados. (ARAUJO, 2007)

Ratzel (1990) estabelece os contornos do que viria a ser a concepção de território desenvolvida na geografia política moderna. O território é entendido como os limites geográficos da soberania dos Estados nacionais. Conforme o referido autor, não é possível conceber nem as sociedades mais simples, tampouco os Estados, sem o território que lhes pertence. Nesse contexto, destaca que a relação sociedade/território é representativa do grau de enraizamento de uma sociedade ao seu solo, seu **espaço vital**. Nesta concepção, o território seria fonte de abrigo e de recursos para as comunidades. A função do Estado seria a de proteção contra as violações estrangeiras e de ataques que visassem incorporar novas áreas e circunscrevê-las em suas membranas políticas. Tal concepção ajuda a forjar o ideário de um Estado-nação enquanto incremento territorial compacto, isto é, dotado de uma unidade naturalizada. Está subjacente às teorizações de Ratzel sobre o território o processo de unificação alemã, o desenvolvimento capitalista industrial em seu expansionismo na Europa e África.

Diferentemente do que postula Ratzel compartilhamos da concepção defendida por Haesbert (2002) onde o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

Esse autor enfatiza a necessidade de uma visão do território a partir da concepção de um espaço como um híbrido- híbrido entre sociedade e natureza entre política, economia e cultura, entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Milton Santos e Jean Gottman, na indissociação entre movimento e relativa estabilidade. É o que podemos chamar de fixos e fluxos, portanto o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

Haesbaert (2002), reúne a concepção de território em três vertentes básicas:

- **Política:** são as relações espaço- poder em geral ou jurídico política relativa a todas as relações espaço- poder institucionalizadas, sendo essa a mais difundida,

onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce determinado poder, na maioria das vezes, mas não exclusivamente relacionado ao poder político do Estado;

- **Cultural:** prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;
- **Econômica** (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital- trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho por exemplo.

Dentre as diversas definições de território, as mais difundidas e que marcam a tradição dos conceitos são aquelas que enfatizam sua ligação com relações de poder, ou seja a sua dimensão política. Claude Raffestin e Robert Sack são dois autores fundamentais dentro deste enfoque, mas que não restringem a dimensão política ao papel dos Estados, nem ignoram a interseção com as dimensões econômica e cultural da sociedade (HAESBERT, 2002,pag. 83)

Raffestin, ao caracterizar o que entende por natureza do poder, sintetiza as proposições de Michel Foucault (1979,1984,1985):

- 1) O poder não se adquire: é exercido a partir de inumeráveis pontos;
- 2) As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), mas são imanentes a elas;
- 3) O poder **também** vem de baixo, não há uma posição binária e global entre dominador e dominados.

O poder exercido na RDS do Juma é de uma forma exógena, extrapola o local e o nacional, se encaixa dentro de uma “Ordem Ambiental Global”, onde o Estado (SDS) e FAS acabam se tornando “meios” para consolidação de um projeto maior, que dentro da estrutura posta não permite que o poder possa ser exercido de forma endógena por sujeitos empoderados, capazes de direcionar os rumos de suas vidas, exercendo autonomia que lhes permitirá sair da tutela que até então lhes está sendo imposta.

Para Santos (1999, p.75), o território não significa apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. Para o geógrafo, o que importa não é o território em si, senão o território usado. Assim definido,

O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2000).

O território é constituído por aspectos materiais que servem de referencial para o conhecimento dos sujeitos sociais a partir de sua existência. Com efeito, todo território implica a delimitação, a normatização e o relativo controle sobre um espaço. É por essa qualidade do território que Sack (1985, p.32) aparece como um importante autor dentro da discussão.

A ideia de território com acesso controlado a uma área geográfica, um espaço disciplinar, construído pela definição de fronteiras que afetam pessoas, fenômenos e relações, conforme definiu Sack (1986), é extremamente importante para o entendimento da nova lógica de ordenamento territorial imprimida pelas novas estratégias de acumulação do capitalismo contemporâneo sob a ideologia do desenvolvimento sustentável.

A criação da RDS do Juma em 2006, mais do que a delimitação do espaço geográfico, imposto aquele território, para atender principalmente aos interesses de uma política de sustentabilidade do Estado, dentro da lógica de uma economia ambiental, teve consequências imediatas nos modos de vida das comunidades, que passaram a ser normatizadas e controladas, inicialmente apenas pelo Estado, e a partir de 2008 pela FAS, ou seja, um domínio público e privado, que no nosso entendimento precisam estreitar as relações, em nome da “sustentabilidade”, mas principalmente para atender as reais demandas que devem partir sempre das comunidades.

A concepção jurídico/disciplinar entende o território como espaço delimitado por relações de poder. Enfatiza-se o controle de uma área geográfica e os limites delimitados pelo poder na busca de disciplinar, moldar, ou controlar comportamento pelo controle de acesso (SACK, 1986, p. 78).

Temos clareza que o homem não pode viver sem território e que a sociedade não pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição dos territórios não fosse sempre de algum modo sua reconstrução em novas bases (HAESBERT,2003).

Territorialidade significa que o território carrega sempre de forma indissociável uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômica e política.

Segundo Raffestin territorialidade é o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade, através do auxílio de mediadores ou instrumentos.

Nesta concepção de Raffestin a territorialidade na RDS do Juma está sendo construída com o auxílio da SDS e FAS a medida que estão moldando seus modos de vida, comportamentos e ações, podemos dizer que está ocorrendo um processo de desconstrução na perspectiva de uma reconstrução que atenda as demandas desses órgãos gestores, o que não significa que não há resistência por parte dos comunitários a esse processo, claramente entendido por nós como uma relação de poder.

Toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa, e ao separar de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice versa todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e negociação.

Acreditamos que a partir de 2006, ano em que foi criada a Reserva, está ocorrendo um processo de desterritorialização, onde os órgãos gestores mediam os conflitos existentes na busca de negociações necessárias ou convenientes. Não podemos falar que está havendo perda de identidade, pois as identidades estão sempre em construção, desconstruídas e reconstruídas, mas jamais perdidas, sejam individuais ou coletivas. Portanto, ocorre uma desterritorialização promovida pela FAS e SDS, criando uma nova territorialidade em função da imposição por meio de normas, nas quais os comunitários são meros objetos à disposição da “sustentabilidade”.

O processo está sendo gradual, no sentido das próprias comunidades, terem suas territorialidades definidas pelas constantes ingerências seja por parte da FAS ou SDS, na verdade uma estratégia de poder, pois a territorialidade acaba se confrontando com o modelo de desenvolvimento social proposto pela gestão que está sendo implantada na RDS do Juma.

4.3 – A (des) (re) organização territorial na RDS do Juma e o Plano de Gestão

Segundo Haesbert (2002) a desterritorialização é uma característica central do capitalismo, e mais ainda da própria modernidade, sendo percebida a partir de dois discursos que se confundem: uma, a partir dos grupos hegemônicos, efetivamente globalizados, outra a partir dos grupos subordinados ou precariamente incluídos na dinâmica globalizadora.

O mito de que o mundo está se “desterritorializando” está arraigada diretamente a ideologia de que vivemos numa “Aldeia Global”, onde estão sendo comprimidos espaço e tempo. O urbanista- filósofo francês Paul Virilio (2000), enfatiza que a geopolítica estaria sendo sobrepujada pela cronopolítica, pois seria estrategicamente muito mais importante o

controle do tempo do que o controle do espaço, o mundo estaria condenado frente ao mundo das redes, a “sociedade em rede” como denominou Manuel Castells (1999).

O homem (des) e (re) ordena e o território no qual vive, desde que conseguiu libertar-se de uma influência sem limites das forças naturais, ou seja o ordenamento territorial é parte integrante da história, dos grupos sociais e reflete as mudanças da realidade na sociedade contemporânea quer em cumplicidade quer em dimensão (ARAUJO,2007).

A criação das unidades de conservação no mundo atual vem se constituindo numa das principais formas de intervenção governamental, visando reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade. Entretanto, esse processo tem sido acompanhado por conflitos e impactos decorrentes da desterritorialização de grupamentos sociais e povos tradicionais ou não em várias partes do mundo.

Acreditamos que o território na RDS do Juma está passando por um processo de (re) organização, a partir da aprovação do plano de Gestão em março de 2010, pois mais que uma questão técnica, o plano tem implicações diretas com o ordenamento e uso do território, o que significa uma desterritorialização, para construção de uma nova territorialização, pois para as famílias da RDS do Juma, o território é entendido no sentido de pertencimento e identidade, no entanto o Plano de Gestão como eles mesmos afirmaram veio para “normatizar” seus modos de vida.

Os Planos de Gestão das Unidades de Conservação são uma ferramenta fundamental para assegurar a efetividade de implementação das Áreas Protegidas. Além de ser um elemento obrigatório previsto pela legislação do Sistema Nacional e dos Sistemas Estaduais de Unidades e Conservação configuram-se como referência para os gestores, moradores, associações comunitárias, parceiros cogestores, e demais entidades governamentais e não governamentais que estão direta e indiretamente envolvidas nos processos de gestão dessas áreas.

Os Planos de Gestão são também a principal fonte de consulta para que os membros dos Conselhos Gestores das Unidades e Conservação possam embasar seu processo de tomada de decisão, visando a orientar, da melhor maneira possível, a conservação e uso dos recursos naturais, a resolução de conflitos, a pesquisa científica, a proteção, dentre outros aspectos que possam afetar a sobrevivência das comunidades e a manutenção destes espaços protegidos ao longo do tempo. Tem o desafio de incorporar, no seu conteúdo, informação de qualidade e confiabilidade quanto a conciliar a conservação da natureza, o provimento de serviços ambientais, as demandas sociais, e os direitos coletivos das comunidades envolvidas

com a Unidade de Conservação, ou seja, cabe ao Plano de Gestão a organização territorial para o pleno funcionamento da Unidade.

Na Lei Complementar nº 53 de 05 de junho de 2007 no artigo 33 determina que as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Gestão que equivale ao Plano de Manejo disposto na Lei do SNUC. O Plano de Gestão é definido como:

Documento Técnico e Gerencial, fundamentado nos objetivos da unidade de conservação, que estabelece o seu zoneamento, as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação da estrutura física necessária à gestão da unidade (AMAZONAS, 2007).

Nossa primeira ida a campo nos permitiu participar da Consulta e reunião do Conselho Gestor para aprovação do Plano de Gestão, nos dias doze a dezessete de março do ano de 2010, no município de Novo Aripuanã. A Consulta foi realizada nos dias 12,13 e 14, com a presença de 230 pessoas diárias, entre comunitários da RDS, representantes da sociedade civil e entidades governamentais, bem como moradores do município de Novo Aripuanã conforme (tabela 09).

Existem dois tipos de Conselhos constituídos nas UCs, conforme sua categoria:

Consultivos: Presentes nas Unidades de Conservação de Proteção Integral. Tem o papel de ajudar o órgão responsável pela gestão da UC a identificar problemas e propor formas de solução.

Deliberativos: Presentes nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Tem a mesma função do Consultivo, porém conta com o poder de decisão sobre as questões envolvendo a UC.

O processo de formação do Conselho Gestor da RDS do Juma foi iniciado em maio de 2008 com a realização de uma expedição a Reserva, reuniões nas comunidades, mapeamento institucional e debate sobre representatividade. Após essas atividades chegou-se a divisão de oito setores comunitários, sendo pactuado que cada setor teria uma cadeira no conselho. Foram listadas as seguintes instituições: Secretaria Municipal de Educação de Novo Aripuanã, Secretaria Municipal de Saúde de Novo Aripuanã, Câmara Municipal de Novo Aripuanã, Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Novo Aripuanã, Secretaria Municipal de Produção Rural de Novo Aripuanã, INCRA, FUNASA, UEA, ITEAM, ADS, SUSAM, SEDUC, SDS, igreja católica, IEADAM e STR.

Durante o mês de junho de 2008 foram realizadas reuniões nos setores identificados anteriormente para definição dos representantes titulares e suplentes das comunidades.

Posteriormente, as instituições foram convidadas a participar do Conselho e a indicar os seus representantes titulares e suplentes (SDS, 2009).

Em 02 de julho de 2009 foi publicada a portaria SDS N° 129 criando o Conselho Deliberativo da RDS . O conselho é composto por trinta membros, sendo 15 de instituições públicas e 15 da sociedade civil. A composição está demonstrada na tabela abaixo.

Item.	Instituições Públicas
01	Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS
02	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM
03	Agência de Desenvolvimento sustentável do Amazonas - ADS
04	Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC
05	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM
06	Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM
07	Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
08	Fundação de Vigilância em Saúde – FVS
09	Secretaria Estadual de Segurança Pública do Amazonas
10	Fundação Amazonas Sustentável
11	Câmara Municipal de Novo Aripuanã
12	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Novo Aripuanã
13	Secretaria Municipal de Abastecimento e Produção Rural de Novo Aripuanã
14	Secretaria Municipal de Saúde de Novo Aripuanã
15	Secretaria Municipal de Ação Social de Novo Aripuanã Sociedade Civil
	Sociedade Civil
16	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Novo Aripuanã - STTRNA
17	Associação dos Moradores e Amigos da RDS do Juma – AMARJUMA
18	Colônia dos Pescadores de Novo Aripuanã – Z-29
19	Associação Agroextrativista dos Trabalhadores e Trabalhadoras do rio Mariepaua
20	Comunidades do Setor Boca do Juma
21	Comunidades do Setor Cipotuba
22	Comunidades do Setor Capintuba
23	Comunidades do Setor Severino
24	Comunidades do Setor Tacuia
25	Comunidades do Setor Boca do Arauá
26	Comunidades do Setor Madeira
27	Comunidades do Setor Cacaia – Barraquinha
28	Comunidades do Setor Mariepaua de Cima
29	Comunidades do Setor Cachoeira

Tabela 08: Composição do Conselho Deliberativo da RDS do Juma.

Fonte: SDS/CEUC

Nosso primeiro trabalho de campo nos permitiu participar da Consulta e reunião do Conselho Gestor para aprovação do Plano de Gestão, nos dias doze a dezessete de março do ano de 2010, no município de Novo Aripuanã. A Consulta foi realizada nos dias 12,13 e 14, com a presença de 230 pessoas diárias, entre comunitários da RDS, representantes da sociedade civil e entidades governamentais, bem como moradores do município de Novo Aripuanã (Figura 35).



Figura 35: Reunião Consulta Pública, Novo Aripuanã.
Fonte: Leny Barata , 2010.

O plano de Gestão foi consolidado com a participação de setenta por cento dos conselheiros, que de acordo com a metodologia proposta, todas as alterações feitas durante a Consulta Pública foram acrescentadas e apresentadas durante a Reunião do Conselho Gestor, sendo que o mesmo tendo poder deliberativo acrescentou ou suprimiu alguns pontos, por entenderem o que de fato é melhor para a Reserva para os próximos cinco anos, dentro da legislação vigente (Figura 36).



Foto 36: Reunião do Conselho Gestor, Novo Aripuanã.
Fonte: Leny Barata, 2010.

Durante a Consulta e Reunião do Conselho Gestor observou-se por meio das mais diversas intervenções, as angústias, permeadas de muitas dúvidas e desconfianças seja com a SDS (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável) representada pelo CEUC (Centro Estadual de Unidades de Conservação) ou a FAS (Fundação Amazonas Sustentável) cogestora da Reserva, responsável pela implementação do REED. Projeto que os comunitários não conhecem na íntegra, pois falta ainda muita informação, para os moradores da Reserva. Há muitas dúvidas também em relação ao Plano de Gestão, ou seja, de que forma irá funcionar depois de sua aprovação.

Para suprir essa necessidade, o Gestor da Reserva, senhor Melksadeque Rabelo, durante a entrevista que nos concedeu, se comprometeu em solicitar da SDS cartilhas para facilitar a compreensão dos comunitários, tendo em vista que o plano tem uma linguagem muito técnica, e como já foi citado há um déficit educacional expressivo na Reserva, com muitos adultos analfabetos ou semianalfabetos, inclusive alguns membros do Conselho Gestor. A previsão de chegada dessas cartilhas foi maio de 2012. No entanto, em setembro desse ano tivemos informações que essas cartilhas ainda não haviam chegado à Reserva.

Entendemos que se faz necessário facilitar o entendimento dos comunitários, até porque o plano afeta diretamente as ações em relação ao uso do território, e não esqueçamos que o Plano na verdade funciona como um aparelho normatizador do Estado, cuja política de sustentabilidade para as Unidades de Conservação se baseia num compromisso entre aquilo que é socialmente desejável, economicamente interessante, tecnicamente possível e ecologicamente aceitável.

É importante compreender a gestão territorial na RDS do Juma a partir do ecocapitalismo, o que vem permitindo uma nova configuração territorial a partir do REDD, como um instrumento na lógica de uma economia ambiental.

4.4 – O Zoneamento segundo o Plano de Gestão

Mais do que uma questão ambiental, o processo de criação de Unidades de Conservação no Amazonas tem implicações diretas com o ordenamento do território.

O zoneamento é um instrumento de ordenamento territorial e seu objetivo é organizar espacialmente a RDS do Juma em parcelas denominadas zonas, que demandam distintos graus de proteção e intervenção, contribuindo para que ele cumpra seus objetivos específicos de manejo. De acordo com a lei que instituiu o Sistema Estadual de Unidade de Conservação (SEUC), Lei Complementar N° 5/2007, o zoneamento é a “definição de setores

ou zonas em uma unidade de conservação, a partir de estudos prévios, com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

O principal critério utilizado para definir o zoneamento da RDS do Juma foi a intensidade da intervenção sobre o meio e as definições das zonas seguiram o “Roteiro para Elaboração de Planos de Gestão para Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas (Amazonas, 2006). Em outubro de 2009 foi realizado um levantamento junto aos comunitários da RDS a fim de mapear suas áreas de uso para caça, pesca, extrativismo e implantação de roçados. Posteriormente, as informações obtidas foram revisadas durante a Oficina de Planejamento Participativo que ocorreu em novembro de 2009. A partir desse mapeamento, construiu-se com os comunitários o zoneamento para a RDS.

Foram definidas 3 zonas distintas para a RDS do Juma: Zona de Preservação, Uso Extensivo e Uso Intensivo. A Zona de Preservação é a de maior extensão ocupando 40,12% da área da RDS. Em seguida vem a zona de Uso Extensivo com 38,69% e a Zona de Uso Intensivo com 21,19%. A Zona de Uso Intensivo também engloba a área da rodovia AM- 174 que corta a Reserva (Tabela 09, Figura 37).

Zona	Área (ha)*	%
Preservação	233.036,76	40,12
Uso Extensivo	224.707,35	38,69
Uso Intensivo	123.039,10	21,19
Total	580.783,21	100,00

Tabela 09: Área (ha) ocupada por cada zona na RDS do Juma.
Fonte: AMAZONAS, 2010.

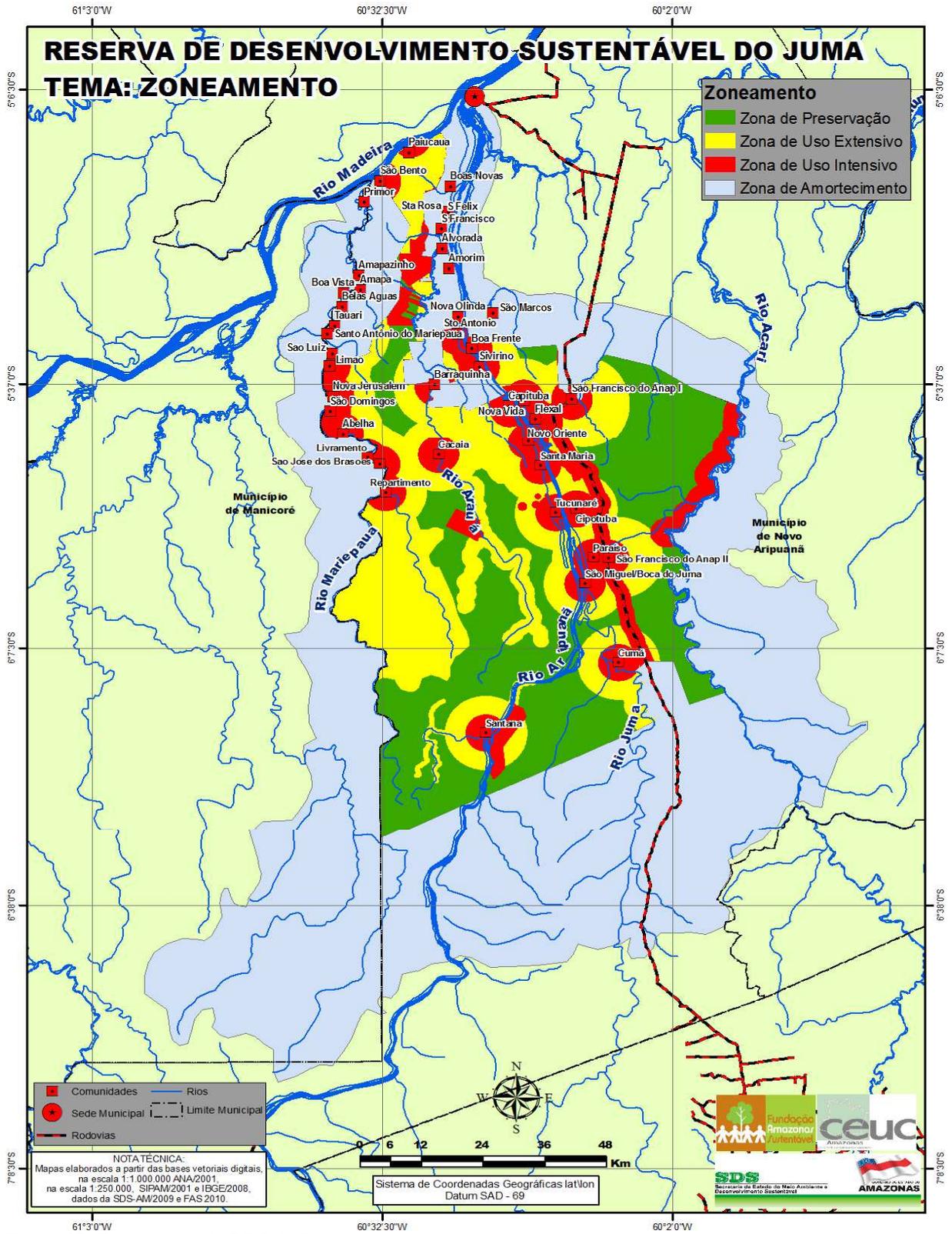


Figura 37: Zoneamento da RDS do Juma
Fonte: AMAZONAS, 2010

Na zona de preservação a intervenção realizada não causa nenhuma influência no meio. As atividades permitidas devem ser realizadas mediante meios de transporte que não causem impactos e não devem necessitar a implementação de instalações específicas (AMAZONAS, 2006). Essa zona serve como matriz para o repovoamento das demais zonas que permitem o uso dos recursos naturais.

A Zona de Preservação abrange 233 mil ha, o que representa 40,12% da área da RDS. Sua delimitação abrangeu a área da Reserva na qual os comunitários não identificaram nenhum tipo de uso (Figura 38) e onde não se constatou, através do mapeamento da cobertura vegetal, nenhum desmatamento.

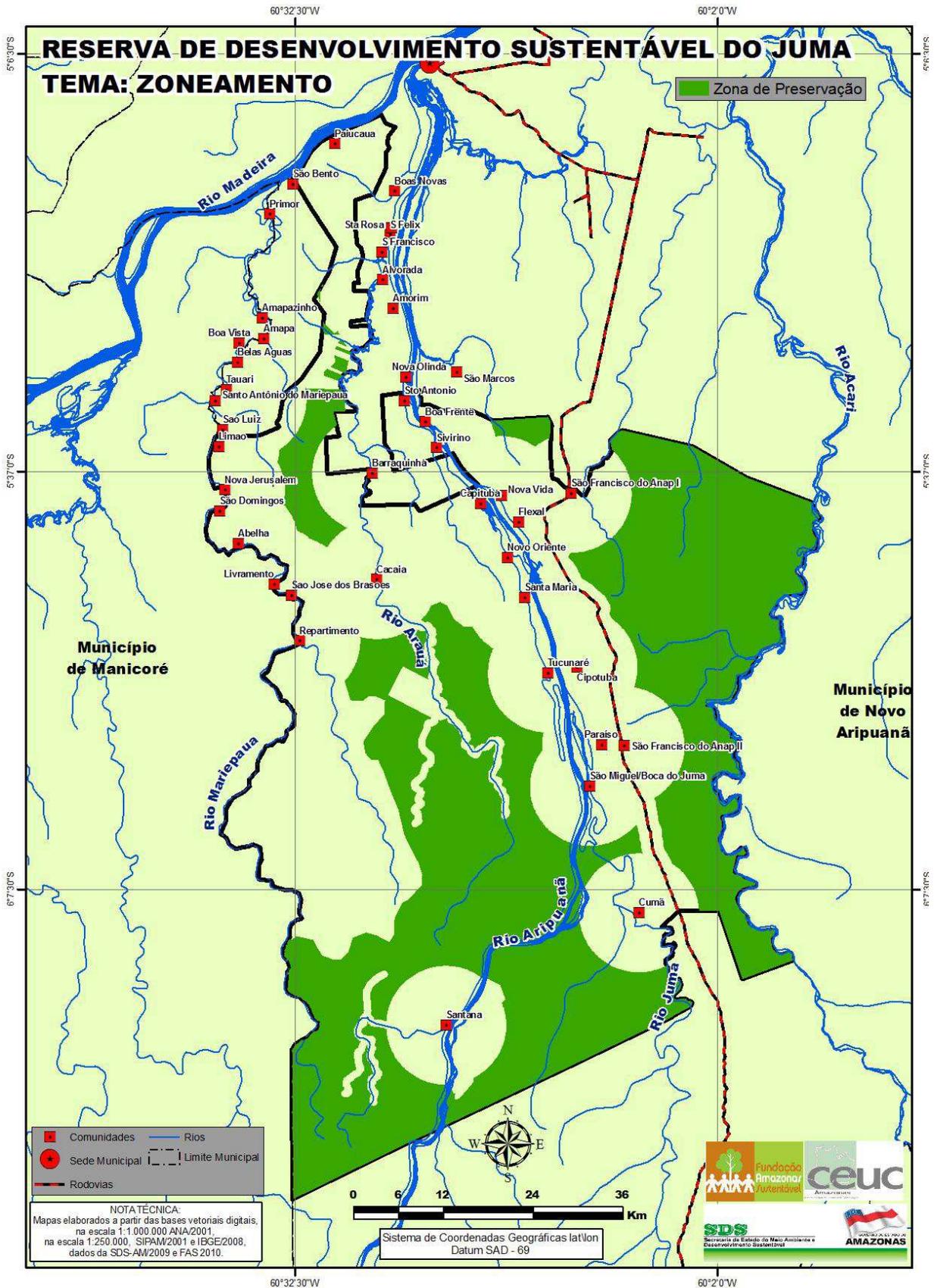


Figura 38: Localização da Zona de Preservação na RDS do Juma.
 Fonte: AMAZONAS, 2010.

Na zona de uso intensivo a intervenção não é excessiva. É realizada com prudência e moderação (AMAZONAS, 2006). Nela são realizadas atividades de baixo impacto sobre a cobertura vegetal, tais como, extração de frutas, sementes, óleos, fibras, seringa, pesca, caça de subsistência, retirada de madeira para auto-consumo dos comunitários e demais atividades que usem os recursos da floresta sem derrubá-la.

A Zona de Uso Extensivo abrange 224 mil ha, o que equivale a 38,6% da área da RDS. Sua localização está demonstrada na Figura 39. Ela foi delimitada a partir do mapeamento de uso dos recursos realizado em outubro de 2009 e revisado na OPP (oficina de planejamento participativo)

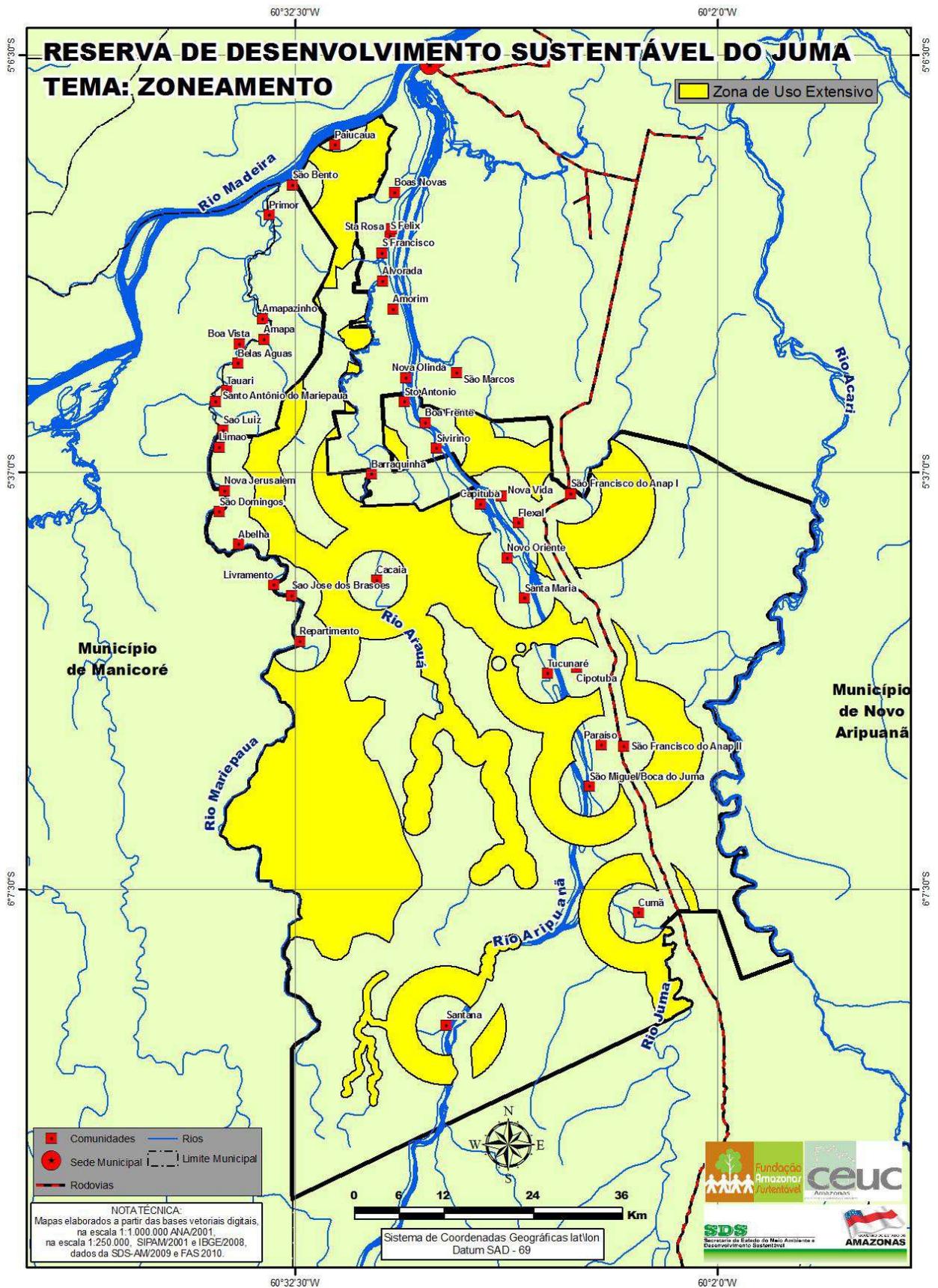


Figura 39: Localização da Zona de Uso extensivo na RDS do Juma.
 Fonte: AMAZONAS, 2010.

Na Zona de Uso Intensivo a intervenção é mais forte, com grande influência sobre o meio (AMAZONAS, 2006). Nessa zona da Reserva são permitidos os usos que necessitem da supressão total da cobertura vegetal, tais como construção de casas, escolas, áreas comuns (igreja, campo de futebol), instalações de pesquisa e bases operativas, e outros, é também a área destinada a realizar o plantio comunitário, além de todas as atividades permitidas para as outras zonas. Para definir esta área foram considerados os seguintes aspectos:

- **Áreas tituladas:** devido a existência de alguns títulos definitivos expedidos pelo ITEAM na área interna da RDS foi decidido deixar essas áreas na zona de uso intensivo permitindo assim seu uso por parte dos proprietários.
- **Área de uso agrícola:** foi realizado levantamento na Reserva com intuito de mapear as áreas de uso agrícola e para criação animal.
- **Entorno das comunidades:** além das áreas agrícolas foi prevista uma área de amortecimento de 4 quilômetros no entorno das comunidades, permitindo assim o rodízio das terras de cultivo e a possibilidade de manejo madeireiro comercial.
- **Rodovia AM 174:** essa rodovia atravessa a Reserva em sua porção leste no sentido-sul ligando o município de Novo Aripuanã a Apuí no sul do estado. Ela tem a presença de duas comunidades, uma no quilômetro 80 e outra no quilômetro 135 chamadas São Francisco do Anape I e II respectivamente. A porção da zona de uso intensivo que engloba a rodovia AM – 174 inclui o leito da estrada e uma área de 1,5 quilômetros de cada lado da mesma. Isso se deveu a existência de uma faixa de servidão ao longo da estrada e as estimativas que o efeito de borda pode atingir cerca de 500m em florestas tropicais (Primack & Rodrigues, 2001).

Com base nesses critérios, a Zona de Uso Intensivo da RDS foi delimitada em 123 mil ha, o que representa 21% da área da Reserva. Sua localização na RDS está demonstrada na Figura 40. Ela se estende principalmente ao longo do Rio Aripuanã e na borda noroeste da Reserva, que é utilizada pelas comunidades localizadas fora da unidade.

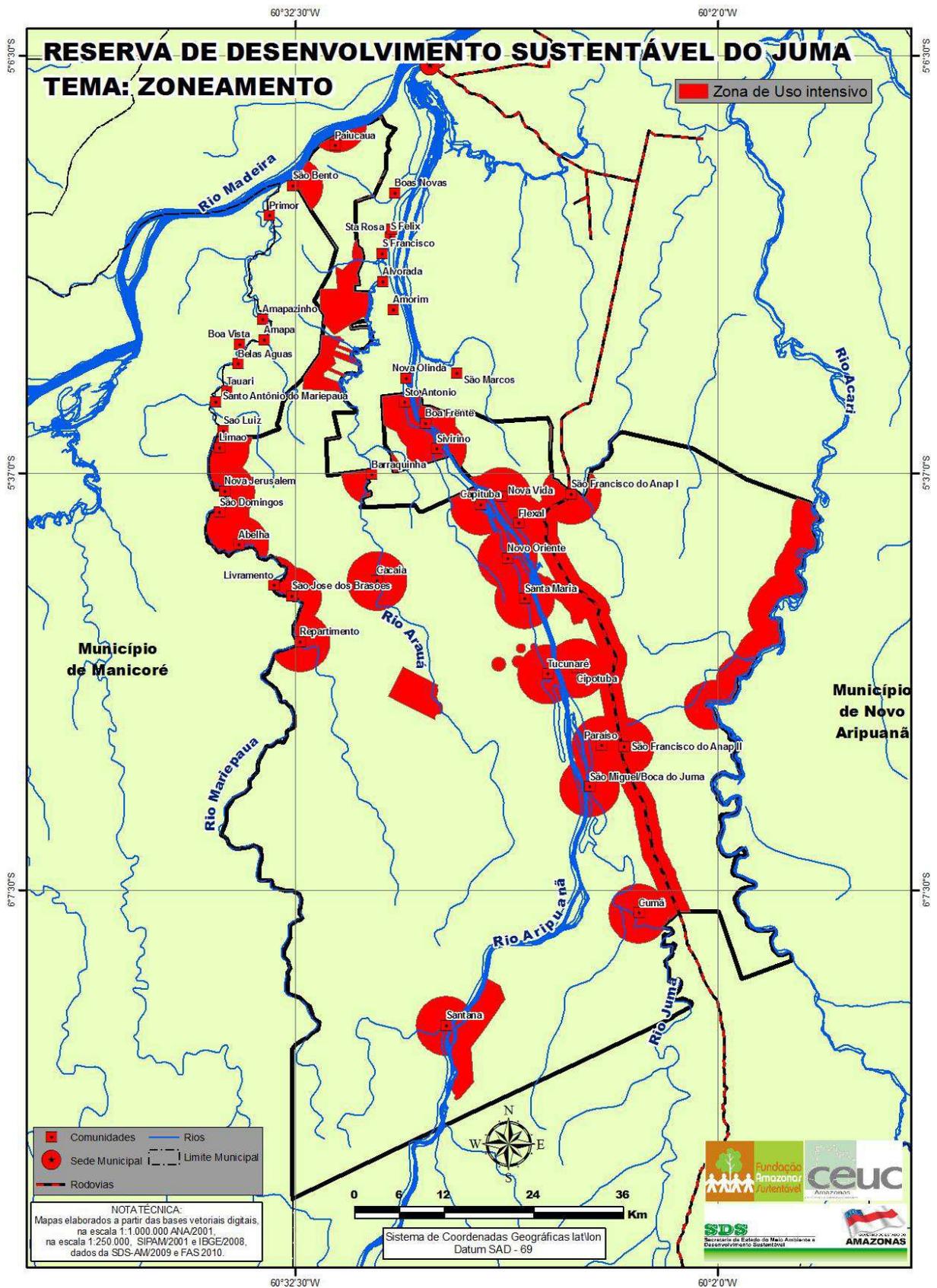


Figura 40: Localização da Zona de Uso Intensivo na RDS do Juma..
 Fonte: AMAZONAS, 2010.

Por fim, não menos importante que as demais temos a Zona de Amortecimento que segundo a Lei complementar n.º 53/2007, Art. 2, inciso IV, se refere ao entorno de uma unidade de conservação, com limites definidos quando de sua criação ou da elaboração do seu Plano de Gestão, de especial importância para a conservação *in situ*, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

Para a RDS do Juma decidiu-se utilizar a drenagem como fator principal para sua delimitação. As áreas protegidas próximas da RDS do Juma foram consideradas como uma área de amortecimento “natural” e, deste modo, foram excluídas de sua área de amortecimento. As áreas protegidas do entorno são a RDS do Rio Madeira e a Terra Indígena Pinatuba.

Toda parte oeste da RDS limitada pelo rio Mariepaua teve sua bacia de drenagem incorporada na zona de amortecimento. Na parte leste os rios que drenam para o rio Acari que delimita seu limite oeste foram também incorporadas. Ao norte manteve-se o limite de 10 quilômetros do limite da Reserva e ao sul todas as cabeceiras de rios localizadas até uma distância de 40 quilômetros do limite da RDS.

A zona de amortecimento da RDS do Juma tem uma área total de 921.403 ha, sendo 306.280 ha no município de Manicoré e 615.194 no município de Novo Aripuanã (Figura 41).

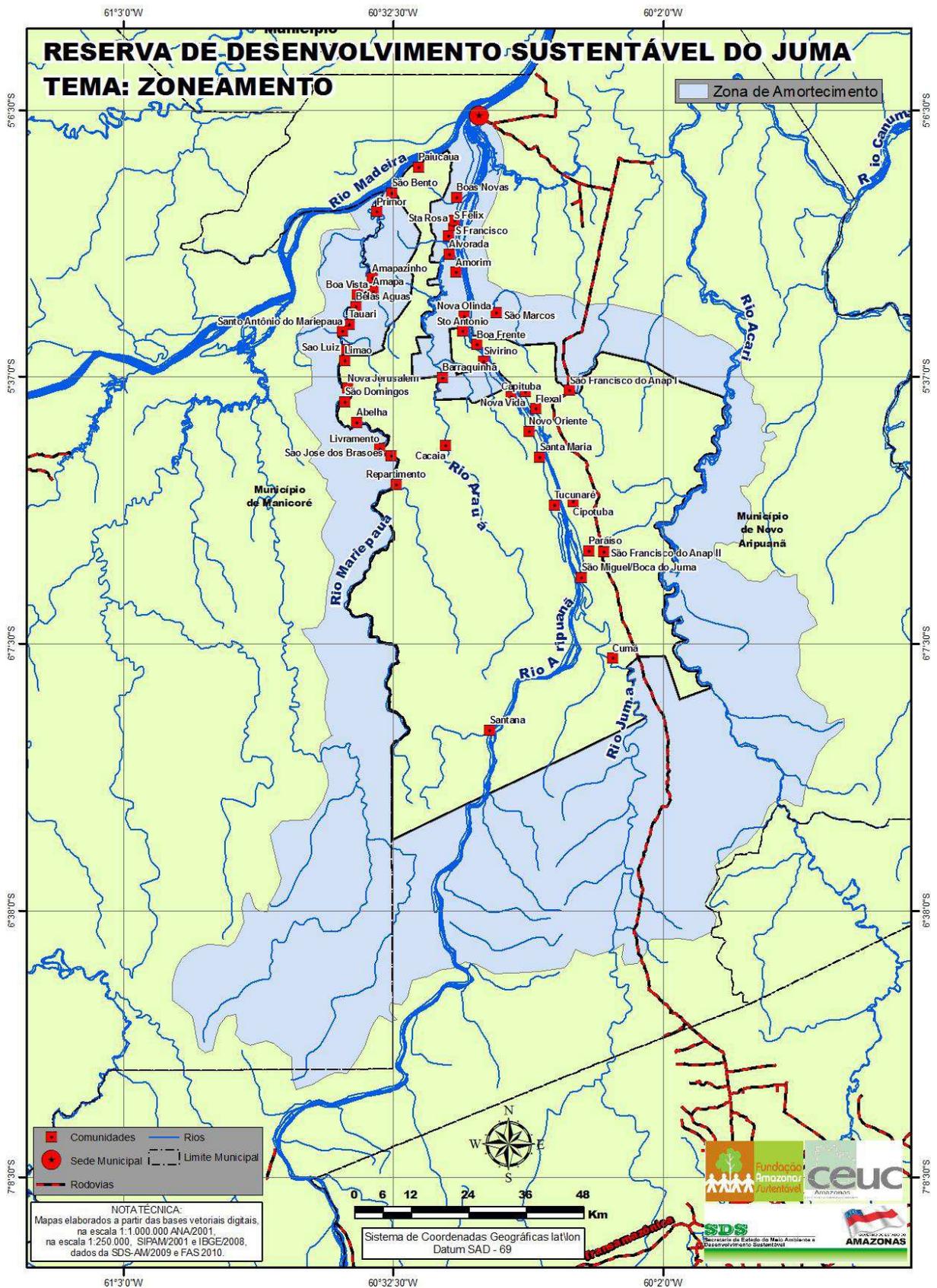


Figura 41: Localização da Zona de Amortecimento da RDS do Juma.
 Fonte: AMAZONAS, 2010.

Conforme a legislação ambiental, as atividades antrópicas desenvolvidas na Zona de Amortecimento da RDS do Juma, que representem ameaças para os seus ecossistemas devem ser licenciadas no Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), que, concederá a licença ambiental mediante anuência do CEUC.

A abordagem teórica do estudo das unidades de conservação tem no conceito de território um grande espectro de possibilidades de discussão, tanto em relação ao chamado “*mundo natural*” quanto às questões que dizem respeito à sociedade, em geral, e grupamentos sociais, em particular. Além disso, os recentes debates sobre a problemática das unidades de conservação têm demandado uma aproximação entre as múltiplas abordagens do território.

Toda relação social seria também uma relação territorial e na RDS do Juma não é diferente, pois tendo em vista que a criação de uma Unidade de Conservação requer uma bagagem de conhecimentos amplos e específicos sobre a biologia e a ecologia das espécies, mas, sobretudo das comunidades com seus territórios e territorialidades. Entretanto esse processo depende da agregação de valores mensuráveis e não mensuráveis motivadores da própria ação de conservar, pois os sujeitos da conservação devem fazer parte não só das comunidades, mas de todo um processo de governança que deve estar sempre em processo de discussão.

A nova (re) organização se constitui por meio do controle e uso do território pela FAS e SDS, modificando as relações sociais que vai desde os modos de vida a organização social (Conselho-PROBUC) das comunidades e o instrumento para tal é o Plano de Gestão juntamente com, que embora passe por uma consulta e aprovação no Conselho Gestor da Reserva, vem previamente elaborado por técnicos da FAS e SDS que impõe um zoneamento, delimitando as áreas de uso, definindo outras formas do uso do território, porque o REDD precisa deixar a “floresta em pé”, efetuando o PSA, cujo objetivo é não permitir que os comunitários usem a floresta como estão acostumadas, precisam se “adaptar as normas”, de acordo com o PROBUC.

Essa intervenção promove uma desterritorialização, porque o território não é mais o mesmo, à medida que sofre interferências da FAS e SDS, em consonância com os requisitos da Ordem Ambiental Internacional.

Os mais diversos depoimentos dos comunitários comprovam que suas vidas mudaram. Não estão satisfeitos com as novas determinações que precisam seguir, por meio de um documento técnico, participaram de forma participativa e não participante.

Vejamos alguns depoimentos que nos confirmam essas mudanças:

“Agora para tudo tem norma, querem nos ensinar até como fazer nossas roças. Agente conhece o nosso tempo, nós sempre vivemos da roça, desmatamos apenas o que precisamos para plantar. Não precisamos que venham nos dizer isso” (QUEIROZ, ANTÔNIO, 2011).

“Só falam em regras, a senhora está vendo as nossas dificuldades, nos dizem que não podemos mais desmatar, agente só desmata o necessário, quem está desmatando são esses fazendeiros, principalmente essa estrada que liga a Apuí. A senhora que estuda sabe disso. Depois desse Plano de Gestão que eu nem conheço, até para caçar tem de pedir autorização deles” (NASCIMENTO, ROSINEY, 2011).

“Eu continuo vivendo da minha roça, tiro a minha castanha, que agora pelo Plano de Gestão tem umas normas do Plano que a gente é obrigado a seguir. Querem mandar até nas nossas plantações, mas já disse que aqui no meu castanhal mando eu. Eu já estava aqui antes da Reserva (SILVA, JOSE, 2011).

“Até a quantidade de peixes que mandamos para nossos filhos, está estabelecido no Plano. Quem sabe das nossas necessidades somos nós que moramos nesta Reserva criada por eles que não moram aqui, mas querem falar o que temos que fazer. Pensam que a gente não sabe.” (SANTOS, MARIA, 2011).

“Foi boa a criação da Reserva, porque freou um pouco o desmatamento. Dizem que a gente é guardião da floresta. Estão nos pagando por isso, embora paguem muito mal. Nós sabemos o valor dessa floresta, ninguém precisa falar isso pra gente. Pouca coisa mudou na nossa vida depois da criação da Reserva, mas com o Plano, querem nos dizer até que formas temos que conviver. Até parece que a gente já não fazia isso antes.” (AGUIAR, JOSE, 2011).

Essa desterritorialização implica uma re (territorialização), pois os comunitários tem que seguir novas regras, portanto uma nova territorialidade começa a se estabelecer, onde os interesses dos comunitários, nem sempre correspondem aos interesses dos órgãos gestores.

Na RDS do Juma, observou-se que há uma disputa pela hegemonia do território entre a SDS e a FAS, o que influencia diretamente nas territorialidades das comunidades, pois enquanto o estado busca impor seu domínio por meio da presença, a FAS realiza algumas ações, na verdade o pagamento por um serviço ambiental, que na lógica do capital sustentável, mantém a floresta em pé, no entanto não tem satisfeito as necessidades básicas dos comunitários.

Dessa forma o zoneamento altera de modo significativo a configuração do território e por sua vez as territorialidades das comunidades, uma vez que deixam de fazer algumas atividades que antes realizavam e que hoje o zoneamento estabelecido no Plano de Gestão não

mais permite. Estão “acorrentados” dentro dos seus territórios, que a partir de 2006, começa sofrer intervenções, atendendo as demandas políticas da agenda ambiental que precisa estar em sintonia com as demandas do capital e não com as necessidades dos comunitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessária uma investigação profunda para se dar conta do verdadeiro paradoxo no qual se inicia o século XXI: de um lado o crescimento econômico e as transformações tecnológicas sem precedentes, por outro, a dramática condição social de uma grande maioria de pessoas, além de problemas ambientais graves. Não obstante, disseminou-se pelo planeta inteiro a imagem de um estilo de vida ocidental de alto consumo, conforto material e permanente entretenimento. No entanto conforme afirma Rivero (2002), esta disseminação cultural não tem sido acompanhada com a mesma intensidade pela difusão global dos valores democráticos e do respeito aos direitos humanos, que são a própria substância da civilização ocidental. Hoje o conforto capitalista pode conviver com a barbárie. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia, não vem acompanhado do desenvolvimento de uma consciência ética que coloque a humanidade como prioridade.

Nosso desafio nesse trabalho foi entender a implantação do REDD na RDS do Juma. A efetivação deste projeto é um monopólio do capital no território, tendo em vista que as estratégias de ecologização da economia e de capitalização da natureza estão reconfigurando as condições do capital, gerando condições que permitem uma exploração capitalista dos recursos, sob condições de uma maior sustentabilidade.

O Brasil desperta atenção mundial por ter em seu território a maior parte da Amazônia, vasta floresta equatorial, com imensa diversidade de espécies animais e vegetais e de imensurável valor econômico, sendo assim o interesse principal da política ambiental é a gestão da natureza enquanto mercadoria de extremo valor, pois as riquezas amazônicas, atuais e futuras colocam o Brasil no epicentro da questão ambiental.

O questionamento da dialética dos problemas locais e globais e suas consequências nos fez mergulhar nessas novas formas de relações que o capitalismo impõe a natureza, transformando os recursos naturais em “mercadorias fictícias”. A discussão do mercado de carbono na RDS do Juma nos permitiu analisar os serviços ambientais sob duas lógicas: a economia ambiental e a economia ecológica.

A política de conservação ambiental do estado do Amazonas tem priorizado criar Unidades de Conservação de Uso Sustentável, a RDS do Juma está sendo divulgada ao mundo como um modelo na implementação do Projeto de REDD. No entanto, o Estado aparece com um papel secundário, pois delega a Fundação Amazonas Sustentável gerir o Programa Bolsa Floresta, considerado a recompensa para os “guardiões da floresta”, que deixa muitas lacunas, à medida que não vem conseguindo atingir de modo “sustentável” as

necessidades das comunidades, mesmo na considerada o “cartão postal”. As pessoas demonstraram suas angústias, permeadas de muitas insatisfações, se de um lado tem um Núcleo de Sustentabilidade com toda infraestrutura necessária, por outro, no seio da comunidade, não usufruem de saneamento básico e mesmo morando na riqueza alguns às vezes chegam a passar necessidades, a população residente convive com o paradoxo riqueza e pobreza, apenas em condições de sobreviver e não Viver Bem.

Neste sentido, em meio a toda riqueza da biodiversidade, surge uma nova ideologia: o Viver Bem que se contrapõe a ideia de qualidade de vida, característica da sociedade capitalista, que pressupõe que alguns possam viver melhor que outros, baseado nas demandas do capital e não nas necessidades das pessoas.

Esse novo paradigma que pode nos ajudar a sair do caos em que vivemos. Não podemos dissociar este modo de vida de conceitos como descolonização (do poder e do saber) e desmercantilização da vida.

O Viver Bem pode ser visto como um novo paradigma que pode nos ajudar a sair dos caos em que vivemos. Por outro lado nos convida a sair da dicotomia entre o ser humano e a natureza, segundo Arkonda despertar para uma consciência de que somos filhos da Mãe Terra, da **Pachamana e Pindorama**, e tomar consciência de que somos parte dela, de que dela viemos e com ela nos complementamos. É um estilo de vida que nos ensina a “não viver melhor, mas sim a viver bem com menos”.

È um contracenso ter parcerias públicas e privadas em torno de um projeto de sustentabilidade, com tantas disparidades, sem que se faça uma reflexão dos então requisitos da sustentabilidade, pois Bradesco, Coca-Cola, Samsung, tem ganhado muitos dividendos por estarem “colaborando” com a manutenção da Floresta Amazônica em pé.

A criação da RDS do Juma tem implicações diretas com o uso e ordenamento do território, à medida que as territorialidades se confrontam com o modelo de desenvolvimento proposto pela RDS, quando os órgãos gestores interferem diretamente por meio da aprovação de Planos de Gestão, estabelecendo normas de convivência e uso dos recursos naturais, pois embora esses Planos busquem inovar e democratizar o diagnóstico, na prática prevalece o controle de técnicos do governo e a metodologia não socializa o mesmo acesso a todos.

Observou-se que na RDS do Juma, grande parte dos comunitários sequer estão suficientes informadas que residem em uma Unidade de Conservação pioneira a vender créditos de carbono no Brasil e parecem não ter clareza que parte de seus direitos foram drasticamente reduzidos a medida que tem um plano de Gestão aprovado que passa a normatizar o uso e também as relações sociais, desconsiderando que antes de 2006, essas

comunidades tinham suas normas de convivência e uso dos recursos naturais devidamente estabelecidos, segundo seus entendimentos, dentro de uma práxis em torno do coletivo, e tão pouco reivindicaram a criação da mesma.

Fala-se hoje numa crise ambiental, mas se existe uma crise, está será ambiental, produtiva e do próprio conhecimento, pois a discussão posta é o esgotamento de um sistema econômico, com base na sociedade de consumo, nascido com a Revolução Industrial e reforçado pelo fordismo, onde a natureza se transformou em combustível e o homem (proletário) em engrenagem na máquina da economia mundial.

A discussão ambiental se apresenta sobre a égide do neoliberalismo, debatendo-se entre o pragmatismo, a política e o mercado.

Entendemos que a discussões dos conflitos econômicos entre países do Norte e Sul são mais agudos, no entanto o que mais preocupa é a má distribuição dos recursos ecológicos, fazendo com que os países em desenvolvimento vendam suas biodiversidades, e de forma mascarada o capital se apropria dentro de uma lógica predatória recorre aos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, se mascarando em sua nova face: o ecocapitalismo.

Entendemos que a RDS do Juma, está inserida na Ordem Ambiental Internacional que busca atender as demandas do capital e como reserva de capital futuro, não deve somente manter a floresta em pé, mas, sobretudo propiciar as comunidades Viver Bem com dignidade, a mediada que os mesmos devem empoderar-se, exercitando enquanto sujeitos sociais a autonomia.

Acreditamos que a dimensão positiva alcançada por nossa reflexão nessa pesquisa foi a constatação que o Projeto REDD não está promovendo a sustentabilidade das comunidades e sim promovendo a sustentabilidade do capital, como reserva de valor futuro à custa dos povos amazônicos e outros, no mundo, na sua maioria localizados nos países do sul. É necessário desmascar esse FAZ de conta na RDS do Juma e desmistificar os benefícios do projeto para as comunidades residentes.

Temos clareza que a discussão não encerra aqui tendo em vista a vastidão que o tema permite. Sugerimos que possa ser investigado o mercado comprador do REDD no sentido de se verificar qual a atuação da FAS nessa transação comercial. Outra investigação que sugerimos é uma análise comparativa dos projetos desenvolvidos pela FAS nas comunidades que estão dentro da Reserva com as ficam no entorno; nosso trabalho teve apenas uma comunidade do entorno como referência, seria interessante investigar outras comunidades do entorno concomitante com outras que estão dentro da Reserva, pois acreditamos que quanto

mais a investigação se estender a mais comunidades, o olhar científico poderá e deverá ficar ainda mais aprimorado, no sentido de complementar ou aprofundar informações que não foi possível neste trabalho, tendo em vista a densidade da RDS do Juma.

Acreditamos termos dado um passo importante, quando decidimos discutir o REDD, enfocando o território como norteador da discussão, entendendo que todo o processo está inserido em uma Ordem Ambiental Global. Compreender o Projeto REDD como um processo de configuração territorial na lógica do ecocapitalismo foi um desafio à medida que nos permitiu observar as disparidades entre o que a mídia divulga e a realidade por nós presenciada nas oito comunidades investigadas. O “bolo” está crescendo sim, no entanto não está sendo dividido com os maiores interessados do processo: **os comunitários**. Essa sustentabilidade tão divulgada só se sustenta para uma pequena minoria, mas é insustentável para uma maioria que está excluída dos direitos de Viver Bem.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da Biodiversidade**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

AB' SABER, Aziz. **Amazônia: do Discurso à Práxis**. 2ª edição. EDUSP, São Paulo, 2004.

ALLEGRETTI, Mary H. **Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento Sustentável na Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia, 54 (1): janeiro/março, 1992, p. 5-23.

ALLIER, Martinez: **Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular**, Blumenal-SC, FURB, 1998.

AMAZONAS. Lei Complementar N° 53 de 05 de junho de 2007. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação. **Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas**. Manaus, 05 de junho de 2007.

AMAZONAS, Maurício C; NOBRE Marcos (orgs). **Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito**. Edições IBAMA, Brasília, 2002.

ARAUJO, Nelsony. **As tensões territoriais ribeirinhas na Reserva Extrativista Médio Juruá- AM**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

BECKER, Berta. **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro, Garamund, 2004.

_____. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002

_____. **Geopolítica da Amazônia: A nova Fronteira de Recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. Um projeto para a Amazônia no século XXI: desafios e contribuições. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Brasília-DF, 2009.

CAPOBIANCO, J.P.R; Veríssimo, Moreira. **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliações e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira**. Disponível em www.isa.or.br. Acesso em outubro de 2012.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAMELY, Nazira Correa, **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre**. Tese de Doutorado em Geografia- Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

CAVALCANTI, Clovis (org). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

CUNHA, Sandra e GUERRA, Antônio. **A Questão Ambiental –Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DALY, Herman E. **A economia ecológica e o desenvolvimento: ASPTA: Textos para debates**, nº 34, 1991.

DAVID, Choquehuanca. **Os pressupostos do Viver Bem**. Entrevista ao jornal boliviano La Razon no dia 31/01/2010.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: Saber Pensar e Intervir Juntos**. Brasília: Cortez, 2008.

_____. **Pesquisa: Princípio Científico e Educativo**. São Paulo: Cortez 2009.

FAS. Fundação Amazonas Sustentável. **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável**. Novo Aripuanã, AM: FAS. 2010.

EATON, B. Curtis. **Microeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

ESMAP, Energy Sector Management Assistance Program. Low carbon development for Brazil Washington World Bank, Low Carbon Growth Country Studies Program, Mitigating.

FARIA, Ivani Ferreira de et al. **Diagnóstico Socioeconômico para criação da Unidade de Conservação em Silves**. Grupo de Pesquisa Planejamento e Gestão do Território na Amazônia/UFAM. Manaus, 2009.

_____. **Geopolítica Ambiental: Reflexões sobre Gestão do Território e Políticas Ambientais do Estado do Amazonas**. V ENANPAS, Florianópolis, SC, 2010.

_____. **Governança Democrática e criação de Unidades de Conservação no Amazonas**. VI Seminário Latino Americano de Geografia Física. II Seminário Ibero Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, Portugal. Maio de 2010.

FASE. Rio+20. **Resistir ao ambientalismo de mercado e fortalecer os direitos e a justiça ambiental**. Rio de Janeiro. Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional. Disponível em: <http://www.fase.org.br>.

FREITAS, Marcílio. **A natureza dos problemas e os problemas da natureza**. Manaus: EDUA, 1988.

FEARSINDE, Philipe. **Serviços Ambientais como uso sustentável de recursos naturais na Amazônia**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, 2002.

GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1988.

GONÇALVES, Carlos Walter. **Meio Ambiente, ciência e poder: dialogo de diferentes matrizes de racionalidade**, Marcos (Coordenador) Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo, EDUC, Fapesp.

GOUVELLO, C. et al. **Brazil low-carbon: country case study**. Banco Mundial. Brasília, 2010

HAESBAERT, Rogério. **O mito desterritorialização do “fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IRVING, Marta. **Áreas Protegidas e Inclusão Social. Construindo Novos Significados**. Rio de Janeiro: Aquários, 2006.

_____, Marta de Azevedo e MATOS, Karla. Gestão de Parques Nacionais no Brasil: Projetando Desafios para a Implementação do Plano de Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. **Revista Floresta e Ambiente**, Vol. 13, N°2, 2006, p.89-96.

_____. **Natureza S.A. O consumo verde na lógica do Ecopoder**. São Carlos-SP: Rima 2009.

_____. Gestão de Parques Nacionais no Brasil: Projetando Desafios para a Implementação do Plano de Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. **Revista Floresta e Ambiente**, Vol. 13, N°2, 2006, p.89-96.

LAYRARGUES, Philippe Power. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. Annablume. São Paulo, 1998.

_____. **A questão ambiental é também uma questão política**. Texto para leitura, 2002.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Trad. Sandra Velenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Ecologia, Capital e Cultura**: Petrópolis-RJ, Vozes, 2009.

LEIS, Héctor. **A Modernidade Insustentável: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Montevideú: Coscoroba, 2004.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução a Economia. Princípios de Micro e Macro economia**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MOTA, José. **O valor da Natureza: Economia e Política de Recursos Naturais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

RIBEIRO, Wagner. **A Ordem Ambiental Internacional**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Geografia Política da Água**. São Paulo: Annablume, 2008.

KITAMURA, Paulo. **Amazônia e o Desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Embrapa, 1994.

PÁDUA, Augusto. **Um sopro de destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil escravista**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2002.

PIQUERAS, Andrés. **Onegeismo y política. Paradojas de uma sociedad my poço civil**. Revista Tempóra nº4, Madrid, 2001.

_____. **Del movimiento obrero a las ONGs? Em Utopias, Nuestra Bandeira**, nº 186, Madrid, 2000.

POLANY, Karl. **A grande transformação**. Tradução de Fany Whobel, segunda edição, Rio de Janeiro, Campus, 2000.

RABINOVICI, Andréa. **As terras de todos e seus donos, desdobramentos possíveis das articulações e parcerias entre Sociedade Civil, Organizações Não Governamentais e Unidades de Conservação**- Dissertação de Mestrado- Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, 2000.

ROENG, Georgescu, “ Looking back”, em J.C; Dragan, E. K. Seifert e M.C, Milão, EABS, 1993

ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares**. Campinas: UNICAMP, 1998. Textos para discussão, nº 68.

_____. **Economia ou economia política da sustentabilidade?** Campinas: UNICAMP, 2001. Textos para discussão nº 102.

RIVERO, O. de. **O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI**. Vozes, Petrópolis-RJ, 2002.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **O desafio da ECO 92: desenvolvimento com justiça em um planeta habitável. In Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. Studio Nobel. Fundação do desenvolvimento administrativo. São Paulo, 1993.

_____. **Pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. In: Conferência, Habitat, Florianópolis, 2001.

_____. **Amazônia: laboratório das biocivilizações do futuro**. Texto para discussão, 2008.

SALAZAR, Pinheiro. **Amazônia Globalização e Sustentabilidade**. Manaus: Valer 2006.

SANTOS, Milton: **Por uma outra Globalização**,RJ-SP, Record,2008.

_____.**Território e Sociedade**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

SANTOS, Boa Ventura de Souza. **Os processos da Globalização**. In (org). **A globalização e as ciências sociais**. Cortez. São Paulo, 2002

SANTOS, Priscila. BRITO Brenda (organizadores). **Marco Regulatório dos Serviços Ambientais no Brasil**. IMAZON, Fundação Getúlio Vargas. Belém- PA, 2012.

SANTOS, TCC; CÂMARA, J.B.D. **Geo Brasil 2002: Perspectiva do Meio Ambiente no Brasil**. Edições IBAMA. Brasília, 2002.

SACK, Robert. **Territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAMPAIO. **Uma proposta de um modelo organizacional estratégico para o desenvolvimento sustentável**. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção- Centro Tecnológico. Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

SARITA, Albagli: **Geopolítica da Biodiversidade**. Brasília, IBAMA, 1998.

SOJA, Eduard. **Geografia Pós Moderna- A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1990.

VIANA, Virgílio. **Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras**, 2000. In: DIEGUES, Antônio Carlos e Viana Virgílio M. (orgs) **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB e ESALQ- USP.

_____. **Desatando o nó entre as Florestas e Mudanças Climáticas**. Fundação Amazonas Sustentável. Manaus, 2009.

_____. **A Amazônia e o interesse Nacional**. Artigo publicado na Revista Política Externa, volume nº 19. Maio, 2011.

VANEJO, Luiz Renato. **Unidades de Conservação: Uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de Políticas Públicas**, Universidade Federal Fluminense.

VERISSÍMO, A. **A Amazônia que pesa no bolso**. Página 22. São Paulo, nº 13, outubro, 2007.

YU, Chang. **Sequestro Florestal de Carbono no Brasil: Dimensões Políticas, Socioeconômicas e Ecológicas**. São Paulo: Annablume, 2009.

WAALK, R.S. **A floresta escassa e inesgotável**. Página 22, nº 13, outubro, 2007.

ANEXOS

LISTA DE ENTREVISTADOS

1. Comunitários das oito comunidades investigadas:

Maria Rosinei do Nascimento Dias
 Osmar Nonato da Silva
 Sebastião dos Santos
 Alcimar da Silva
 José Rui Barbosa dos Santos
 Francisco Nascimento Dias
 Bento Nunes
 Aderbal de Oliveira Quadros
 Antônia de Almeida
 Valdeci Oliveira Quadros
 Manoel Valmir de Carvalho
 Italice de Almeida Quadro
 Edenir Lima de Almeida
 Deodato Alves da Silva
 José Marques Aguiar
 Adriane Alves dos Santos
 Maria Josivalda Barbosa dos Santos
 Miguel Dias
 Jorge de Moraes Viana
 Admilson de Almeida Queiroz
 Valdemir de Almeida
 Wanderley Queiroz de Almeida
 Eli de Almeida Paes
 Antônio Luis de Almeida Torres
 Marcos Roberto Valente Campos
 Antônio Marques Campos
 Marco Antônio de Queiroz Campos
 José Alexandre Silva
 Antônio Barros da Silva
 Alaíde Barros da Silva
 Enedina Barros da Silva
 Mara Corrêa Ferreira
 José Reis Rabelo
 Adeilson Corrêa Brasão.
 Emerson Correa Marques
 Manoel Corrêa Paes
 João Ramos Marinho
 Claudemilson Raposo de Almeida
 Léa Regina da Silva
 Arnaldo Da Silva Valente
 Ademilson Corrêa Rodrigues
 Donival Valente da Silva
 Rosângela dos Santos Ribeiro
 José Arimatéia Pinheiro

2. Gestores, Entidades Governamentais e Não Governamentais

Melksadeque Rebelo de Castro- Gestor da RDS do Juma
 Tânia Rodrigues- Gestora do Núcleo de Sustentabilidade Samuel Benchimol
 Maurício Felipe Pereira da Silva- assistente de Mobilização da FAS
 José Ricardo Gonçalves Maciel- Presidente do IDAM de Novo Aripuanã
 Valdemir da Fonseca Cardoso- Diretor da escola Mariot Junior (funcionário da SEDUC)
 Clissia Paula Coutinho- Secretária de Educação de Novo Aripuanã (SEMED)
 João Barroso- Secretário de Saúde de Novo Aripuanã
 Doracy Correa Paes- Presidente da AMARJUMA
 Alan Barros da Fonseca- Presidente da Colônia de Pescadores Z-29 de Novo Aripuanã.
 Valmir Pocidônio da Fonseca- Coordenador do Programa Saberes da Terra.